

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA TOMASSONI

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
VITORINO-PR: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

**PATO BRANCO
2024**

FERNANDA TOMASSONI

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
VITORINO-PR: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

**Full-Time education in municipal schools in Vitorino-PR: An analysis of
environmental education in elementary education**

Trabalho de conclusão de curso de Dissertação
apresentada como requisito para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Regional da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).
Orientadora: Nilvania Aparecida de Mello.

**PATO BRANCO
2024**



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco



FERNANDA TOMASSONI

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VITORINO/PR: UMA ANÁLISE DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de aprovação: 01 de Julho de 2024

Dra. Nilvania Aparecida De Mello, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Catyelle Maria De Arruda Ferreira, Doutorado - Universidade Estadual do Maranhão (Uema)

Dr. Edilson Pontarolo, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 01/07/2024.

Àqueles que me deram amor incondicional, apoio inabalável e inspiração infinita, dedico este trabalho aos meus pais, Maria Terezinha e Antônio Tomassoni.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me iluminou, me guiou e possibilitou que pessoas maravilhosas estivessem em minha vida para me auxiliar nesta jornada.

O meu agradecimento especial é para minha família, que acredita e torce incansavelmente por mim. Ao meu pai, Antônio Tomassoni, exemplo de integridade, bondade e força, que tem sido uma verdadeira inspiração em minha vida. Sua determinação, coragem e amor incondicional têm sido os pilares que sustentam nossa família, você é meu herói. À minha mãe, Maria Terezinha Tomassoni, mulher forte, batalhadora, sua presença é tipo farol, que ilumina os dias mais sombrios, guiando-me pelos caminhos da vida com sabedoria e amor, fonte de muitos conselhos, de muita fé, que rezou incansavelmente por mim, obrigada pelas orações, mãe, eu te amo e te admiro.

Aos meus irmãos, Vanêz Tomassoni e Edson Tomassoni, vocês são mais do que irmãos, são meus amigos e meus parceiros de vida, juntos vivemos momentos incríveis, desde as risadas compartilhadas até os desafios superados lado a lado. Mesmo nos momentos difíceis, sei que posso sempre contar com o apoio de vocês, e por isso sou eternamente grata.

Ao meu esposo, Roberto Copini Junior, meu maior incentivador, minha âncora nas tempestades e meu ponto de equilíbrio nos momentos de turbulência. Sua compreensão em minhas ausências foi um fator determinante para que eu chegasse até aqui, obrigada por ser esse exemplo de ser humano.

Aos meus sobrinhos e afilhados, Eduardo Gabriel Blachsen, Cecilia Valentina Renosto Copini, Maria Julia, Karin L. Capoani, Amanda Capoani e Lucas Beltrame, ver vocês crescerem e começarem a desbravar o mundo é uma das maiores alegrias que eu poderia ter, nunca deixem de sonhar e perseguir seus objetivos com determinação e coragem, que este trabalho lhes sirva de inspiração no futuro.

De maneira muito especial, agradeço às minhas amigas, aos meus colegas de trabalho, aos companheiros rotarianos, por entenderem minha ausência, mas principalmente pelas palavras confortantes e encorajadoras. A essas pessoas que foram fundamentais para dar início e continuidade ao projeto, Cleverson Malagi, Bruna Strappazon e Jéssica Giovanaz Garcia, por me incentivarem, meu eterno agradecimento.

Ao Município de Vitorino, por meio do Prefeito Marciano Vottri, sua liderança e comprometimento com o bem-estar do município têm sido fonte constante de inspiração, obrigada pelo incentivo na pesquisa que ora se finda. Ao Secretário de Educação, Valmir Martinello, que prontamente autorizou e incentivou a realização da pesquisa acadêmica. Da mesma forma, estendo todo meu apreço e agradecimento a toda a equipe pedagógica: coordenadores, diretores e professores que não mediram esforços para auxiliar nesta pesquisa. Expresso minha gratidão aos participantes da pesquisa, à direção e a toda a Escola Municipal José Bonifácio, pela calorosa recepção e apoio entusiástico. A escola e os participantes ocupam um lugar especial no meu coração.

Agradeço à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), *campus* de Pato Branco, pela oportunidade de ensino e pelo legado que esta instituição deixou em minha vida. A todos os docentes pelo conhecimento, competência e dedicação de vocês, que se empenham em oferecer uma educação de qualidade, obrigada.

À medida que nos aproximamos do fim deste capítulo significativo em nossas vidas acadêmicas, agradeço aos meus colegas do mestrado, por torná-lo tão memorável e enriquecedor.

Aos membros da banca examinadora, Dra. Catyelle Maria De Arruda Ferreira e Dr. Edilson Pontarolo, agradeço pelas grandiosas contribuições para a minha pesquisa, um momento de muita tensão, mas de muito conhecimento.

À minha orientadora, Dra. Nilvania Aparecida de Mello, expresso minha imensa gratidão por toda a sua orientação ao longo desta jornada. Sua dedicação e expertise foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Agradeço por sua paciência, compreensão e apoio durante os momentos mais desafiadores, sua capacidade de ouvir e orientar de forma empática, foi verdadeiramente inspiradora e fez toda a diferença. Estou imensamente honrada por ter tido a oportunidade valiosa que você me proporcionou, tenha a certeza de que seus exemplos continuarão a influenciar meu trabalho e minha vida, além do mestrado.

Expresso a importância de reconhecermos e agradecermos àqueles que nos ajudam ao longo da jornada da vida. Cada pessoa que cruza nosso caminho, seja por um breve momento ou por uma jornada mais longa, contribui de alguma forma para o nosso crescimento e sucesso. Por fim, muito obrigado a todos que contribuíram de alguma forma para esta conquista, obrigada!

“A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel. Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo.”
(PAULO FREIRE, “Cartas a Cristina”, 1994).

RESUMO

O estudo apresentado foi realizado na Escola Municipal José Bonifácio, na cidade de Vitorino-PR. O objetivo do trabalho foi analisar a educação em tempo integral inserida na Escola Municipal José Bonifácio, verificando a perspectiva da educação ambiental, de modo a permitir que se proponha um Modelo de Matriz Curricular para a Educação Integral em Tempo Integral para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, acrescentando a temática ambiental de forma integrada e considerando as potencialidades do município. Foram utilizados como base os instrumentos norteadores da educação no Brasil, aqueles voltados para o viés ambiental, os Projetos de Educação Ambiental já implantados em escolas brasileiras, no Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal José Bonifácio e outros modelos relacionados ao assunto. As etapas da pesquisa foram o levantamento bibliográfico, aplicação de questionário para os participantes, buscando identificar o conhecimento dos envolvidos sobre o tema estudado, a análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição e finalmente a elaboração da Proposta. Ensinar e aprender são dois processos relacionados com a educação, que é responsável pelas mudanças e evoluções na sociedade. Educar não somente é importante, como é possível, de forma a fortalecer os laços de cidadania, inserindo o sujeito em decisões benéficas para a sociedade, formando um cidadão autônomo. A Escola em Tempo Integral é uma proposta pedagógica inovadora, em que o tempo de permanência do aluno na escola é ampliado, ofertando um currículo flexível. A inserção da Educação Ambiental de forma integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades da educação contribui para a promoção da racionalidade e preservação do meio ambiente, direcionando para a sustentabilidade. O Modelo de Matriz Curricular proposto não visa esgotar o assunto ou impor taxativamente a ideia, mas, sim, servir de ponto de partida para outros modelos.

Palavras-chave: Educação em Tempo Integral; Educação Integral; Educação Ambiental; Modelo de Matriz Curricular para o Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This study was accomplished at the José Bonifácio Municipal School in the city of Vitorino/PR. The aim of the study was to analyze full-time education at the José Bonifácio Municipal School, looking at the environmental education perspective, in order to propose a Model Curriculum Matrix for Full-Time Education for Elementary School - Early Years, adding the environmental theme in an integrated way and considering the municipality's potential. The guiding instruments for education in Brazil were used as a basis, as were those focused on the environment, the Environmental Education Projects already implemented in Brazilian schools, the Pedagogical Political Project of the José Bonifácio Municipal School and other models related to the subject. The stages of the research were a bibliographical survey, the application of a questionnaire to the participants, seeking to identify the knowledge of those involved on the subject studied, the analysis of the institution's Pedagogical Political Project and finally the preparation of the Proposal. Teaching and learning are two processes related to education, which is responsible for changes and developments in society. Educating is not only important, it is also possible, in order to strengthen the bonds of citizenship, inserting the subject into decisions that benefit society, forming an autonomous citizen. The Full-Time School is an innovative pedagogical proposal in which students' time at school is extended, offering a flexible curriculum. The inclusion of Environmental Education in an integrated and interdisciplinary, continuous and permanent way in all phases, stages, levels and modalities of education, contributes to the promotion of rationality and preservation of the environment, leading to sustainability. The proposed Curriculum Matrix Model is not intended to exhaust the subject or impose the idea categorically, but rather to serve as a starting point for other models.

Keywords: Full-time education; Comprehensive education; Environmental education; Curriculum Matrix Model for Primary Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eixos da Política Nacional de Educação Ambiental	45
Quadro 2 – Projetos implementados em escolas do Rio Grande do Sul.....	57
Quadro 3 – Relação das escolas no município de Vitorino-PR.....	62
Quadro 4 – Participantes da pesquisa	64
Quadro 5 – Infraestrutura da escola municipal José Bonifácio.....	72
Quadro 6 – Perfil dos participantes	75
Quadro 9 – Organização do Mapa Curricular – Tempo na Escola.....	125
Quadro 10 – Períodos dos Componentes Curriculares, Extracurriculares e Práticas	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados do Ipardes em relação à educação no município de Vitorino-PR - 2023	62
Tabela 2 – Funcionários da Escola José Bonifácio	73

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Entrada da escola Municipal José Bonifácio	139
Imagem 2 – Rampa de acesso à escola	139
Imagem 3 – Parque infantil.....	140
Imagem 4 – Ginásio de Esportes	140
Imagem 5 – Pátio cercado	141
Imagem 6 – Auditório	141
Imagem 7 – Sala dos professores.....	142
Imagem 8 – Biblioteca.....	142
Imagem 9 – Biblioteca.....	143
Imagem 10 – Secretaria	143
Imagem 11 – Sala de Direção e Coordenação.....	144
Imagem 12 – Banheiros	144
Imagem 13 – Pátio coberto	145
Imagem 14 – Cozinha	145
Imagem 15 – Refeitório	146
Imagem 16 – Salas de Aula	146
Imagem 17 – Sala de Aula	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nomenclatura de Projeto Político-Pedagógico (PPP)	39
Figura 2 – Localização do município de Vitorino-PR.....	61
Figura 3 – Mapa Mental – Diagramação da Pesquisa.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
Atricon	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CGEA	Coordenação-Geral de Educação Ambiental
CIEAs	Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno
CNS	Conselho Nacional de Saúde
Com-Vida	Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EA	Educação Ambiental
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ED ESP	Educação Especial
EF	Ensino Fundamental
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EVA	Etil, Vinil e Acetato
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
ha	Hectare ¹
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

¹ 1 hectare (ha) é uma unidade de medida de área que equivale a 10.000 metros quadrados.

PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PPGDR	Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PRC ²	Paraná Coincidente
S.d.	Sem data
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
t	Tonelada ³
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
Undime	União dos Dirigentes Municipais de Educação
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

² São rodovias existentes, sob jurisdição estadual, cujos traçados coincidem com as diretrizes de rodovias federais planejadas. Eram denominadas Rodovias Estaduais Transitórias e tiveram sua nomenclatura alterada pela Resolução n.º 8 do DNIT, de 08 de maio de 2006, sendo, no Paraná, atualmente precedidas da sigla “PRC”. Deverão também satisfazer a pelo menos uma das condições descritas no item anterior (Paraná, s.d.).

³ 1 tonelada (t) é uma unidade de medida de massa que equivale a 1.000 Kg.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Objetivo geral.....	22
1.2	Objetivos Específicos	22
2	EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS.....	23
2.1	Relação entre indivíduo, sociedade, meio ambiente e educação	24
2.2	Eventos importantes na história da educação brasileira	26
2.3	Conceitos sobre Educação	29
2.3.1	Educação em Tempo Integral	30
2.3.2	Educação Integral.....	32
2.4	Educação e Desenvolvimento Regional	36
2.5	Pedagogia de Projetos	38
2.6	Educação e Legislação	40
2.6.1	Instrumentos norteadores da educação no Brasil – Viés Ambiental.....	41
<u>2.6.1.1</u>	<u>Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....</u>	<u>41</u>
<u>2.6.1.2</u>	<u>Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/1996.....</u>	<u>43</u>
<u>2.6.1.3</u>	<u>Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – Lei n.º 9.795/1999</u>	<u>44</u>
<u>2.6.1.4</u>	<u>Parâmetros Curriculares Nacionais</u>	<u>46</u>
<u>2.6.1.5</u>	<u>Programa Escola em Tempo Integral.....</u>	<u>48</u>
2.7	Educação como um caminho para a sustentabilidade	49
2.8	Conceitos sobre Educação ambiental	51
2.8.1	Princípios básicos da educação ambiental.....	52
2.8.2	Objetivos fundamentais da educação ambiental	53
2.8.3	Educação ambiental em tempo integral	56
2.8.4	Projetos de Educação Ambiental em Escolas Brasileiras	57
3	ITINERÁRIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	60
3.1	Local da Pesquisa e Participantes.....	60
3.2	Procedimentos Metodológicos	65
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	71
4.1	Levantamento da Infraestrutura e Recursos Humanos disponíveis e Deficiências da Unidade Escolar Estudada	71
4.2	Aplicação do Questionário Semiestruturado para identificação das práticas pedagógicas para a educação em tempo integral	75
4.3	Análise do Projeto Político-Pedagógico – PPP da Escola Municipal José Bonifácio relativo à implantação da Educação Ambiental	81

4.4	Proposta de Modelo de Matriz Curricular para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano), introduzindo a temática ambiental de maneira interdisciplinar, considerando as potencialidades do município	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS.....	129
	APÊNDICE A - Registro fotográfico.....	139
	APÊNDICE B - Questionário da Pesquisa	148
	APÊNDICE C - Aprovação do Comitê de Ética (TCLE).....	152

1 INTRODUÇÃO

Discutir as concepções e o uso da inovação no âmbito educacional vem se tornando uma prática crescente entre educadores, especialistas e autoridades. Nos dias atuais, há uma tendência reflexiva em relação ao modelo de escola e seu regime de ensino, sobretudo, referente à sua prática pedagógica, considerando a extrema importância de se conhecer e ter consciência de quais parâmetros fundamentam essas práticas.

Ensinar e aprender são dois processos que estão relacionados com a educação, no que se refere à transmissão de conhecimento e disciplina às várias gerações já existentes. Essa ação é responsável pelas mudanças e evoluções da sociedade, necessárias à convivência e ao redirecionamento de um indivíduo no seu grupo ou comunidade, gerando um processo de socialização que visa a uma integração desse indivíduo no grupo em que se encontra inserido.

Assim, percebe-se que não só é importante, como é possível educar os jovens de maneira a fortalecer os laços de cidadania, inserindo o sujeito em decisões que possam trazer benefícios para a sociedade como um todo, formando um cidadão autônomo e competente que colabora para o crescimento coletivo, sendo fundamental para construir uma comunidade mais engajada e participativa.

Nessa perspectiva, emerge a escola em tempo integral, com uma proposta pedagógica inovadora em sua metodologia, destacando-se em relação ao modelo tradicional de se conceber educação, com o tempo de permanência do aluno na escola ampliado, por meio da oferta de um currículo flexível, assim como voltado à aquisição de competências e habilidades, fomentando a autonomia e o protagonismo estudantil. Com base nos fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse modelo deve promover uma educação dirigida para o desenvolvimento pleno do aluno em suas diferentes dimensões formativas (Brasil, s.d.).

Paralelamente a esse assunto, a educação ambiental (EA), caracterizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental como uma dimensão da educação, uma atividade intencional da prática social, busca potencializar a atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (Brasil, 2012).

Em sua práxis, a educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico, mas, sim, de maneira transversal.

No Brasil, a educação ambiental tem relevância a partir da instituição de marcos legais. A Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, destaca, em seu artigo 2º, que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (Brasil, 1999).

A Constituição Federal apresenta, no artigo 225, inciso VI, que devemos “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1988). Diante disso, percebe-se que a educação ambiental (EA) nas escolas é um instrumento importante para alcançar a sustentabilidade por meio do processo de aprendizado contínuo.

A temática ambiental, com sua dimensão abrangente, pode contribuir de forma significativa em direção à sustentabilidade. No caso das escolas integrais, o aluno pode estar apto não apenas a conhecer, aplicar e desenvolver tecnologias, mas também a avaliar seus impactos sobre o meio ambiente, considerando finalidades como a da produção, do desenvolvimento e da transferência de conhecimentos, notadamente aqueles voltados para a preservação do meio ambiente.

Desde cedo, meu contato com o meio ambiente foi muito forte; nasci e cresci no meio rural. Em virtude disso, busquei a minha primeira formação como Técnica em Agropecuária, o que foi de suma importância para aprimorar meu conhecimento relativo ao trabalho na agricultura e auxiliar no desenvolvimento da propriedade que meus pais possuem e da qual cuidam com tanto zelo e dedicação.

Em 2012, formada em Serviço Social, iniciei minha trajetória profissional na área pública no município de Vitorino-PR, como técnica responsável pela Urbanização e Regularização Fundiária, acompanhando *in loco* as condições de moradia e o notório aumento demográfico, que ocasionou o crescimento desordenado de bairros, invasões em áreas de preservação permanente, surgimento de moradias precárias em áreas de risco e outros problemas de ordem social, econômica, política e ambiental.

No início de 2021, como Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, participei de reuniões, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, e

observei as dificuldades enfrentadas para a manutenção das escolas em tempo integral, seja pela escassez de profissionais ou pela dificuldade de manter diversas disciplinas de maneira efetiva e permanente.

É indispensável pensar que a escola tem sua função social, atuando diretamente na formação dos indivíduos, sendo a escola responsável por constantes transformações. Por meio da educação, os alunos adquirem conhecimento, desenvolvem habilidades, descobrem capacidades e garantem um futuro promissor.

Diante da minha trajetória profissional e pessoal, a partir do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), *campus* Pato Branco, na Linha de Pesquisa Educação e Desenvolvimento, efetivou-se o resultado da pesquisa realizada.

O município de Vitorino-PR é um caminho na logística do desenvolvimento regional, principalmente por promover o entroncamento dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina com a PRC 280. Para a administração pública, trata-se de um ambiente propício para a instalação de novas empresas e, por consequência, a vinda e o desenvolvimento de mais pessoas na cidade (Prefeitura Municipal de Vitorino, 2023).

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES elaborou o Caderno Estatístico do município de Vitorino-PR para o ano de 2024, com diversos dados, entre eles, aqueles relacionados à demografia, educação básica, educação superior, trabalho (urbano e rural), setor agropecuário e atividades econômicas. Os dados pertinentes à pesquisa serão apresentados em momento oportuno (IparDES, 2024).

Para contextualizar a temática, foram consultadas as principais normas vigentes, que regulamentam a educação em tempo integral e a educação ambiental, além de publicações (periódicos, dissertações, teses) relacionadas ao assunto, como as principais obras de autores que discutem o tema pesquisado, dados de entidades oficiais e outras informações relevantes e pertinentes para o alcance do objetivo proposto.

O universo da pesquisa foi composto por seis escolas no município de Vitorino-PR, das quais quatro são municipais, sendo a Escola Municipal José Bonifácio o campo investigativo, e a primeira escola de ensino em tempo integral implantada no município, critério de escolha da Escola para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerando a importância do assunto, a inquietação sobre os temas “educação em tempo integral” e “educação ambiental” se intensificou e levou às seguintes perguntas-problema: De que forma a educação em tempo integral vem sendo inserida e estruturada no Município de Vitorino? Como a educação ambiental pode ser contemplada no processo de educação em tempo integral? Como uma proposta curricular pode ser implantada na educação em tempo integral de forma articulada com a temática ambiental e o desenvolvimento regional?

Nesse sentido, surge a necessidade de reavaliar o Projeto Político-Pedagógico da Educação em Tempo Integral do município de Vitorino-PR, de modo que o desenvolvimento de práticas pedagógicas em atividades no âmbito da sustentabilidade e do meio ambiente sejam atendidos.

Doravante, é importante destacar que a inserção da educação ambiental nos currículos da educação básica vem sendo recomendada por diversos marcos das políticas públicas no Brasil, entre elas, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (Brasil, 1981), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997), e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que serão abordados de forma mais abrangente no decorrer do trabalho (Brasil, 1999).

Ao observar esse cenário, temos clareza de que a educação ambiental é uma ferramenta que contribui na formação de consciência e preparação dos alunos que se preocupam com as questões ambientais e que buscam a proteção e preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade. Por meio das teorias e práticas educacionais, os alunos são vinculados à comunidade, desenvolvem valores e atitudes que sustentam comportamentos destinados a modificar essa realidade, tanto em sua dimensão natural quanto social, dotando-os de habilidades e atitudes necessárias.

Diante dessas preocupações, reitera-se a urgência de discutir as temáticas socioambientais por meio de uma abordagem crítica e interdisciplinar fundamentada em uma perspectiva integrada e complexa dos sistemas humanos e naturais.

Nesse sentido, a formação de conhecimento do homem é fator determinante sobre o comportamento das atuais e novas gerações, bem como os resultados das relações do homem com a natureza. Por isso, a educação ambiental é vista como fundamental para transformar e melhorar a relação das pessoas com o meio ambiente, despertando a busca pela melhoria da qualidade de vida e capacitando os alunos para a responsabilidade coletiva na busca de soluções sustentáveis.

1.1 Objetivo geral

Este trabalho tem o objetivo principal de analisar como a educação em tempo integral vem sendo inserida na Escola Municipal José Bonifácio, verificando a perspectiva da educação ambiental.

1.2 Objetivos Específicos

(A) Verificar a infraestrutura e recursos humanos disponíveis e as deficiências da unidade escolar estudada;

(B) Identificar as práticas pedagógicas para a educação em tempo integral, utilizando a aplicação de um questionário semiestruturado (Apêndice B) aos participantes definidos para a pesquisa e a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola estudada;

(C) Analisar documentos institucionais relativos à implantação do tempo integral com a perspectiva da Educação Ambiental nas escolas municipais;

(D) Propor um Modelo de Matriz Curricular para educação em tempo integral, inserindo a educação ambiental e considerando as potencialidades do município.

2 EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Na história humana, todo o saber, todo o conhecimento sobre o mundo, está condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que determinada formação social se produz e reproduz. As práticas produtivas, que dependem do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas, geraram percepções e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação do meio e, ao mesmo tempo, a capacidade simbólica do homem possibilitou a construção de relações abstratas entre os entes que conhece. Dessa forma, o desenvolvimento do conhecimento teórico acompanhou os saberes práticos do homem, que foram acelerados com o advento do capitalismo, com o surgimento da ciência moderna e da institucionalização da racionalidade econômica (Leff, 2002).

A partir da década de 1970, duas novas problemáticas surgiram no campo da epistemologia e da metodologia das ciências: a produção interdisciplinar de conhecimento e sua aplicação no planejamento do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento das ciências gerou novas especialidades que se encontram em duas ou mais disciplinas, propondo a problemática interdisciplinar (Leff, 2002).

Por sua vez, a aplicação progressiva das ciências e das técnicas no sistema produtivo concentra uma pluralidade de atividades de pesquisa num projeto de desenvolvimento econômico-social, propondo o problema da organização de projetos multidisciplinares orientados a um objetivo comum (Leff, 2002).

A educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social e está relacionada com o contexto político, econômico, científico e cultural de determinada sociedade. A educação é um processo social que se enquadra em certa concepção de mundo que estabelece os fins que o processo educativo deve alcançar, que devem estar de acordo com as ideias daquela sociedade (Dias; Pinto, 2019).

Os projetos de educação em tempo integral se consolidam como tentativas de dar uma resposta à sociedade sobre o papel da escola na formação do cidadão e o ordenamento jurídico brasileiro apresenta um conjunto de ideias de educação, de escola e de cidadão esperados por meio de uma educação institucionalizada (Silva, 2022).

Antes de adentrar na Educação Integral e na Educação em Tempo Integral, é preciso compreender como o indivíduo se relaciona na sociedade, qual sua influência sobre o meio ambiente e a do meio ambiente sobre o indivíduo, e a importância da

educação na formação do cidadão. Ademais, ocorreram eventos importantes na educação brasileira, que não somente contribuíram para seu aperfeiçoamento, como também a regulamentaram. Também se faz importante conhecer os conceitos relativos à educação. Os itens seguintes abordarão os assuntos citados anteriormente.

2.1 Relação entre indivíduo, sociedade, meio ambiente e educação

Para entender completamente a relação entre o indivíduo, a sociedade, o meio ambiente e a educação, primeiramente, é necessário entender que as pessoas que compõem a sociedade possuem características em comum, como cultura, língua e tradições. Geralmente, os grupos se organizam socialmente com base em alguma forma de hierarquia. O ser humano é a única espécie que tem a capacidade de pensar abstratamente e criar pensamentos complexos, além de ter empatia e compaixão, duas qualidades essenciais para sustentar uma sociedade saudável.

O indivíduo também participa das interações sociais, age, responde e contribui, tanto nas estruturas sociais quanto nas educacionais. Dessa forma, a ação é produto da “coerção”, tanto da sociedade quanto do próprio processo de individualização do ser. As relações sociais são criadas para e pelo homem com a intenção de atender às necessidades da época histórica em que estão inseridos (Peres, 2020).

As diferentes perspectivas de compreender o mundo encontram-se arraigadas no sujeito e se materializam também no espaço educacional, tornando necessário que, no processo de escolarização, o indivíduo seja compreendido como um ser social em um processo civilizador, já que possui conhecimentos vindos de sua rede de relações sociais (Peres, 2020).

Como diz a própria lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

A educação precisa ser “observada” e trabalhada sob a perspectiva social, coletiva e singular. O aluno é capaz de absorver e apresentar conhecimentos e

comportamentos baseados em um processo racional, implicando em mudanças para o próprio indivíduo, diante de regras de civilidade empregadas por uma pedagogia do controle das emoções e dos comportamentos, concebidas entre a psicogênese e a sociogênese (Peres, 2020).

O ato de educar é um processo ininterrupto na história de toda a sociedade, mutável em relação ao tempo e aos lugares, é em sua essência um processo social. A educação e a sociedade se correlacionam, exercendo, a educação, forte influência nas transformações ocorridas no cerne da sociedade, reforçando a capacidade crítica do indivíduo e atestando o grau de desenvolvimento de uma sociedade (Dias; Pinto, 2019).

O educador Paulo Freire (2022) apresenta uma importante reflexão sobre o tema em uma de suas obras:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (Freire, 2022, p. 51).

Atualmente, a sociedade enfrenta situações infra escolares de indisciplina, exclusão, conflitos culturais e violência que penetram no ambiente escolar e requerem dos educadores ardileza para promover a alfabetização e a educação de seus alunos de forma a valorizar a diversidade, e as políticas públicas não podem ter afastada a responsabilidade de contribuir com a resolução desses desafios (Ivenicki, 2019).

As escolas e a comunidade podem representar diretrizes concretas de sustentabilidade socioambiental, se os elos entre currículo, gestão e comunidade participativa derem o suporte necessário para o estabelecimento escolar. Mesmo que essa participação seja um princípio fundamental no que se refere à emergência e consolidação de uma cultura de gestão democrática e inclusiva, a quantidade de escolas que conseguem vivenciá-la no seu cotidiano ainda é pouco expressiva (Dourado, 2015).

Um dos motivos pode estar relacionado à falta de consciência do papel que as famílias e a comunidade possuem nesse processo e a contribuição que poderiam dar para a melhoria da educação de seus filhos, por vezes, tendo interesse em participar,

mas não sabendo como ou não se sentindo de fato pertencentes e acolhidos no espaço escolar (Dourado, 2015).

É competência das escolas, das redes de ensino e das políticas públicas o fomento, a orientação e o apoio a essa participação, por meio de Conselhos Municipais de Educação, promovendo o diálogo comprometido para formular, implantar e avaliar a Política Municipal de Educação, de um projeto político-pedagógico territorial e de um coletivo educador com círculos locais e descentralizados de aprendizagem participativa (Dourado, 2015).

A educação, a sociedade e o meio ambiente apresentam uma estreita relação quando se fala em discussões para o esboço de ações para o presente e o futuro de todos nós (Napomoceno, 2022). A complexidade de nossa condição histórica é tão *sui generis* que alguns grupos compreendem as modificações ambientais provocadas pela intervenção humana como fundamento de uma nova era histórico-geológica. Viver em uma sociedade global denota enfrentar riscos múltiplos moldados por diversas causas de estresse, já que é desconhecida a condição mundial dentro de 20, 30 ou 40 anos, fazendo com que a sociedade contemporânea esteja diretamente envolvida no desafio de gerenciar os riscos e problemas ambientais crescentes (Leff, 2021).

Talvez, as questões ambientais sejam as mais complexas da educação como um todo, já que se faz necessário entendê-las e abordá-las sem desprendê-las das demais disciplinas, conservando seu caráter multidisciplinar (discussão de um assunto em comum sob a perspectiva de disciplinas diferentes) e interdisciplinar (integração de conhecimentos, conceitos, métodos e abordagens de disciplinas diferentes em relação a determinado tema). Trabalhar com educação ambiental requer o reconhecimento do seu potencial transformador, mas também exige uma análise cuidadosa da experiência dos professores juntamente com seus planos, práticas e conteúdo (Andrade, 2021; Brasil, 2022; 2024b).

2.2 Eventos importantes na história da educação brasileira

A educação é um fenômeno social relacionado ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade. Embora seja um movimento incessante na história de toda sociedade, o processo educativo não é o mesmo em todos os tempos

e em todos os lugares; conectam-se ao projeto de cidadania e de sociedade que se quer manifestar por meio desse sistema (Dias; Pinto, 2019).

O sistema educacional brasileiro passou por uma série de mudanças ao longo de sua história. Essas mudanças foram fortemente influenciadas pelas condições socioeconômicas e políticas do país. Esse processo evolutivo da educação no Brasil teve os primeiros passos em 1930, com o Decreto n.º 19.402, criando o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, cujo objetivo era realizar despachos de assuntos relativos ao ensino, à saúde e à assistência hospitalar, desenvolvendo, além da educação, atividades pertinentes à saúde, ao esporte e ao meio ambiente (Brasil, 1930; 2020b).

No decorrer de quase um século na evolução da educação, foram criadas diversas políticas públicas direcionadas ao tema, como o Conselho Nacional de Educação (1931) e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), para a promoção de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e laico para os brasileiros até 18 anos de idade, estendido aos estrangeiros domiciliados no país (1934). A partir daí, outras normativas importantes foram instituídas (Brasil, 2020b).

No ano de 2014, foi promulgada a Lei n.º 13.005, com a aprovação do Plano Nacional de Educação com o Modelo de Educação Integral e o Modelo de Escola em Tempo Integral (Brasil, 2014). No ano seguinte, foi lançada também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, s.d.), que foi homologada em duas etapas, na Educação Infantil e Ensino Fundamental em 2017 e no Ensino Médio em 2018 (Brasil, s.d.; 2020b).

Em 2020, foi lançado o Programa Tempo de Aprender, por meio da Portaria n.º 280/2020, buscando aperfeiçoar, apoiar e valorizar os professores e gestores escolares do ensino fundamental para a aplicação de práticas embasadas em evidências científicas nacionais e internacionais (Brasil, 2020a). Com base nessas práticas que deram certo, com um plano estratégico para a correção de rotas das políticas públicas de alfabetização no país, foi necessária a adesão de Estados, Municípios e Distrito Federal para a sua implementação (Brasil, 2020a).

Conforme exposto no início deste subtópico, não foram abordados todos os acontecimentos no decorrer destes quase 100 anos de transformação na educação brasileira, mas é possível identificar que foram muitos os movimentos realizados na busca da melhoria na assistência e na qualidade do ensino no país.

O sistema educacional brasileiro é a forma como se organiza a educação regular no país, em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esse sistema é regulamentado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei n.º 9.394/1996 (Brasil, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que teve alterações realizadas por meio de leis sancionadas posteriormente, como a Lei n.º 11.741/2008 (Brasil, 2008), pela Lei n.º 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período entre 2014 e 2024 (Brasil, 2014), pela Lei n.º 13.971/2019, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período entre 2016 e 2019 (Brasil, 2019a) e pela Lei n.º 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990).

O ECA apresenta, em seu capítulo IV, os direitos à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, estando entre eles o direito à educação de crianças e adolescentes, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparando-o para o exercício da cidadania e o qualificando para o trabalho, respeitando no processo educacional os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, de modo a garantir a liberdade da criação e o acesso a fontes de cultura.

As normas relacionadas anteriormente são apenas algumas das que regem a educação no Brasil. A estrutura atual do sistema educacional regular compõe-se de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. É de responsabilidade dos Municípios a atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil e, aos Estados e Distrito Federal, atuarem no ensino fundamental e médio. O governo federal, por sua vez, em matéria educacional, encarrega-se das funções redistributiva e supletiva, prestando assistência técnica e financeira aos demais entes federados, além de organizar o sistema de educação superior (Menezes, 2012).

A educação integral tem sido um propósito presente na legislação educacional e na formação dos educadores. Os diferentes momentos da vida pública do país levaram esse propósito para as escolas, com a introdução de propostas e modelos de grande riqueza, mas ainda pouco representativos.

O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei n.º 2.617/2023, que buscava instituir o Programa Escola em Tempo Integral (Brasil, 2023b), representando um importante sinal para o resgate de uma agenda de educação integral, que historicamente enfrenta desafios para deixar de ser um projeto e se efetivar como

política de Estado. O Projeto de Lei citado foi transformado na Lei Ordinária n.º 14.640/2023 (Brasil, 2023a), que recebeu veto parcial em sua apreciação.

A educação integral representa mais do que compromissos, ela impõe os projetos pedagógicos, a formação de seus agentes, melhoria de infraestrutura e meios para a sua implantação; seu resultado somente será alcançado se houver a participação dos educadores, dos alunos e das comunidades que podem e devem contribuir para a ampliação dos tempos e espaços na formação das crianças, adolescentes e jovens (Brasil, 2009).

A escola pode ser percebida como um espaço de ação, interação, discussão, empatia e democracia, um espaço de convivências, de percepção de diversidades, visando a um futuro melhor para os indivíduos e sociedade. Porém, esse papel da escola requer novas formas de educar, pensando como um espaço de formação integral do homem que compreende aspectos físicos, intelectuais, profissionais e artísticos, transformando-a para uma educação integral. Todo esse potencial dos alunos seria mais bem aproveitado se o ensino acontecesse também em tempo integral, acolhendo as crianças e jovens em boa parte do dia (Silva, 2022).

2.3 Conceitos sobre Educação

É necessário resgatar o verdadeiro conceito de educação, afastando todo o aspecto formal herdado de um conceito de escolas para o privilégio, reguladas apenas pela lei e formalidade, e caracterizá-la como um processo de cultivo e amadurecimento individual, que não pode ser burlado, uma vez que corresponde ao crescimento orgânico, humano, governado por normas científicas e técnicas, e não jurídicas, a ser julgado sempre *a posteriori*, ao invés do cumprimento formal de condições estabelecidas *a priori* (Teixeira, 1957).

Com a apresentação do conceito, a educação deixa de ser o campo de regulamentações legais excessivas. As legislações devem ter características sobre a agricultura, a indústria, o tratamento da saúde etc., que fixe condições para que a educação seja estimulada e difundida, que indique os processos recomendáveis, mas que não os defina, pois, tanto a educação quanto o cultivo da terra, as técnicas da indústria, os meios de cuidar da saúde, não são assuntos de lei e sim da experiência e da ciência (Teixeira, 1957).

A educação em tempo integral e a educação integral possuem conceitos distintos, ainda que se relacionem de forma intensa. Conceitualmente, a educação em tempo integral faz referência à ampliação da jornada em espaços escolares; já a educação integral é tratada nos documentos normativos da educação brasileira com o objetivo de conceber uma formação ampliada, rompendo com a linearidade dos conhecimentos técnico-científicos (Cruz, 2021).

Este subtópico busca apresentar a educação em tempo integral, um modelo educacional que se caracteriza pelo aumento do tempo de permanência dos alunos na escola, com atividades extracurriculares. Além da educação em tempo integral, será apresentada a educação integral, que busca garantir que os alunos se desenvolvam em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural, como um esforço compartilhado entre os jovens, suas famílias, professores, gestores e comunidades locais.

2.3.1 Educação em Tempo Integral

É preciso que o passado seja conhecido para que o presente possa ser compreendido. Assim sendo, para um melhor entendimento dos projetos educacionais presentes no Brasil atualmente, é preciso conhecer como se chegou ao modelo de educação atual.

As experiências educacionais no Brasil foram impulsionadas por projetos de educação em tempo integral, como os desenvolvidos por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Anísio Teixeira deu início a várias realizações no campo educacional, entre elas a Escola Parque, ou Centro Educacional Carneiro Ribeiro, criada em Salvador no ano de 1950, considerada uma instituição de ensino pioneira no país, uma vez que trouxe em sua gênese a proposta até então revolucionária de educação profissionalizante e integral voltada para as populações mais carentes (INEP, 1955).

Faziam parte das propostas de Anísio Teixeira a realização de cursos de corte e costura, marcenaria e trabalho sobre couro, além de cursos de arte com a participação de artistas conhecidos naquela época (INEP, 1955).

A proposta dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, idealizados pelo professor Darcy Ribeiro na gestão do Governador Leonel Brizola, com estrutura projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, era ser uma nova instituição, questionadora da realidade social injusta, desumana e impatriótica, proporcionando às crianças

alimentação completa, aulas, a segunda professora, esportes, lazer, material escolar, assistência médica e dentária, retornando ao lar da família no final do dia, já de banho tomado (Ribeiro, 1986).

A educação em tempo integral tem como objetivo proporcionar uma formação abrangente, promovendo o desenvolvimento acadêmico, social, emocional e cultural dos alunos. Ao estender o tempo de aprendizado, há a possibilidade de aprofundar o conhecimento, oferecer oportunidades de aprendizagem mais diversificadas e estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, trabalho em equipe, criatividade e autonomia. Sobre isso, Teixeira (1977) afirma:

A escola primária visando, acima de tudo à formação de hábitos de trabalho, de convivência social, de reflexão intelectual, de gosto e de consciência, não pode limitar as suas atividades a menos do que o dia completo. Deve e precisa ser de tempo integral para os alunos e servida por professores de tempo integral (Teixeira, 1977, p. 79).

Além disso, a educação em tempo integral pode contribuir para diminuir as desigualdades educacionais, uma vez que proporciona um ambiente protegido e enriquecido para alunos de diferentes contextos socioeconômicos. Ao oferecer atividades extracurriculares, como esportes e artes, a educação em tempo integral também pode contribuir para o desenvolvimento de talentos e interesses individuais, oferecendo à criança oportunidades de vida num contexto de desenvolvimento integral (Teixeira, 1977).

No entanto, é importante ressaltar que a educação em tempo integral requer investimentos em infraestrutura, recursos humanos, currículo e gestão escolar. É necessário planejamento cuidadoso e apoio adequado para garantir que o tempo adicional na escola seja proveitoso e proporcione benefícios concretos aos alunos.

O modelo de escolas de ciclo único já é utilizado em países de referência em educação, como a Coreia do Sul, Cingapura, Inglaterra e Alemanha, e registram excelentes resultados. A Inglaterra, por exemplo, separa seus alunos por idade e por ciclo, dos 5 aos 10 anos, dos 11 aos 15 anos e dos 16 aos 18 anos, e utiliza também o sistema de progressão continuada. Na Alemanha, por sua vez, a educação em tempo integral é obrigatória para os alunos dos 6 aos 15 anos. A escola primária, dos 6 aos 10 anos, funciona em estabelecimentos específicos e, dos 11 aos 15 anos, em unidades específicas (São Paulo, 2015).

Apesar das contribuições de Anísio Teixeira e de outros educadores que compartilharam de sua visão, a implementação efetiva da educação em tempo integral no Brasil ainda enfrenta desafios. No entanto, o debate em torno dessa proposta tem se intensificado nos últimos anos, e algumas iniciativas têm sido adotadas em diferentes partes do país, visando oferecer uma educação abrangente e de qualidade para os alunos.

Recentemente, o Governo Federal Brasileiro deu início oficialmente ao programa “Escola em Tempo Integral”, por meio da Lei n.º 14.640/2023 (Brasil, 2023a). O projeto, gerido pelo Ministério da Educação, tem o objetivo de concretizar a Meta n.º 06 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, promovendo a criação de matrículas em tempo integral em todas as redes do sistema de ensino (MACHADO, 2023; Brasil, 2023a).

2.3.2 Educação Integral

A escola pensada por Dewey e desenhada por Anísio Teixeira para o Brasil seria a escola que, baseada no pragmatismo, levasse em consideração a mudança contínua e dinâmica da sociedade e dos homens, e que educasse para a mudança, de modo a preparar os alunos para o futuro e lhes dar possibilidades de desenvolvimento de suas inteligências de forma autônoma, ao invés da memorização e reprodução de fórmulas sem sentido (Silva, 2022).

A nova função dada à escola exigia novas modalidades de educar, que representasse um espaço de formação integral do homem, abrangendo aspectos físicos, intelectuais, profissionais e artísticos. Assim, a escola se tornaria um espaço para a educação integral, abrangendo todas as potencialidades do aluno e seria melhor empreendida se acontecesse também em tempo integral (Silva, 2022).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) considera, em seu artigo 11:

Art. 11. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar de um estudante que permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a sete horas diárias ou a trinta e cinco horas semanais, inclusive em dois turnos, desde que não haja sobreposição entre os turnos, durante todo o período letivo (Brasil, 2021).

Em concomitância ao solicitado pela legislação, que determina o tempo da escola, existe o tempo na escola, vivenciado por inúmeras infâncias. Os temas das aulas, os encontros, as brincadeiras, os acontecimentos, os afetos e as brigas, que podem ocorrer em determinados momentos, tendem a se estender para além do horário da aula. O tempo da escola confrontado com o tempo na escola foge da escolarização, mas ocorre apenas por meio dela (Roveroni; Momma; Guimarães, 2019).

A educação vem sendo chamada a responder e revelar suas condições para a formação de cidadãos que contribuam com a continuidade do processo de desenvolvimento. Integrando um contexto de múltiplas variáveis correlacionadas, a educação em tempo integral está sendo apresentada não somente como estratégia para o avanço educacional tão necessário no país, mas também para a possibilidade de contribuição para o avanço da aprendizagem dos alunos e uma formação ampla, voltada ao pleno desenvolvimento (Menezes, 2012).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta, em alguns de seus artigos, considerações sobre o tempo integral:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

[...]

Art. 52

[...]

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

[...]

Art. 87

[...]

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral (Brasil, 1996).

Fica claro que o ensino em tempo integral já é previsto há bastante tempo pelas leis que regulamentam o sistema de ensino brasileiro, e continua sendo tema recorrente nas novas normas.

Na contemporaneidade, a questão da educação em tempo integral está sendo retomada principalmente em decorrência de a temática integrar a Meta 6 do Plano

Nacional de Educação do período de 2014 a 2024 (Roveroni; Momma; Guimarães, 2019), que está vigente e que tem o seguinte texto:

Meta 6 – Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica (Brasil, 2014).

As estratégias estabelecidas para atingir a meta incluem o incentivo, com o apoio do Governo Federal, à oferta da educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades pedagógicas e de acompanhamento multidisciplinar, com a articulação de diversas ações educativas, culturais e esportivas, nos espaços públicos, disponíveis em cada localidade (Brasil, 2014).

Quando se trata de educação integral, esta pode ser entendida como a abordagem que visa garantir que os alunos se desenvolvam em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e se estabelece como um esforço compartilhado entre os jovens, suas famílias, professores, gestores e comunidades locais.

Ao reconhecer que todos têm direito ao aprendizado, ao acesso a oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas por meio da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, o que é essencial para enfrentar as desigualdades educacionais, a educação integral dá forte ênfase ao desenvolvimento de indivíduos críticos, autônomos, responsáveis consigo mesmos e com o mundo, promovendo a equidade (Centro de Referência em Educação Integral, s.d.).

A educação integral reconhece a singularidade do sujeito, suas múltiplas identidades e é sustentada pela construção da adaptabilidade do projeto educativo para todos e todas, ainda se alinha com a noção de sustentabilidade, pois está comprometida com os processos educativos contextualizados e interage de forma permanente o que se aprende com o que se pratica (Centro de Referência em Educação Integral, s.d.).

As diferenças inerentes a cada pessoa constroem a riqueza da nossa humanidade, assim, as propostas de educação integral devem respeitar essas diferenças representadas pelas deficiências, origem étnico-racial, condição

econômica, origem geográfica, orientação sexual, religiosa ou outros fatores (Centro de Referência em Educação Integral, s.d.).

A educação integral sustenta a ideia de que é necessário reconhecer e abolir barreiras, sejam elas arquitetônicas, políticas, culturais e atitudinais, para que todos os espaços sejam inclusivos e para que a diversidade não seja apenas um valor, mas também uma oportunidade de desenvolvimento de crianças e jovens em suas diversas dimensões (Centro de Referência em Educação Integral, s.d.).

Como já mencionado, o conceito de escola em tempo integral faz referência à jornada escolar com o objetivo de oferecer experiências diversificadas; já em relação ao conceito de educação integral, ela representa a maneira como o currículo foi pensado, pretendendo reunir diversas áreas, experiências e saberes por meio da aproximação da escola com a comunidade, pela valorização dos saberes locais (Silva, 2022).

Para dar conta de um projeto de educação integral em tempo integral que associe o direito ao conhecimento, às ciências e às tecnologias com o direito às culturas, aos valores, ao universo simbólico, ao corpo e suas linguagens, expressões, ritmos, vivências, emoções, memórias e identidades diversas, é necessário que se amplie a função da escola (Arroyo, 2012). As políticas públicas em educação devem considerar ações amplas e específicas, conferindo mais autonomia para o debate dos problemas vividos nas escolas e as possíveis soluções (Silva, 2022).

Os programas educacionais Mais Educação e Escola em Tempo Integral estão centralizados no Ministério da Educação. Esses programas mostram a consciência política de que cabe aos Estados e aos governos o dever de garantir mais tempo de formação e articular os tempos-espacos de escolarização com outros tempos-espacos para o viver e a socialização (Brasil, 2009; 2023a).

Nas últimas décadas, é crescente a consciência de que o tempo de escola em nossa tradição é curto e o direito à educação levou ao direito a mais educação e a mais tempo de escola, o que conduz a buscar respostas políticas ao avanço da consciência do direito a mais tempo de educação (Arroyo, 2012).

Uma boa educação deve ser capaz de reconhecer e usufruir das potencialidades da localidade onde a unidade escolar está inserida, de modo a mostrar aos alunos como essas potencialidades podem ser favoráveis para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. A relação entre a educação e o desenvolvimento regional será abordada na próxima seção.

2.4 Educação e Desenvolvimento Regional

As teorias de desenvolvimento regional vêm sofrendo transformações nos últimos anos, provocadas de um lado pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e, por outro lado, pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais.

É possível perceber que, desde o final da década de 1980, ao mesmo tempo em que o movimento de expansão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume de capital em circulação mundial), as regiões do interior mostram um movimento de endogeneização (referente à valorização de recursos internos), nas decisões relacionadas ao seu destino e com o uso dos meios e recursos utilizados no processo econômico, mostrando que a organização territorial deixou de ter papel passivo, passando a exercer um papel ativo diante da organização industrial (Filho, 2001).

A política de investimento em capital físico ou, mais especificamente, em infraestrutura, é importante para uma região ou para a economia, uma vez que cria melhores condições para a formação de aglomerações de atividades mercantis, além de criar oportunidades externas para o capital privado, reduzindo custos de transação, de produção e de transporte, além do acesso a mercados. No entanto, essas condições não são suficientes para criar um dinamismo no processo endogênico do excedente econômico local e para atrair excedentes de outras regiões, que provoquem a ampliação das atividades econômicas, dos empregos e da renda (Filho, 2001).

O conceito de desenvolvimento não pode ser direcionado apenas para a esfera econômica, devendo abordar uma visão multidisciplinar, que envolve economia, cultura, estruturas sociais, uso dos recursos e outros fatores (Silva, 2005).

Uma das primeiras questões do desenvolvimento sustentável é o espaço analítico; um município, por exemplo, pode ter capacidades para um desenvolvimento contínuo, direcionado por indicadores favoráveis, e, mesmo com a presença de problemas localizados e contornáveis, algumas regiões podem não possuir muita capacidade para gerenciar seus recursos e objetivos, em um projeto contínuo de desenvolvimento ou vice-versa (Silva, 2005).

Os papéis de cada ente federativo, os parâmetros de aprendizado de cada etapa de ensino, a função dos profissionais de ensino, a origem e a destinação dos

recursos, estão detalhados nas Diretrizes e Bases da Educação. Na esfera municipal, apesar de as microrregiões serem conjuntos municipais, não constituem um ente federativo, representando um dos valores a serem ponderados na organização de uma estratégia regional, podendo ir além de temas da educação.

Uma microrregião é uma organização estratégica para a educação, uma vez que a mobilidade da população no território possibilita pensar no atendimento de forma otimizada, de acordo com as vantagens de cada localidade. No entanto, as responsabilidades da oferta de ensino e demais instruções das Diretrizes e Bases da Educação são individuais, ou seja, serão cobradas de cada município suas obrigações, tornando desafiadora a estratégia regionalizada (Seddon; Lino, 2021).

O desenvolvimento econômico e o bem-estar do ser humano dependem dos recursos da Terra. O desenvolvimento sustentável é impossível se a degradação ambiental continuar. Os recursos do planeta são suficientes para atender às necessidades de todos os seres vivos, desde que manejados de forma eficiente e sustentada. O desenvolvimento econômico e o cuidado com o meio ambiente são compatíveis, interdependentes e necessários. A chave para o desenvolvimento é a participação, a organização, a educação e o fortalecimento de pessoas (Dias, 2003).

O investimento em educação ambiental em tempo integral nas escolas é uma possibilidade de formar cidadãos capacitados para a defesa das questões ambientais, conhecedores dos recursos naturais, tecnológicos e humanos disponíveis, que estejam preparados para aproveitar os recursos locais, para o desenvolvimento econômico e social da região onde estão inseridos.

A participação da comunidade escolar no planejamento da instituição de ensino é de extrema importância. Quando se fala em comunidade escolar, estão envolvidos os diretores, professores, alunos, pais e demais funcionários das instituições de ensino que de alguma forma contribuem com o desenvolvimento dos alunos que a frequentam.

O diálogo entre os sujeitos permite a reflexão sobre os melhores métodos para a comunicação entre as partes envolvidas com a escola, respeitando a linguagem de comunicação de cada um, bem como o teor dos assuntos que devem ser discutidos entre cada uma das partes. Nem sempre a linguagem usada entre os diretores e professores será a mesma que aquela utilizada entre os professores e pais, por exemplo, assim como o teor dos assuntos.

Conforme exposto, é vital que a comunidade escolar compreenda a importância de participarem das decisões relativas à educação, principalmente dos benefícios para a própria comunidade onde a unidade escolar está inserida, como também se responsabilizar pela ausência de compromisso quando os planos não dão certo.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento de abrangência global, devendo ser amplo e capaz de possibilitar que as atividades desenvolvidas na escola sejam organizadas. O PPP tem uma duração longa, e determinadas ações são pensadas para o ano letivo e outras, que demandam uma mudança de cultura, exigem maior tempo para seu desenvolvimento. A participação no processo de construção e reconstrução do PPP deve ser coletiva, envolvendo estudantes, pais, professores, diretores, funcionários e representantes da comunidade local. O processo não se finda na elaboração do documento ou na realização das ações nele previstas, a avaliação deve ser constante (Paraná, 2018).

2.5 Pedagogia de Projetos

As escolas desempenham papel expressivo na formação de opinião e muitas vezes o seu trabalho se vê aprisionado aos livros didáticos e aos conteúdos sugeridos neles. Dessa forma, uma proposta para se sobrepor a essa realidade é a pedagogia de projetos. A utilização de projetos na educação tem o propósito de promover o diálogo entre as disciplinas, trazendo à tona práticas pedagógicas diversificadas e importantes para o contexto social dos alunos, tirando as disciplinas da inércia, passando a integrar um currículo diferenciado, proporcionando uma formação global (Silva, 2020).

A proposta busca estimular o aluno a procurar soluções para problemas no decorrer do processo, levando-o a pesquisar, discutir e propor medidas que resolvam esses problemas. Assim, é possível perceber que a pedagogia de projetos é uma possibilidade metodológica de ensino para o desenvolvimento do tema “sustentabilidade” (Silva, 2020).

Os projetos que podem ser utilizados para a melhoria da realidade escolar e promoção de situações de ensino e aprendizagem são os mais diversos. Entre as modalidades de projetos, estão os Projetos Político-Pedagógicos, os conhecidos PPPs, Projetos de Informática, Projetos de uma Turma, Projetos do Professor etc. Essa diversidade de projetos que circulam nas escolas pode ser vista sob a ótica e as

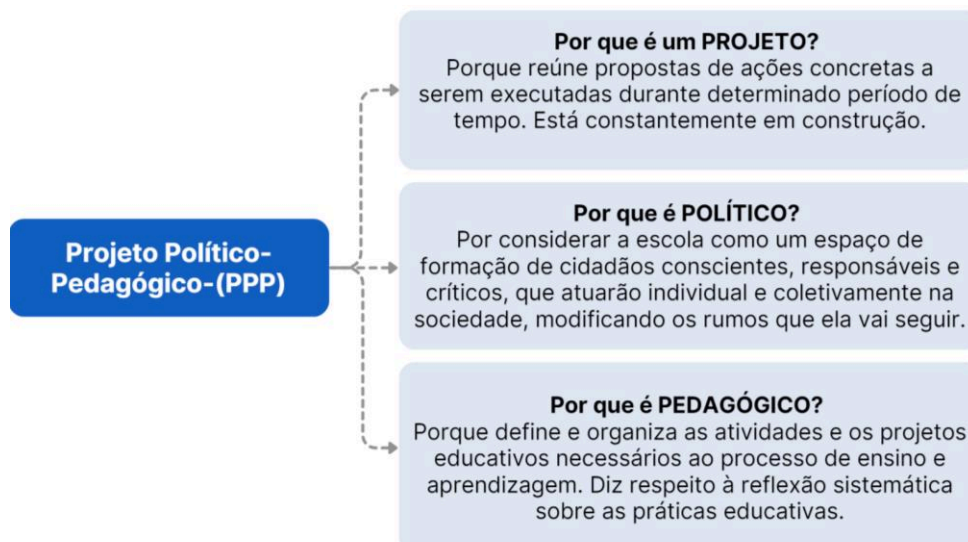
características da pedagogia de projetos, se o objetivo maior for aprender e/ou ensinar (Renner, 2010).

Para que a aprendizagem na escola por meio da pedagogia de projetos seja efetiva, é necessário que os contextos sejam baseados na definição clara de objetivos a partir de uma situação problema, na criação de um ambiente motivador e desafiador que seja ao mesmo tempo flexível, tendo na autoria (individual e coletiva) do aluno a mediação do professor, com fomento da interdisciplinaridade (Renner, 2010).

O Projeto Político-Pedagógico é um dos principais documentos que orienta o trabalho pedagógico e que corresponde a um conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam as práticas pedagógicas e administrativas da escola, de acordo com as normas do sistema educacional. Além de organizar os objetivos e ações da escola, tem como foco questões de aprendizagens relacionadas ao ambiente escolar que direcionam o processo de escolarização (Paraná, 2018).

O processo de elaboração do PPP tem sua essência na coletividade, no diálogo, na participação da comunidade escolar, uma atividade exigente que se expressa na escola com ações que convergem para um mesmo objetivo. Os conceitos que definem a nomenclatura de Projetos Político-Pedagógicos estão representados na Figura 1.

Figura 1 – Nomenclatura de Projeto Político-Pedagógico (PPP)



Fonte: Elaborado com base nas informações da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (Paraná, 2018)

O PPP é um documento que reflete o posicionamento da escola perante a sociedade, não podendo ser estático, sofrendo diversas alterações ao longo de sua construção, em busca da melhoria da qualidade escolar. Dessa forma, ele deve ser inovador e articulador, retratando a identidade da escola diante da comunidade, logo, precisa integrar, buscar e criar alternativas para os diferentes momentos do fazer pedagógico inclusivo para que a diversidade dos alunos seja atendida (Pucci; Lima; Bosquette, 2014).

A prática de se trabalhar por meio da pedagogia de projetos auxilia na formação dos alunos de forma integral, criando diversas oportunidades de aprendizagem. A inovação pedagógica em prol de metodologias de ensino e de novos instrumentos de avaliação pedagógica se faz urgente, sendo fundamental que haja um conjunto de mudanças nos espaços de conhecimentos, incluindo a comunicação, a informação e a formação integral, permitindo que se repense a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem e como consequência uma mudança de paradigma (Santos; Leal, 2018).

As instituições de ensino ainda enfrentam grandes desafios, entre eles a dificuldade de tornar o espaço de aprendizagem interativo, inter e transdisciplinar, inovador, prazeroso, contextualizado e significativo. A interdisciplinaridade, a contextualização, a problematização e a construção de conhecimento devem ser promovidas (Santos; Leal, 2018).

A inovação em relação à perspectiva pedagógica comprova a necessidade de o professor buscar formação continuada em prol de metodologia inovadora voltada para a concepção da educação de qualidade, promovendo ações e procedimentos que se concretizam de forma dinâmica, diversificada, efetiva e significativa (Santos; Leal, 2018).

2.6 Educação e Legislação

Na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aos diversos entes federativos (União, Distrito Federal, Estados e Municípios), por meio da Lei n.º 9.394/96 e das alterações estabelecidas por instrumentos legais posteriores. No entanto, outras normas também trazem orientações importantes em relação à educação no Brasil, que complementam as Diretrizes e Bases da Educação.

2.6.1 Instrumentos norteadores da educação no Brasil – Viés Ambiental

O tema educação ambiental é inserido no sistema educacional brasileiro por meio de muitos instrumentos, sejam eles leis, diretrizes, resoluções ou orientações dos órgãos competentes. Fato é que, mesmo estando prevista em muitos instrumentos, ela ainda não foi inserida no currículo escolar de maneira efetiva, e necessita de esforços para que sejam alcançados os resultados desejados com a educação ambiental.

Embora não esteja limitada ao ensino formal, tratar do contexto educacional é prioridade para situar a educação ambiental no ambiente educativo. É importante refletir sobre o papel da escola, em sua relevância e desafios, sendo a complexidade dessas relações intermediada pela educação ambiental constante em instrumentos norteadores da Educação Básica, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Programa Escola em Tempo Integral (Branco; Royer; Branco, 2018).

Alguns dos principais instrumentos que orientam a educação no país serão abordados a seguir, sempre dando ênfase ao viés ambiental.

2.6.1.1 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, fruto de um processo de debate e negociação entre os diversos autores do campo educacional. Assegurando os direitos dos alunos à aprendizagem e ao crescimento, ela delinea o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens fundamentais que todos os alunos devem adquirir ao longo dos ciclos e nas modalidades da Educação Básica (Brasil, s.d.).

Sendo considerada uma referência nacional para a formulação dos currículos, dos sistemas, das redes escolares, dos entes federativos e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC é parte da política nacional da educação básica, contribuindo para o alinhamento de outras políticas e ações, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para uma adequada infraestrutura para o pleno desenvolvimento da educação (Brasil, s.d.).

Os sistemas educativos e as redes de ensino, de acordo com suas respectivas esferas de autonomia e competência, devem incorporar em seus currículos propostas pedagógicas com temas contemporâneos que impactam a vida humana em escala local, regional e global, sendo a educação ambiental um dos temas (Brasil, 2013).

A BNCC trouxe diferentes abordagens, se comparadas as suas três versões. Na primeira, com 302 páginas, sequer apresentava o termo “educação ambiental”, destacando os temas relacionados ao meio ambiente, cidadania, direitos humanos como formas de diálogo interdisciplinar. Embora não aborde diretamente o tema educação ambiental, a versão reforça a ideia de que conceitos como preservação do meio ambiente, consumismo e sustentabilidade devem ser tratados como temas transversais (Branco; Royer; Branco, 2018).

A segunda versão da BNCC apresenta a educação ambiental como um componente da escolarização, uma prática social deliberada que deve ter impacto no crescimento pessoal e um caráter social nas interações com o mundo natural (Branco; Royer; Branco, 2018).

Para ir além da perspectiva naturalista, os métodos pedagógicos da educação ambiental devem adotar uma perspectiva crítica sobre a relação entre natureza, produção, trabalho e consumo. A compartimentalização da informação procurou ser superada na segunda versão, para que os temas especiais de caráter multidisciplinar contemplem os objetivos de aprendizagem em todas as disciplinas da educação básica (Branco; Royer; Branco, 2018).

A terceira versão da BNCC afirmou que é importante promover a adoção de soluções individuais e coletivas que se baseiam no conhecimento científico e contribuem para a sustentabilidade socioambiental no currículo das escolas. Dessa forma, procurou-se incentivar e promover uma convivência em maior harmonia com o meio ambiente, fazendo uso consciente e responsável dos recursos naturais para garantir sua futura manutenção e recomposição. O trabalho nas escolas é direcionado com maior ênfase para a sustentabilidade, relacionada ao meio ambiente e ao uso de seus recursos naturais (Branco; Royer; Branco, 2018).

Realizando uma análise crítica da Base Nacional Comum Curricular, de maneira similar ao que ocorre nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em relação ao tema educação ambiental, observa-se que ele não é considerado um componente curricular. O assunto não é referido como um princípio necessário para o desenvolvimento das competências gerais e habilidades

no ensino fundamental, porém, tem-se referência sobre a promoção da consciência socioambiental e do consumo responsável (Barbosa; Oliveira, 2020).

A educação e as relações de ensino e aprendizagem não ocorrem apenas entre os muros da escola; deve-se considerar que a todo tempo estamos em uma complexa rede de relações, com a escola refletindo a comunidade do indivíduo, em trocas e aprendizados constantes (Barbosa; Oliveira, 2020).

As soluções para os problemas precisam ser debatidas e pensadas naquela comunidade escolar, ou seja, no universo micro, já que, na maioria das vezes, soluções abrangentes não atendem às especificidades de cada instituição escolar. Nesse sentido, as políticas públicas em educação devem considerar ações específicas, para sanar seus problemas e obter soluções (Silva, 2022).

2.6.1.2 Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/1996

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecem, por meio da Lei n.º 9.394/96, os princípios gerais para todo o sistema educacional e representam um marco para a educação nacional.

A análise dos problemas ambientais a partir dos currículos escolares brasileiros, baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, leva ao entendimento de que muitos dos problemas ambientais deveriam constar nos currículos escolares, o que na realidade não ocorre. A importância da educação ambiental no cotidiano da sociedade não está refletida de maneira adequada quando se fala em formação do aluno para ser um cidadão crítico e agente das decisões tomadas na sociedade (Fortunato, 2021).

Por isso, ressalta-se que a abordagem de ensino deve estar pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tem a finalidade de nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas e as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em todo o Brasil (Brasil, 1996).

É de conhecimento geral que se deve estabelecer conhecimentos, competências e habilidades que são esperadas no desenvolvimento dos alunos ao longo da Escola Básica, doutrinada pelos princípios de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e

contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos alunos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013) aos propósitos que conduzem a educação brasileira para a formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Tanto o Projeto Político-Pedagógico (PPP) quanto o currículo escolar são de extrema importância para o sistema educacional. Enquanto o primeiro se preocupa em propor uma forma de organizar o trabalho pedagógico em pelo menos dois momentos decisivos (organização da escola como um todo e organização da sala de aula, incluindo o contexto social), o segundo orienta todo o trabalho desenvolvido na escola, tendo em vista as características do mundo e da sociedade atual, refletindo na visão de mundo expressa nos documentos orientadores a partir das formas efetivas de ação dos agentes educacionais, devendo sempre estar em consonância com o PPP (Silva *et al.*, 2018).

2.6.1.3 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – Lei n.º 9.795/1999

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) indica os princípios e objetivos da educação ambiental, assim como seus atores e as instâncias responsáveis por sua implementação, seja formal ou não-formal, além das principais linhas de ação (Brasil, 1999; 2007).

A educação ambiental na educação escolar das instituições públicas e privadas está descrita nos artigos 10 e 11, da Lei n.º 9.795/1999:

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999).

A Política Nacional de Educação Ambiental, a partir da SECAD/MEC, está estruturada em quatro eixos de ação (Quadro 01).

Quadro 1 – Eixos da Política Nacional de Educação Ambiental

Eixos	Ação
Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas	<p>Ações estruturantes:</p> <p>a) Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, b) Formação Continuada de Professores e Estudantes, c) Inclusão Digital com Ciência de Pés no Chão, d) Ações Estruturantes – Com-Vidas, Coletivo Jovens e Educação de Chico Mendes.</p> <p>Com a proposta de construir um processo permanente de educação ambiental na escola, por meio de instâncias presenciais, a distância (internet) e difusas, envolvendo as Secretarias de Educação estaduais e municipais, professores, alunos, comunidade escolar, sociedade civil e universidades.</p>
Enraizamento da educação ambiental no Brasil	<p>Ação conjunta com o Ministério do Meio Ambiente que visa potencializar a implementação das políticas e programas de educação ambiental em todas as unidades federativas do país e contribuir para o enraizamento e fortalecimento da EA.</p> <p>Se desenvolve para fortalecer a institucionalização da EA nas Secretarias de Educação; articular os diversos atores e instituições para potencializar e integrar ações de EA; fomentar a criação e consolidação das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental – CIEAs e Redes de EA; divulgar e assessorar a execução dos projetos e programas da Secad/MEC; apoiar eventos de mobilização de educadores ambientais; integrar e promover sinergia entre as ações, projetos e programas de EA dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente por meio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.</p>
Normatização da educação ambiental no Ensino Formal	<p>Elaboração de diretrizes e regulamentação da educação ambiental por meio do Plano Nacional de Educação – Revisão da Lei n.º 10.172/01, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e da Participação em Colegiados (Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA, Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conama, entre outros).</p>
Documentação, Pesquisa e Avaliação	<p>As pesquisas e as estratégias de monitoramento fornecem subsídios para a avaliação e conseqüentemente para o planejamento incremental das ações da CGEA. As publicações são dirigidas a diversos públicos, contribuindo para a difusão do conhecimento e subsidiando as ações educacionais transformadoras. São organizadas em documentos técnicos, que descrevem os projetos e ações da coordenação, e em livros, que abordam conceitos e referenciais teóricos sobre educação ambiental. Esse conjunto documental colabora com o aprimoramento metodológico das ações e com o adensamento conceitual da temática socioambiental.</p>

Fonte: Adaptado do Ministério da Educação (Brasil, 2007)

O Ministério da Educação (MEC) promoveu alterações na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), por meio do Projeto de Lei n.º 6.230/2023, objetivando atualizar e inserir ao currículo escolar, cada vez mais, a educação ambiental, com temas relacionados ao clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e emergências socioambientais no contexto do Brasil (Undime, 2024).

2.6.1.4 Parâmetros Curriculares Nacionais

As políticas educacionais devem ser produzidas em contextos macroestruturais, hibridizadas, recontextualizadas e ressignificadas em nível meso (secretarias estaduais e municipais de educação) e em nível micro (nos projetos político-pedagógicos e nas práticas docentes), com significados plurais e locais, que devem ser considerados nas análises e nos processos de formação continuada de atores educacionais.

A ressignificação das políticas na vivência escolar e em outras instituições educacionais faz com que sejam percebidos e incentivados os potenciais de todos, e os atores educacionais atuam como protagonistas de um movimento desafiador, de modo a contribuírem com a formação de identidades comprometidas com os direitos humanos, com a pluralidade e com os valores democráticos de cidadania (Ivenicki, 2019).

As questões relacionadas à globalização, as transformações científicas e tecnológicas com a necessidade de discussão ético-valorativa da sociedade trazem para a escola a imensa tarefa de instrumentalizar os jovens para que participem da cultura e das relações sociais e políticas, abrindo aos alunos a oportunidade de aprendizado sobre temas por vezes excluídos, além de atuar propositalmente na formação de valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, à política, à economia, ao meio ambiente, à tecnologia etc. (Brasil, 1997).

O professor em sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro, tem reconhecido pelos parâmetros curriculares nacionais a complexidade da prática educativa (Brasil, 1997).

Os parâmetros curriculares podem ser utilizados com objetivos diversos, adequando-se às necessidades de cada realidade e de cada momento, dada a sua abrangência, os assuntos tratados e a forma como estão organizados. Esses Parâmetros auxiliam os professores na reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, a serem continuamente transformadas pelo educador (Brasil, 1997).

A proposta de Políticas Públicas da Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação aponta que as ações das escolas sustentáveis

se organizam em torno do currículo da escola sustentável, da gestão democrática para a sustentabilidade, do espaço escolar e das relações escola-comunidade. A participação da comunidade faz com que a convivência e o planejamento curricular sejam direcionados à sustentabilidade por meio da criação e fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) (Dourado; Belizário; Paulino, 2015).

O processo educacional não pode ser um instrumento de imposição, cabe ao governo investir nas escolas para preparar crianças e jovens para a democracia e oferecer educação de qualidade e de participação social. Assim, uma proposta educacional deve visar à qualidade da formação a ser oferecida, com a proposição de práticas educativas que atendam às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais, os interesses e motivações dos alunos para o desenvolvimento de indivíduos autônomos, críticos e participativos, que possam atuar com dignidade, responsabilidade e competência (Brasil, 1997).

Ainda que oriundas de áreas com infraestrutura precária e situação socioeconômica severa, todas as crianças e jovens brasileiros devem ter acesso ao acervo de conhecimentos produzidos socialmente e considerados essenciais para o exercício da cidadania. O que se evidencia é a necessidade de um referencial comum para a educação escolar, que especifique o que deve ser garantido a todos em uma realidade com características tão diversas, sem promover uma uniformidade que descaracterize e desvalorize as peculiaridades culturais e regionais. Isso porque o princípio da equidade reconhece que existem diferenças e que, por isso, são exigidas condições diferenciadas para o processo educativo (Brasil, 1997).

Assim, é necessário o estabelecimento de uma referência curricular comum para o Brasil como um todo, ao passo que fortalece a unidade nacional e a responsabilidade do Governo Federal com a educação, buscando garantir a diversidade cultural tão marcante no país, a partir da possibilidade de adaptações que as integrem na prática educacional.

Para a compreensão dos parâmetros curriculares nacionais, é necessário situá-los na estrutura do sistema educacional brasileiro, no que se refere aos quatro níveis de concretização curricular, que devem buscar integração e autonomia. O primeiro nível da concretização curricular, referência nacional para o ensino fundamental, estabelece meta educacional em que as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto devem ser direcionadas. Os parâmetros curriculares têm ainda a função

de subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos estados e municípios, mantendo o diálogo com as propostas e experiências já existentes (Brasil, 1997).

O documento que norteia a estrutura curricular em nível nacional é composto por dez cadernos que não possuem caráter de obrigatoriedade. A educação ambiental está presente em três dos volumes: Ciências Naturais, Meio Ambiente e Temas Transversais (Branco; Royer; Branco, 2018). As proposições expressas nos parâmetros curriculares respondem à necessidade de referenciais nas quais o sistema educacional do país irá se basear para se organizar, a fim de garantir que a educação atue no processo de construção da cidadania, respeitando as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas (Brasil, 1997).

O Ministério da Educação tem realizado a divisão entre currículo, edificações, gestão e relacionamento com a comunidade, de modo a auxiliar o pensamento, mas sem segregar os elementos. É necessário dividir em partes para depois construir o todo. Algumas barreiras também são encontradas no percurso, gerando questionamentos, por exemplo, de como pensar um projeto coletivo quando o tempo das reuniões pedagógicas são tão curtos e as pautas tão extensas, como fortalecer os laços com a comunidade escolar, em que as reuniões de pais e mestres possuem cada vez menos participação dos envolvidos (Dourado; Belizário; Paulino, 2015).

2.6.1.5 Programa Escola em Tempo Integral

O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n.º 14.640, de 31 de julho de 2023, tem o objetivo de promover a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica na educação integral e cumprir a Meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2023a). O programa prevê a assistência técnica e financeira para a criação de matrículas em tempo integral, com carga horária igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais e considera as propostas pedagógicas alinhadas à BNCC, priorizando as escolas que atendam a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 2023a).

A previsão é que sejam feitas um milhão de novas matrículas na primeira pactuação, com um investimento de quatro bilhões de reais. A adesão ao programa será voluntária, mediante decisão do Chefe do Executivo do ente federado (município, estado ou Distrito Federal) ou de seu representante. A assistência técnica do MEC requer um amplo processo de escuta, diálogo e participação social no traçado do

projeto, das diretrizes e do currículo para a expansão da jornada escolar com qualidade (Brasil, 2023c).

O prazo para as secretarias estaduais de educação aderirem ao Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral para o ensino médio terminou em 25 de novembro de 2023. Cada secretaria estadual de educação precisou encaminhar, além do termo de adesão e do formulário do plano de implementação, o plano de gestão escolar, planejamento pedagógico, proposta de plano de diagnóstico, nivelamento e o plano de participação da comunidade nas escolas.

A migração das turmas de cada escola para a nova proposta poderá ocorrer de uma única vez ou de maneira gradual. A admissão do aluno deverá ocorrer por proximidade da escola pública de origem. As escolas e regiões de vulnerabilidade social ou com baixos índices sociodemográficos deverão ser priorizados no momento da seleção (Brasil, 2023c).

2.7 Educação como um caminho para a sustentabilidade

As ações antropogênicas (causadas pelas ações humanas) geram impactos ambientais e estão se tornando cada vez mais presentes no planeta. As mudanças climáticas observadas ao longo dos anos, o aumento de queimadas, o risco da escassez de água, a extinção de biomas e espécies, acendem um alerta à população sobre a importância de adotar práticas sustentáveis em todos os âmbitos sociais, políticos e econômicos (Silva; Leão, 2020).

O conceito de sociedade sustentável difere do conceito de desenvolvimento sustentável; a primeira inclui uma visão transformadora, que se apoia na diversidade de buscas e soluções para a construção simultânea e coletiva das sustentabilidades ambiental, social, econômica, política e ética, já a segunda se limita à dimensão do crescimento econômico como balizador da sustentabilidade, sem criticidade e com manutenção do *status quo* (Brasil, 2007).

Uma das formas de alcançar as mudanças em relação à crise ambiental é por intermédio da educação, e, mais especificamente, da educação escolar, que vai ao encontro da Ecopedagogia, que propõe a reelaboração dos currículos pensando em conteúdo que seja significativo tanto para o aluno quanto para o bem-estar do planeta (Brasil, 2007).

Entre os professores, tem-se o discurso de que o papel da educação escolar é o desenvolvimento de sujeitos bem-informados, críticos, reflexivos e autônomos. Na prática, no entanto, nas condições de trabalho e na diversidade dos públicos das escolas, não é um caminho fácil de ser percorrido. Muitas vezes, o que se observa são as vivências que levam o aluno à reprodução mecânica de conteúdo, fazendo necessária a busca por práticas que visem a uma formação global do sujeito, valorizando tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o emocional e o social (Brasil, 2007).

Trabalhar com educação ambiental pensando em sustentabilidade é imprescindível na contemporaneidade, já que ambas, de forma integrada, proporcionam a sensibilização, a construção de valores e as mudanças de atitudes que precisam estar alicerçadas na formação, por meio da educação formal ou informal. Dessa forma, a educação ambiental deve proporcionar aos alunos os conhecimentos necessários, buscando resolver as questões ambientais de maneira crítica e reflexiva, nos quais os contextos econômicos e socioculturais dos envolvidos são levados em conta (Silva; Almeida, 2021).

O termo escola sustentável está sendo utilizado por espaços educadores, por organizações privadas ou de interesse público, pela imprensa e por diversos outros atores sociais, cuja preocupação é a forma como os desafios socioambientais podem ser abordados de forma adequada no ambiente escolar (Dourado; Belizário; Paulino, 2015).

Muitos espaços escolares já estão aprimorando seus projetos político-pedagógicos (PPP) no caminho de uma educação para a sustentabilidade, aprofundando suas experiências e trazendo as dimensões da sociedade, economia, meio ambiente, cultura, afetividade e religiosidade para a prática da comunidade escolar como um todo (Dourado; Belizário; Paulino, 2015).

Nesse enredo, os Conselhos Municipais devem estar dirigidos à educação da sociedade na qual a escola exerce um papel central na construção da sustentabilidade socioambiental, por meio de processos educadores permanentes, continuados, articulados e abrangendo todos os habitantes de determinado território. Para esse propósito, não bastam ações isoladas e descontínuas, devendo haver em cada instituição o compromisso com mudanças no município, na bacia hidrográfica, no estado e no país (Dourado; Belizário; Paulino, 2015).

A construção histórica do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável está associada ao aumento da preocupação com a manutenção e existência de recursos naturais e um ambiente vantajoso para a continuidade das gerações futuras, rediscutindo o compasso e a forma como o desenvolvimento das sociedades era proposto pelo capitalismo (Silva, 2005).

2.8 Conceitos sobre Educação ambiental

A educação ambiental foi definida como o processo para que o indivíduo e a coletividade construam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. A Lei n.º 9.795/1999 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu artigo 2º tem-se:

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Brasil, 1999).

É importante destacar que a inserção da educação ambiental nos currículos da educação básica vem sendo recomendada por diversos marcos das políticas públicas. No Brasil, a educação ambiental é citada no artigo 225 da Constituição Federal de 1988:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
[...]
VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (Brasil, 1988).

As modificações resultantes da interação homem-natureza não são sempre lesivas; podem ser sustentáveis e muitas vezes promover o aumento da biodiversidade pelo tipo de ação ali exercida (Brasil, 2013). É fundamental estabelecer a racionalidade e conhecimento ambiental para impulsionar modificações significativas nas relações homem-natureza, o que implica estimular a elaboração de

práticas interdisciplinares de construção e instrução que não sejam meramente científicas.

Além de fornecer uma estrutura epistemológica e conceitual para sistemas explicativos de fenômenos socioambientais complexos, esses saberes também favorecem o desenvolvimento sustentável de natureza sociopolítica igualitária e efetiva para a manutenção dos ecossistemas planetários (Leff, 2015). Nesse sentido, fica evidente que a educação ambiental despertou devido à preocupação da sociedade com o futuro da qualidade de vida humana no planeta e coloca a dimensão ambiental no centro de suas práticas educativas.

2.8.1 Princípios básicos da educação ambiental

A Lei n.º 9.795/1999 apresenta conceitos relativos aos princípios básicos da educação ambiental, cujos aspectos principais são:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - A permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (Brasil, 1999).

Diante disso, percebe-se que a educação ambiental nas escolas é um instrumento importante para alcançar a sustentabilidade por meio do processo de aprendizado contínuo. Autores como Ulrich Beck, Scott Lash e Anthony Giddens são essenciais na contextualização sob a perspectiva da vulnerabilidade socioambiental, propondo uma percepção crítica acerca dos efeitos das nossas ações.

A convergência entre os autores demonstra que uma intensa reflexão e percepção de que a prolongada discussão sobre modernidade *versus* pós-

modernidade já se tornara maçante e pouco produtiva. A modernização reflexiva rompe as amarras que mantinham a inovação conceitual paralisada.

As questões ecológicas, por exemplo, não podem ser reduzidas apenas a uma preocupação com o “ambiente”. Muitos dos aspectos da vida são governados pela tradição e a natureza fez com que os humanos precisassem tomar decisões práticas e éticas em relação a ela. Surgem grandes quantidades de questões relacionadas essencialmente à plasticidade da vida humana atual, nas quais os mundos social e natural são influenciados pelo conhecimento humano reflexivo (Beck, 1997).

Pensar o desenvolvimento humano, levando em conta suas implicações no domínio do meio ambiente, traz consigo a exigência da interdisciplinaridade. Quando são compartilhadas não somente as consequências de processos ambientais sobre as sociedades humanas, mas também a necessidade de incorporar as dimensões ambientais na formulação das políticas de desenvolvimento, com objetivos econômicos, sanitários, sociais e éticos harmonizados, a interdisciplinaridade se faz ainda mais presente.

Uma colaboração entre ciências físico-naturais, disciplinas técnicas e ciências sociais tornam-se cada vez mais necessárias, uma vez que não se trata de analisar somente a complexidade dos sistemas físico-naturais, mas também suas interações com a sociedade (Raynaut, 2004). Embora a presença da interdisciplinaridade seja essencial, ela não deve se tornar um pré-requisito para qualquer criação científica. Isso porque é necessário todo um trabalho de reconstrução para passar do problema da ação ao problema científico e identificar as questões específicas que podem ser respondidas pelas diversas disciplinas com suas próprias competências (Raynaut, 2004).

2.8.2 Objetivos fundamentais da educação ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental apresenta, em seu artigo 5º, os objetivos fundamentais da educação ambiental, que são reiterados pela Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo

aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - A garantia de democratização das informações ambientais;

III - O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (Brasil, 1999).

O rápido crescimento da educação ambiental nas instituições de ensino aumenta a necessidade da formação de educadores(as) atuantes em processos de busca de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional cidadã (Brasil, 2007). Outrora, a Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012, apresenta alguns artigos referentes à organização curricular e, entre eles, o artigo 16, que trata da inserção dos conhecimentos relacionados à educação ambiental:

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos (Brasil, 2012).

Com o objetivo de educar para a sustentabilidade socioambiental, a organização curricular deve envolver a integração de conhecimentos, normas e valores sociais, éticos, estéticos e ambientais aos cursos. Portanto, os projetos pedagógicos e os planos de aula devem incluir conceitos e ferramentas curriculares que possibilitem a compreensão e valorização do meio ambiente e de sua

complexidade, bem como disciplinas que viabilizem ao aluno compreender a relação entre a atividade humana e o meio ambiente.

As questões ambientais se apresentam de várias formas, sendo a educação ambiental essencial em todas as etapas de estudo, passando pelos processos educativos, principalmente nos primeiros anos da escolarização. As questões ambientais precisam ser consideradas como assuntos a serem tratados pela sociedade de maneira conjunta, principalmente nas escolas (Fortunato, 2021).

A globalização, o aumento da violência e o crescimento acelerado das grandes cidades têm reduzido o contato das crianças com os elementos da natureza, e estas permanecem cada vez mais tempo utilizando a tecnologia como fonte de lazer (Fortunato, 2021).

A Política Nacional de Educação Ambiental apresenta orientações sobre a Educação ambiental na educação escolar, tanto para instituições de ensino públicas quanto para as privadas, conforme o artigo 9º:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos (Brasil, 1999).

O Brasil se empenha, principalmente após a metade dos anos 1990, para a promoção e o incentivo da educação ambiental nas escolas de ensino fundamental, por meio de Diretrizes e Políticas Públicas. Buscando alcançar melhorias à expansão da educação ambiental, o Ministério da Educação iniciou o projeto “*O que fazem as Escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?*”. A pesquisa teve o objetivo de compreender a presença da educação ambiental, envolvendo uma abordagem mais detalhada para averiguar a forma pela qual ela é realizada nas instituições de ensino brasileiras.

O estudo descrito observou o período entre 2001 e 2004, e detectou que, embora existam diferenças regionais, é possível realizar o traçado de um breve panorama nacional baseado nos Censos Escolares do período correspondente. O

número de matrículas em escolas que ofereciam a educação ambiental cresceu 28% e, no final do período estudado, aproximadamente 94% das escolas já ofereciam a educação ambiental (Brasil, 2007).

O Censo Escolar estudado no projeto citado verificou que a educação ambiental é adotada no ensino brasileiro a partir de três modalidades principais: ações por Projetos (66% das escolas), Inserção da Temática Ambiental no Projeto Político-Pedagógico (38% das instituições de ensino) e Transversalidade das Disciplinas (34% das unidades escolares).

Enfim, nem todos os resultados foram positivos, revelando que 49,3% das escolas utilizavam a coleta periódica como destinação final para o lixo, 41,3% queimavam o lixo e 11,9% jogavam o lixo em outras áreas. Apesar das limitações de infraestrutura no que se refere à coleta de lixo, os resultados revelam um indício sobre uma prática contraditória com as proposições principais sobre as quais se constrói a lógica pedagógica da educação ambiental (Brasil, 2007).

2.8.3 Educação ambiental em tempo integral

O verdadeiro propósito da educação ambiental é fazer despontar na sociedade uma racionalidade ambiental para que a população reduza os danos causados ao meio ambiente, garantindo seu equilíbrio e qualidade. A educação ambiental busca uma sociedade com consciência pública, em que haja o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, nos aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (Fortunato, 2021).

O Brasil possui uma legislação ambiental moderna, que não basta por si só para a modificação da forma de agir das pessoas, sendo necessário educar as crianças para um caminho mais eficaz e duradouro na disseminação do respeito ao meio ambiente. Vive-se uma época em que se faz necessária a internalização da problemática ambiental, entrando como uma organização de ações para o desenvolvimento de cuidados com o meio ambiente, favorecendo a assimilação das novas formas de organização e dependência entre o ser humano e o meio ambiente (Fortunato, 2021).

A realidade dos alunos e educadores deve ser considerada no conteúdo pedagógico, que faz parte do processo educativo e cabe ao professor identificar os

anseios, dúvidas, esperanças e problemas enfrentados por eles. Assim, a educação ambiental deve ser considerada mais do que uma disciplina, uma modalidade para adquirir conhecimento de forma prazerosa e interativa orientada para a prática de atividades em que os alunos sejam participativos e possam construir um mundo mais saudável (Andrade, 2021).

A prática educativa deve ser atrativa para os alunos, logo, os conteúdos precisam ser contextualizados conforme a realidade, de uma forma que reflitam sobre as maneiras que levam à transformação social. É preciso inovar com base em novas práticas pedagógicas, complementando as práticas já existentes. O alinhamento entre a teoria e a prática na educação ambiental poderá estabelecer medidas que podem melhorar e acelerar o processo de aprendizagem para obter resultados positivos nas relações do que se quer ensinar com o ambiente geral (Andrade, 2021).

2.8.4 Projetos de Educação Ambiental em Escolas Brasileiras

Muitas escolas praticam a educação ambiental baseada em um espectro imenso de possibilidades, projetos coletivos, propostas ligadas ao currículo de determinados anos, mudanças nas edificações e outras iniciativas, porém, uma proposta de Escola Sustentável deve buscar reunir todas essas experiências de educação ambiental em um único projeto de transformação para a escola, uma iniciativa que derive do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e reúna diversas frentes, evidenciando uma escola inclusiva, democrática, justa e ambientalmente responsável (Dourado; Belizário; Paulino, 2015).

Algumas escolas públicas no país já colocam em prática projetos voltados à educação ambiental, como ocorre em algumas instituições de ensino do Rio Grande do Sul, que implementaram projetos que inserem no cotidiano dos alunos práticas que contribuem com a preservação e melhoria do meio ambiente. Alguns desses projetos serão brevemente descritos a seguir:

Quadro 2 – Projetos implementados em escolas do Rio Grande do Sul

Escola	Projeto	Ação
Escola Municipal de Educação Infantil Humaitá	Projeto Cuida da Terra	Localização: Porto Alegre - Rio Grande do Sul Proposta: cuidado cotidiano com o meio ambiente e a preservação da natureza. Presença da sustentabilidade em todas as áreas da escola, envolvendo o nome das turmas (Lagarta, Casulo, Borboleta), as instalações físicas, com quatro cisternas para

		<p>reutilização da água na rega das plantas que fazem parte da horta escolar e para a descarga dos banheiros, plantio de verduras e legumes para alimentação das crianças, utilização de papéis recicláveis e o fornecimento de sucatas nos corredores da escola para utilização em atividades escolares.</p> <p>A Diretora afirma que quando os pais inscrevem seus filhos na escola já conhecem a proposta. A escola recebe retorno das famílias, que agradecem e mostram o quanto os hábitos e o consumo das crianças mudaram com o trabalho realizado na escola.</p>
Escola Estadual de Ensino Fundamental Adílio Daronchi	Projeto Educação Ambiental e Alimentação Saudável	<p>Localização: Nonoai - Rio Grande do Sul (área rural)</p> <p>Proposta: promover uma boa alimentação para os alunos, que saem de casa várias horas antes do horário de aula para que consigam chegar a tempo, sendo a alimentação uma necessidade indispensável. A escola participou da 4ª Conferência Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, onde lançou um projeto de captação de água da chuva realizado com os alunos do 6º ao 9º ano, e com o projeto aprovado recebeu uma verba do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação para que a partir de 2016 pudesse executar a obra destinada à irrigação da horta local, intensificando a produção de alimentos na escola, que já é extensa.</p> <p>A Diretora relata que o aprendizado não proporciona apenas uma alimentação saudável, como também o contato com a natureza e a possibilidade de transformar a vida das famílias.</p>
Escola Municipal de Educação Infantil Cisne Branco	Projeto Meio Ambiente e Alimentação Saudável	<p>Localização: Viamão - Rio Grande do Sul</p> <p>Proposta: enfrentar o desafio de lidar com a necessidade de conscientizar estudantes e famílias para a preservação do meio ambiente, transformando o próprio espaço.</p> <p>A Diretora da escola afirmou que havia um vasto ambiente na escola que não estava sendo utilizado e um jardim sem flores. Foi trabalhado com as crianças a necessidade de conscientização em relação ao meio ambiente, a partir do qual foi formado um jardim com pneus, hortas sustentáveis que fornecem alimentos para o dia a dia das crianças e a utilização prioritária de materiais reutilizáveis, diminuindo o uso de EVA, isopor, entre outros.</p>

Fonte: Adaptado de Santos e Leal (2018)

Pucci, Lima e Bosquette (2014) realizaram um estudo que buscou evidenciar a dimensão ambiental presente no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola de Educação Básica na cidade de Lages, em Santa Catarina, apontando que as atividades e demais ações desenvolvidas na escola não constavam no PPP, que na visão dos pesquisadores deve receber anotações frequentes e revisões para que não se perca a direção do efetivo trabalho escolar (Pucci; Lima; Bosquette, 2014).

A escola objeto da pesquisa fica próxima a dois rios pelos quais os alunos passam todos os dias para irem à escola, e a realidade vivida diariamente por eles não está sendo aproveitada para a educação ambiental (Pucci; Lima; Bosquette, 2014).

Uma das ações promovidas na escola de Lages-SC está relacionada à entrega de recicláveis pelos alunos, como garrafas pet e latinhas de alumínio, que eram vistos entupindo bueiros e ficando represados nos pilares das pontes quando havia chuvas

intensas, no entanto, a ação acabou por induzir o consumismo, uma vez que os alunos pediam aos seus responsáveis para que comprassem refrigerantes no intuito de levarem os vasilhames para a escola (Pucci; Lima; Bosquette, 2014).

Em um segundo momento, a ação foi reformulada e a verba arrecadada com a venda dos recicláveis passou a ser revertida para a aquisição de toner para a copiadora da escola (Pucci; Lima; Bosquette, 2014).

O Projeto Político-Pedagógico apresenta projetos relacionados ao Meio Ambiente com a função de auxiliar no desenvolvimento de atividades escolares, porém, no documento analisado na escola estudada por Pucci, Lima e Bosquette (2014), não havia uma definição de como deveriam ocorrer as atividades na instituição escolar (disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar), ficando desarticulado do modo a ser trabalhado (Pucci; Lima; Bosquette, 2014).

Outra observação foi que, ao construir as concepções de mundo, sociedade, homem, escola e educação inclusiva, elas se mostraram fragmentadas, com concepções de forma isolada, não incluindo o ambiente em uma visão antropocêntrica (Pucci; Lima; Bosquette, 2014).

A construção e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico é realizada de maneira compartimentada na unidade escolar; os educadores elaboram e revisam alguns itens e outras partes são distribuídas para outras equipes, juntando-se as partes para compor o documento. Essa prática gera o desconhecimento da integralidade do PPP por parte dos professores pela rotatividade deles, uma vez que podem estar em licença prêmio, licença médica ou afastados por outras razões (Pucci; Lima; Bosquette, 2014).

A análise dos projetos apresentados, concomitantemente com o embasamento teórico exposto, deixa clara a importância de inserir a educação ambiental de maneira interdisciplinar e não como matéria isolada, haja vista que boa parte das ações humanas são passíveis de causar danos ao meio ambiente, da mesma forma que podem contribuir para a sua preservação. Também ficou evidente que existem dificuldades enfrentadas pelas escolas para que consigam colocar em prática as ações planejadas. O Projeto Político-Pedagógico é único para cada escola, devendo ser construído a partir da sua própria realidade.

3 ITINERÁRIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

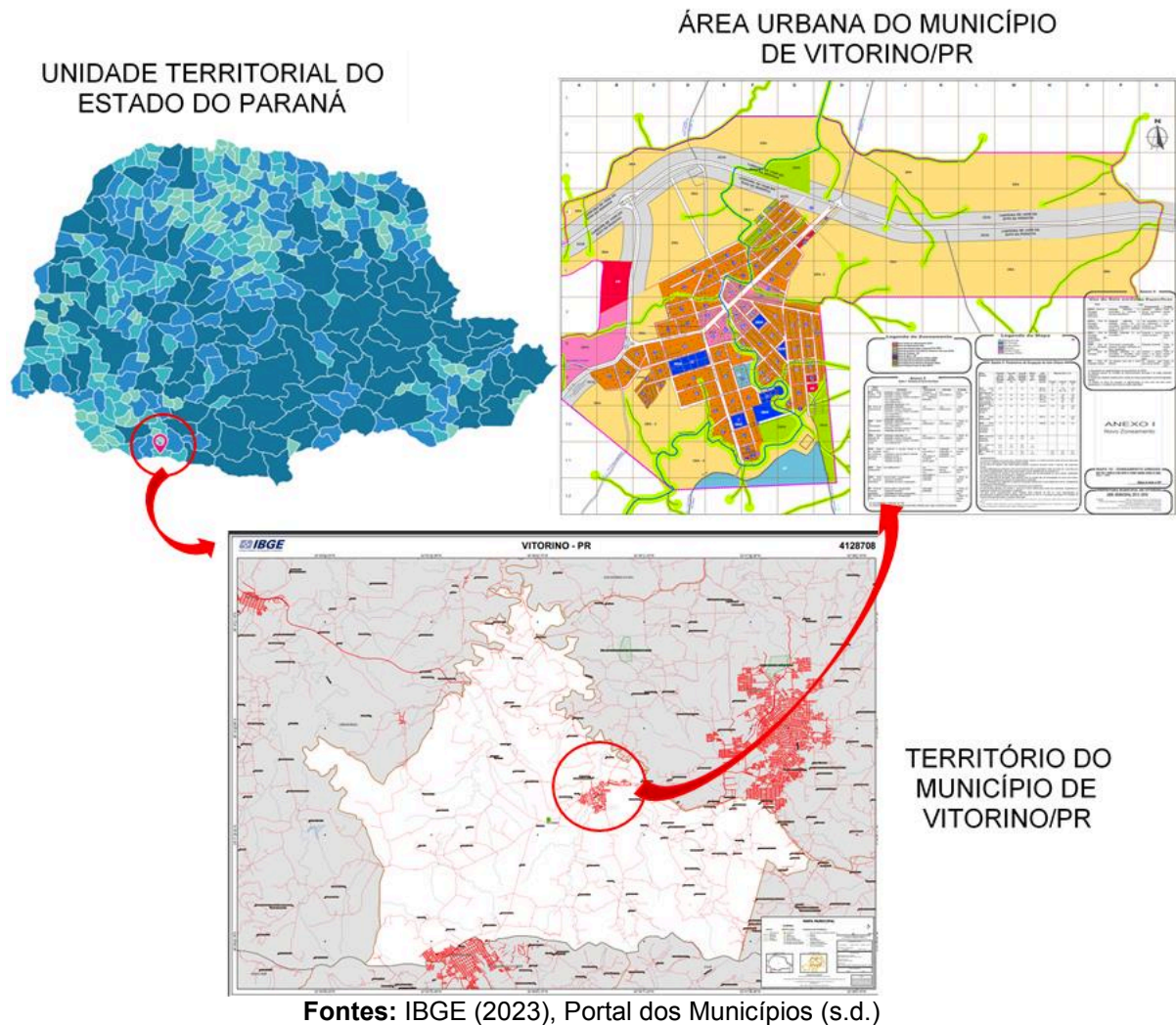
A escolha do tema “Educação em tempo integral nas escolas municipais de Vitorino-PR: uma análise da educação ambiental no ensino fundamental” se deu pela minha trajetória profissional e pessoal, e pelo ingresso no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que me possibilitou a realização da pesquisa.

A inserção da educação ambiental nos currículos da educação básica vem sendo recomendada por diversos marcos das políticas públicas no Brasil, entre elas a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (Brasil, 1981), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997) e, ainda, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999). Ao observar esse cenário, temos clareza de que a educação ambiental é uma ferramenta que contribui na formação de racionalidade e preparação dos sujeitos que se preocupam com as questões ambientais e que buscam a proteção e preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade.

3.1 Local da Pesquisa e Participantes

O município de Vitorino está localizado no Sudoeste do Paraná (Figura 2), distante da capital paranaense, Curitiba, 452,00 km pela BR 277. Possui um território de 308,218 km² (2022), dos quais 3,96 km² eram de área urbanizada no ano de 2019. A população do município era de 9.706 pessoas, no último censo (2022), das quais 1.126 eram crianças entre zero e seis anos. A densidade demográfica apresentada foi de 31,49 hab./km² (2022) e o índice de desenvolvimento humano (IDH), de 0,702 (2010). O município possui esgotamento sanitário adequado em 48,9% dos domicílios vitorinenses (IBGE, 2023).

Figura 2 – Localização do município de Vitorino-PR



O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES apresentou, no Caderno Estatístico do município de Vitorino-PR para o ano de 2024, dados como demografia, educação básica, educação superior, trabalho (urbano e rural), setor agropecuário e atividades econômicas (IparDES, 2024).

O município de Vitorino teve, no ano de 2023, uma área colhida de culturas temporárias de aproximadamente 43.589 ha e 164.309 t de alimentos, que rendeu em média 94.165 toneladas de soja para 22.350 ha, seguida do milho (4.700 ha, 32.220 t), do feijão (9.300 ha, 19.337 t), do trigo (6.000 ha, 15.390 t) e da aveia (1.200 ha, 2.400 t). Para as culturas permanentes, no mesmo período, tem-se a laranja (7 ha, 70 t), a tangerina (4 ha, 48 t), a erva-mate - folha verde (8 ha, 44 t), seguidos do caqui e do limão (1 ha, 11 t e 1 ha, 11 t). O valor arrecadado com a cultura de soja foi de cerca de 278 milhões de reais e a laranja, 64 mil reais. Outras atividades, como a criação

de galináceos, bovinos, suínos, ovinos, peixes, além da produção de leite e ovos, também movimentam a economia local (Ipardes, 2024).

O relatório do Ipardes apontou, em relação à educação, dados do ano de 2023, organizados na Tabela 1. A escolarização dos seis aos quatorze anos, segundo o panorama do IBGE (2010), correspondia a uma taxa de 97,4% (2010) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para os anos iniciais do ensino fundamental da rede pública a uma taxa de 5,8 (2021) (IBGE, 2023).

Tabela 1 – Dados do Ipardes em relação à educação no município de Vitorino-PR - 2023

MODALIDADE DE ENSINO	Matrículas	Docentes na Educação básica*	Estabelecimentos de Ensino na Educação Básica*
<i>Educação Infantil</i>	418	41	5
Creche	178	27	3
Pré-Escolar	240	21	4
<i>Ensino Fundamental</i>	904	69	5
<i>Ensino Médio</i>	213	28	1
<i>Educação profissional</i>	83	18	1
<i>Educação Especial – classes exclusivas</i>	62	11	1
<i>Educação de Jovens e adultos (EJA)</i>	40	8	1
Ensino Fundamental	40	8	1
Ensino Médio	-	-	-
TOTAL	1.575	106	6

* Considerando matrículas em instituições de ensino públicas e privadas.

Fonte: Caderno estatístico – Município de Vitorino (Ipardes, 2024)

Com base nas informações do levantamento realizado pelo Ministério da Educação, complementadas com coleta de informações locais, foi elaborado o Quadro 3, que apresenta a relação das escolas existentes no ano de 2023 no município de Vitorino-PR, tanto públicas quanto privadas.

Quadro 3 – Relação das escolas no município de Vitorino-PR

NOME DA ESCOLA/ENDEREÇO	TIPO	ETAPAS	MODALIDADE
Escola Estadual Henrique Vicenzi CEPe Rua Barão de Capanema, n.º 269 - Centro	Escola Pública e Estadual e Urbana	Ensino Fundamental e Ensino Médio	Ensino Regular, Ensino Fundamental e Ensino Médio
Escola Municipal José Bonifácio E M EI EF Rua Presidente Kennedy, n.º 1220 - Centro	Escola Pública Municipal e Urbana	Ensino Fundamental	Ensino Regular, Ensino Fundamental e EJA - Fundamental

Escola Municipal Menino Jesus Rua Padre Henrique Vicenzi, n.º 50 - Centro	Escola Pública Municipal e Urbana	Ensino Fundamental	Ensino Regular e Ensino Fundamental
Escola Municipal Alezio Gervazio Fin Rua dos Eucaliptos, n.º 51 – Bairro Araucária Park II	Escola Pública Municipal e Urbana	Ensino Infantil e Ensino Regular	Ensino Regular e Ensino Fundamental
Escola Palmira Dalmolin C M E I Rua Aloize Mysczak, n.º 194 – Aves do Paraíso	Escola Pública Municipal e Urbana	Ensino Infantil	Ensino Regular, Creche (0 a 3 anos) e Pré-escola (4 e 5 anos)
Escola 7 de abril E EI EF MOD ED ESP Rua Bernardi, n.º 615 - Centro	Escola Privada e Urbana de Natureza Filantrópica	Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Anos Iniciais	Educação Especial: Infantil (Pré-Escola), Educação Especial: Fundamental, Educação Especial: EJA (Fundamental)

Fonte: Elaborado a partir de Município de Vitorino (s.d.) e QEDu (2024)

Assim, de um universo de seis escolas, públicas (5) e privadas (1), elegeu-se para esta pesquisa a Escola Municipal José Bonifácio, Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais, a primeira escola de ensino em tempo integral implantada no município, critério pela escolha da pesquisa.

Conforme informações constantes no Projeto Político-Pedagógico, a Escola Municipal José Bonifácio – Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, código 00018, localiza-se na Rua Presidente Kennedy n.º 1220, Centro, telefone (046) 3227-1373, e-mail: escjosebonifacio@vitorino.pr.gov.br, município de Vitorino, código 2880, Estado do Paraná, pertencente ao Núcleo Regional de Pato Branco, código 23, e tem como mantenedora a Prefeitura Municipal de Vitorino-PR, telefone (046) 3227-1222, localizada na Rua Barão de Capanema n.º 134, e-mail: prefeitura@vitorino.pr.gov.br. (Prefeitura Municipal de Vitorino, 2021).

O Ato de Autorização da Escola deu-se por meio da Resolução n.º 1344/81, de 14/07/1981, e do Ato Administrativo de Aprovação do Regimento Escolar n.º 259/02, de 05/05/2003 (Prefeitura Municipal de Vitorino, 2021). A escola atende a alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, oriundos do perímetro urbano e zona rural do município. A direção foi instituída pelo Decreto n.º 4345/2019, por indicação do secretário Municipal (Prefeitura Municipal de Vitorino, 2021).

A Escola Municipal José Bonifácio era caracterizada pedagogicamente por atividades desenvolvidas em caráter de Ensino em Tempo Integral, implantado no ano de 2012 nas turmas do 3º, 4º e 5º anos e, em 2014, nas turmas do 1º ao 5º ano, em sua totalidade, até o ano de 2022. Após a pandemia da Covid-19, a escola deixou de

ofertar a modalidade de ensino em tempo integral por falta de estrutura. No entanto, a escola oferece aos alunos atividades complementares de maneira não obrigatória.

O espaço físico escolar está dividido em doze salas de aula, sala de recurso, salas de apoio pedagógico e de atividades culturais, uma sala para os professores, uma cozinha, um refeitório, um auditório, dois banheiros com cinco divisões cada, dois banheiros com três divisões cada, dois banheiros para uso dos professores, um almoxarifado, secretaria, sala de direção e coordenação, sala dos professores, sala para atendimento da psicopedagoga e psicóloga, auditório e biblioteca.

A escola conta, ainda, com uma área coberta e aberta para os alunos se abrigarem do sol e da chuva, utilizando esse local para brincarem. Também tem um espaço com grama para fazerem atividades de educação física e outras atividades de lazer, e possui uma quadra de esportes coberta. Não há climatização nem ventiladores nas salas. Quando existe a necessidade de utilização de mais salas para oficinas, a Secretaria Municipal de Educação disponibiliza o espaço, que fica em outro endereço, no entanto, realizam o transporte dos alunos por meio de ônibus (Prefeitura Municipal de Vitorino, 2021).

O registro fotográfico das instalações da Escola Municipal José Bonifácio consta no Apêndice A.

No período em que a escola oferecia o modelo de Educação em Tempo Integral, os turnos eram das 7h30 até as 17h15, com oferta de almoço na escola. Atualmente, a escola oferece dois turnos: matutino, com horário das 7h30 às 11h30, e vespertino, com horário das 13h15 às 17h15.

Os profissionais atuantes no período de implantação até os dias atuais da escola objeto da pesquisa foram os participantes da pesquisa (Quadro 4).

Quadro 4 – Participantes da pesquisa

CARGO/FUNÇÃO	Quantidade
Secretário Municipal de Educação (atual)	1
Diretor (atual)	1
Coordenador (atual)	1
Professores (atuais)	10
Total	13

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Todos os participantes trabalhavam na escola em algum momento em que a educação em tempo integral estava implantada. Quanto ao quantitativo da amostra, não se aplica seguindo o disposto na Resolução 510/2016 do CNS, que trata de Pesquisas em Ciências Sociais (CNS, 2016).

3.2 Procedimentos Metodológicos

Nesta seção, serão descritas as atividades desenvolvidas no decorrer da pesquisa, no intuito de atingir o objetivo geral proposto.

A pesquisa classificada como abordagem de **Pesquisa Qualitativa de Caráter Exploratório, Descritivo-Explicativa**, tem por objetivo analisar a educação em tempo integral inserida na Escola Municipal José Bonifácio: verificando a perspectiva da educação ambiental, levando-se em conta a infraestrutura disponível, a formação dos educadores e como é a percepção da importância do tema pelos atores envolvidos.

Quando se fala em pesquisa qualitativa, praticamente todo acontecimento da vida real pode ser objeto de um estudo qualitativo. A pesquisa qualitativa permite que seja realizado um estudo aprofundado sobre uma ampla variedade de tópicos, oferecendo maior liberdade na seleção de temas de interesse, diferentemente de outros métodos de pesquisa, que a limitam (Yin, 2016).

A pesquisa qualitativa permite que as interações entre o pesquisador e os participantes da pesquisa ocorram com mínima interferência, permitindo que as pessoas digam o que realmente querem dizer. Esse tipo de pesquisa representa as visões e perspectivas dos participantes de um estudo, abrange questões contextuais, como condições sociais, institucionais e ambientais das pessoas e é guiada pelo desejo de explicar determinados acontecimentos (Yin, 2016).

Além disso, a pesquisa qualitativa pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento de novos conceitos que tentem explicar processos sociais, por exemplo. A complexidade do ambiente e a diversidade dos participantes da pesquisa provavelmente justificam o uso de entrevistas e observações, ou ainda o exame de documentos (Yin, 2016).

A pesquisa bibliográfica é fundamentada pelos materiais já elaborados, principalmente livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma série de

fenômenos mais abrangentes do que aquela obtida por pesquisa direta, e essa vantagem se torna importante quando o problema de pesquisa requer dados dispersos pelo espaço (Gil, 2002).

Buscando otimizar o levantamento dos referenciais teóricos e das informações, a coleta de dados e a posterior análise deles, foram elaboradas três perguntas-problema que servirão para o embasamento da pesquisa:

Pergunta 1: De que forma a educação em tempo integral vem sendo inserida e estruturada no Município de Vitorino?

Pergunta 2: Como a educação ambiental pode ser contemplada no processo de educação em tempo integral?

Pergunta 3: Como uma proposta curricular pode ser implantada na educação em tempo integral de forma articulada com a temática ambiental e o desenvolvimento regional?

Com o propósito de alcançar os objetivos específicos, foram realizadas as atividades descritas a seguir:

(A) *Verificar a infraestrutura e recursos humanos disponíveis e as deficiências da unidade escolar estudada, com a observação e o levantamento, no local, da infraestrutura atual da escola, incluindo espaço físico (Apêndice A), equipamentos e funcionários alocados naquela unidade;*

(B) *Identificar as práticas pedagógicas para a educação em tempo integral, com a estruturação da fase de aplicação do Questionário Semiestruturado e aplicação aos participantes;*

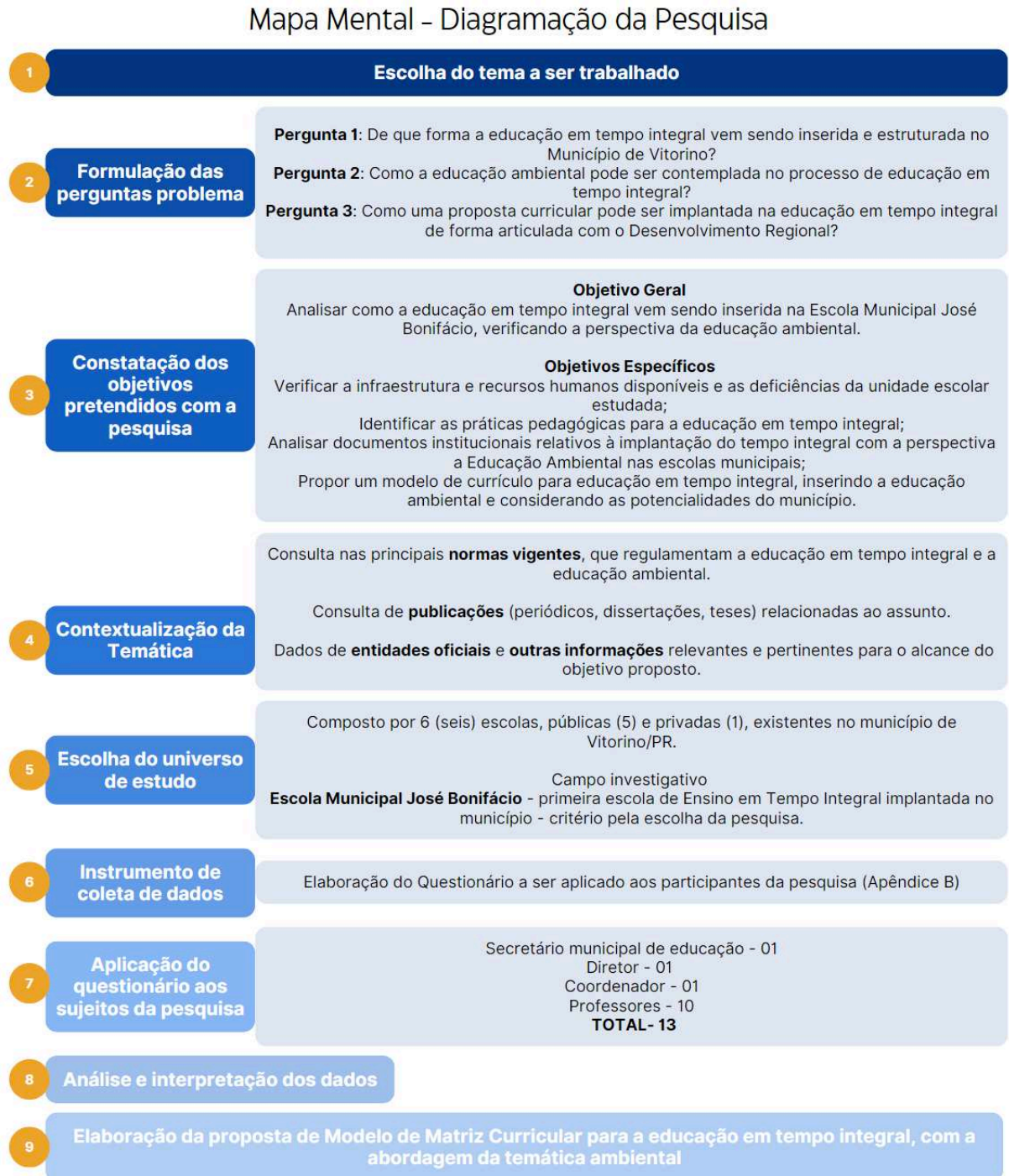
(C) *Analisar documentos institucionais relativos à implantação do tempo integral com a perspectiva da Educação Ambiental nas escolas municipais, com a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP);*

(D) *Propor um modelo de matriz curricular para educação em tempo integral, inserindo a educação ambiental e considerando as potencialidades do município, com a elaboração de um Modelo de Currículo com base nos levantamentos realizados ao longo da pesquisa.*

Em virtude da proximidade entre a pesquisadora e o universo pesquisado, ou seja, simultaneamente pesquisadora e membro da comunidade escolar, é necessário que se mantenha imparcialidade na pesquisa.

Para melhor entendimento das fases desenvolvidas nesta pesquisa, foi elaborado um Mapa Mental (Figura 3), buscando esquematizar de forma mais prática todas as etapas.

Figura 3 – Mapa Mental – Diagramação da Pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Tendo definidos os objetivos da pesquisa, optou-se por desenvolver a pesquisa qualitativa, que pode ser realizada a partir de vários métodos para a coleta de dados, entre elas: Observação, Entrevista e Pesquisa ou Análise Documental. A observação é realizada por meio da análise visual, buscando se aproximar do ambiente natural de ocorrência do fenômeno e da perspectiva dos sujeitos investigados, devendo ser controlada e sistemática, implicando em um planejamento cuidadoso do trabalho (Gil, 2002).

Os procedimentos técnicos adotados, ou seja, a forma pela qual os dados da pesquisa foram obtidos, foram a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a aplicação de questionário semiestruturado, com o auxílio da pesquisadora, não se caracterizando propriamente como uma entrevista, uma vez que a pesquisadora não realizou diretamente as perguntas aos participantes, apenas esteve presente para prestar auxílio em caso de dúvidas.

A contextualização da temática foi realizada por meio de análise das principais normas vigentes, que regulamentam a educação em tempo integral e a educação ambiental. Além das normas, foram pesquisadas publicações (periódicos, dissertações, teses) relacionadas ao assunto, bem como as principais obras de autores que discutem o tema pesquisado, dados de entidades oficiais e outras informações relevantes e pertinentes para o alcance do objetivo proposto.

De forma sincrônica, foi realizada a coleta de dados em campo, com a coleta de informações por meio da observação e do registro fotográfico da infraestrutura da escola objeto, com atualização dos registros em data mais próxima da finalização da pesquisa.

O propósito da contextualização não é exaurir todas as questões em relação ao assunto, mas, sim, apresentar instrumentos mínimos necessários para a análise das informações obtidas no estudo e para a elaboração da proposta, que é o objetivo deste trabalho.

Os dados provenientes dos participantes da pesquisa foram coletados por meio da elaboração e aplicação de um questionário semiestruturado, com questões abertas. No total, responderam ao questionário 13 participantes que atuam diretamente na escola.

O questionário pode ser compreendido como “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” e a entrevista “como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula

questões e a outra responde” (Gil, 2002). Embora não tenha sido efetivamente aplicada a técnica de entrevista, uma vez que a pesquisadora não formulou diretamente as perguntas aos participantes, acompanhou os entrevistados no momento da aplicação do questionário, deixando-os à vontade para responderem de forma individual e independente, colocando-se à disposição para eventuais dúvidas que surgissem.

O questionário permite ao entrevistado preencher as respostas com as próprias palavras. As questões abertas buscam informações sobre determinado tema abordado, com uma maior quantidade de informações sobre as temáticas abordadas nas questões, conforme a percepção individual de cada participante, sem o direcionamento das respostas.

A primeira parte do questionário teve o objetivo de conhecer o participante, com a identificação da função desempenhada e o tempo de experiência. A segunda parte buscou observar aspectos relacionados à prática da educação em tempo integral e a terceira parte, aspectos relacionados à prática pedagógica da educação ambiental.

O intuito de utilizar o método de questionário para a coleta de dados foi o de conhecer a percepção dos participantes da pesquisa em relação à educação integral, educação em tempo integral, educação ambiental e como ela está inserida ou pode ser inserida no projeto político-pedagógico da escola.

A análise documental foi realizada por meio da seleção e posterior leitura dos documentos pertinentes ao tema pesquisado, como o Projeto Político-Pedagógico – PPP da Escola Municipal José Bonifácio, a Base Nacional Comum Curricular, as Legislações norteadoras e demais instrumentos que serviram para embasar a pesquisa.

A análise dos documentos importantes para a pesquisa teve início com busca dos principais instrumentos normativos que apresentam instruções para a educação brasileira. Também foram selecionadas obras de autores que tratam da temática educação integral, educação em tempo integral e educação ambiental. Realizou-se a leitura dos documentos em busca de apontamentos importantes para a confecção do embasamento teórico da pesquisa. De posse das informações que delinearão a teoria, buscaram-se projetos de educação que envolvessem a educação ambiental e que já foram implantados em escolas brasileiras. O Projeto Político-Pedagógico da escola objeto da pesquisa também foi analisado de forma a verificar se a temática ambiental estava inserida na educação do município.

A elaboração da Proposta de Modelo de Matriz Curricular para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental buscou introduzir a temática ambiental de maneira interdisciplinar, ou seja, inserindo umas nas outras, os respectivos conteúdos, permitindo que o aluno amplie seus conhecimentos em diversas formas de observação. As propostas de práticas buscaram uma forma lúdica de abordar a temática, trazer o aluno para a realidade local e envolver não somente o aluno, mas também os pais e a comunidade, potencializando o alcance da conscientização sobre as ações relacionadas à proteção do meio ambiente.

O projeto desta pesquisa foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética da universidade (Apêndice C). Seguindo as orientações do Comitê, todos os professores participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que lhes foi apresentado antes do início da aplicação do questionário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa foi sendo readequada no decorrer do seu desenvolvimento e, para que a apresentação dos resultados obtidos e as respectivas discussões se tornem mais dinâmicas, o capítulo foi organizado conforme as etapas realizadas no processo, da seguinte forma: 4.1 Levantamento da Infraestrutura e Recursos Humanos disponíveis e Deficiências da Unidade Escolar Estudada; 4.2 Aplicação do Questionário Semiestruturado para identificação das práticas pedagógicas para a educação em tempo integral; 4.3 Análise do Projeto Político-Pedagógico – PPP da Escola Municipal José Bonifácio relativo à implantação da Educação Ambiental; e 4.4 Apresentação da Proposta de Modelo de Matriz Curricular para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano), introduzindo a temática ambiental de maneira interdisciplinar, considerando as potencialidades do município.

Buscando otimizar o levantamento dos referenciais teóricos e das informações, a coleta de dados e a posterior análise deles, foram elaboradas três perguntas-problema que serviram para o embasamento da pesquisa:

Pergunta 1: De que forma a educação em tempo integral vem sendo inserida e estruturada no Município de Vitorino?

Pergunta 2: Como a educação ambiental pode ser contemplada no processo de educação em tempo integral?

Pergunta 3: Como uma proposta curricular pode ser implantada na educação em tempo integral de forma articulada com a temática ambiental e o desenvolvimento regional?

Na sequência, serão descritos os resultados obtidos em cada etapa da pesquisa, bem como serão realizadas as devidas discussões.

4.1 Levantamento da Infraestrutura e Recursos Humanos disponíveis e Deficiências da Unidade Escolar Estudada

A primeira análise objetivou descrever as informações coletadas a partir da observação da infraestrutura e recursos humanos existentes na Escola Municipal José Bonifácio, bem como as deficiências encontradas na unidade escolar estudada.

A escola objeto da pesquisa possui a infraestrutura relacionada no Quadro 5 e o registro fotográfico consta no Apêndice A.

Quadro 5 – Infraestrutura da escola municipal José Bonifácio

ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	DISPONIBILIDADE				QUANT.	OBSERVAÇÃO/SITUAÇÃO
Salas de aula	X	Sim		Não	12	
Sala exclusiva para oficinas		Sim	X	Não	0	Mesmas salas
Refeitório	X	Sim		Não	1	
Sala de professores	X	Sim		Não	1	
Sala de supervisão	X	Sim		Não	1	
Sala de orientação	X	Sim		Não	1	
Sala de direção	X	Sim		Não	1	
Sala de secretaria	X	Sim		Não	1	
Banheiros de servidores	X	Sim		Não	4	
Banheiros de alunos	X	Sim		Não	6	
Chuveiros nos banheiros	X	Sim		Não	2	
Vestiários	X	Sim		Não	1	
Quadra poliesportiva coberta	X	Sim		Não	1	
Campo de futebol gramado		Sim	X	Não	0	
Campo de futebol de areia		Sim	X	Não	0	
Cozinha	X	Sim		Não	1	
Pátio cercado	X	Sim		Não	1	
Pátio coberto	X	Sim		Não	1	
Horta cercada		Sim	X	Não	0	
Sala de descanso para alunos	X	Sim		Não		Improvizada/Sala de vídeo
Laboratório de informática		Sim	X	Não	0	
Laboratório de ciências		Sim	X	Não	0	
Biblioteca ou sala de leitura	X	Sim		Não	1	
Sala de vídeo	X	Sim		Não	1	
Auditório	X	Sim		Não	1	
Outros laboratórios		Sim	X	Não	0	
Outros espaços não descritos no questionário	X	Sim		Não	1	Ginásio e Secretaria de Educação

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Quando necessário, a Secretaria Municipal de Educação disponibiliza o espaço para oficinas, que fica em outro endereço, realizando o transporte dos alunos por meio de ônibus próprio.

As atividades complementares oferecidas são Karatê, Taekwondo, Danças, Ginástica, Arte Circense, Artesanato, Ballet, Informática e Futsal, com disponibilidade de 15 a 25 vagas por modalidade, abertas a todos os alunos da comunidade. No entanto, como não é oferecido transporte para os alunos que residem no interior, isso acarreta uma menor participação desses nas atividades complementares.

No ano de 2015, a Escola Municipal José Bonifácio contava com 267 matrículas e, atualmente (2024), são 291 matrículas, no entanto, acolheu 102 alunos da educação infantil por falta de espaço em outras escolas, totalizando 393 alunos utilizando as dependências da instituição. A escola conta atualmente com:

Tabela 2 – Funcionários da Escola José Bonifácio

FUNCIONÁRIOS	QUANTIDADE
Professores	22
Diretores	1
Coordenadores	2
Secretárias	1
Cozinheiras	1
Zeladoras	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O Projeto de Lei n.º 5288, de 2019, foi apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, buscando definir padrões mínimos de qualidade para as escolas públicas. O PL considera que existem condições mínimas de infraestrutura do estabelecimento de ensino que são indispensáveis para assegurar a garantia constitucional da qualidade do ensino, independentemente das características regionais ou locais.

A proposição legislativa determina que toda e qualquer escola de ensino básico no país atenda aos requisitos relacionados ao número adequado de alunos por turma, biblioteca, laboratórios de ciências e de informática devidamente equipados, acesso à rede mundial de computadores, quadra poliesportiva coberta, acessibilidade, acesso à energia elétrica e abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, independentemente da localidade ou região da unidade escolar. Como o próprio texto do Projeto de Lei afirma:

As condições listadas não constituem luxo ou privilégio, mas, antes, requisitos necessários ao estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade nas escolas brasileiras e garantir o exercício digno do direito público subjetivo à educação básica (Brasil, 2019).

Uma ação organizada pela Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, desenvolvida pelos 32 Tribunais de Contas brasileiros, realizaram um levantamento em 1.088 escolas de todos os Estados do Brasil, no período de 24 a 26 de abril de 2023 (Atricon, 2023).

Com base nas informações obtidas na pesquisa da Atricon, concluiu-se que 79,57% das escolas visitadas ofereciam ensino em turno parcial (inferior a sete horas) e 20,43% ofereciam o ensino em tempo integral (acima de sete horas) (Atricon, 2023).

No que se refere aos ambientes para utilização dos alunos, 62% não contavam com biblioteca, 63% não ofereciam sala de leitura, 88% não tinham laboratório ou sala

de informática e 80% não disponibilizavam equipamentos de informática para os alunos (Atricon, 2023).

Em relação à infraestrutura encontrada na Escola Municipal José Bonifácio, é possível observar que ela não possui sala específica para oficinas, campo de futebol gramado ou quadra de areia e laboratórios de informática e ciências, o que, embora se assemelhe à condição da maioria das escolas visitadas pela pesquisa da Atricon, não atenderia às exigências contidas no Projeto de Lei n.º 5288/19, caso venha a ser aprovado.

Para a realização de oficinas, os alunos da escola estudada precisam se deslocar para outra localidade, por meio de transporte oferecido pela Secretaria Municipal de Educação e, apesar de oferecer oficinas aos alunos, o ideal seria possibilitar essas práticas no mesmo ambiente escolar em que realizam as demais atividades.

A Escola Municipal José Bonifácio conta com um ginásio coberto que possibilita a prática esportiva de diversas modalidades neste espaço.

Na atualidade, com o mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, é importante permitir aos alunos a inclusão digital adequada, com acesso a computadores e internet.

Entretanto, não basta apenas equipar um laboratório, é preciso que se tenham profissionais qualificados para realizar atividades com os alunos, acompanhar seu desenvolvimento, monitorar o uso dos equipamentos e a utilização de forma adequada e segura das redes. Mesmo conhecendo a importância dessas atividades, as escolas públicas possuem dificuldade para implantar esses espaços, muitas vezes pela escassez de recursos, tornando-se um grande desafio para os gestores escolares.

O mesmo ocorre em relação ao laboratório de ciências e, embora ainda não seja obrigatório contemplar o ambiente na unidade escolar, esse tipo de prática possibilita aos alunos aplicarem os conceitos aprendidos em sala de aula por meio de experiências, desenvolvendo habilidades e aguçando o interesse e a curiosidade.

Em relação à oferta de ensino em tempo integral, a Escola José Bonifácio se encontra no mesmo patamar da maioria das escolas brasileiras, que não oferecem essa modalidade de ensino.

O período de educação em tempo integral foi ofertado pela escola estudada no período entre 2012 e 2022. No ano de 2010, o município de Vitorino contava com 6.513 habitantes, representando um crescimento de 49% no último censo (2022), que

indicou uma população de 9.706 pessoas. O município deixou de ofertar o ensino em tempo integral por não possuir espaço físico suficiente e adequado para comportar todas as atividades contidas na modalidade e por não ter, em seu quadro, funcionários em quantidade suficiente para suprir as necessidades exigidas pelo tempo integral, considerando o alto crescimento populacional que o município teve nos últimos anos.

4.2 Aplicação do Questionário Semiestruturado para identificação das práticas pedagógicas para a educação em tempo integral

A aplicação do questionário semiestruturado aos participantes teve o objetivo principal de verificar qual é a percepção deles em relação à prática pedagógica, quando se fala em educação em tempo integral e educação ambiental em tempo integral.

Foram selecionados para a entrevista os professores da escola objeto da pesquisa no Ensino Fundamental, além do Secretário de Educação e as Coordenadoras Pedagógicas, que, embora tenham sido abordados para a pesquisa no período entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024, estavam em algum momento trabalhando na escola quando o ensino em tempo integral era ofertado. O perfil dos participantes pode ser observado no Quadro 6.

Quadro 6 – Perfil dos participantes

DADOS GERAIS		
Gênero	Masculino	04
	Feminino	09
Área de atuação	Secretário Municipal de Educação (atual)	01
	Diretor(a) (atual)	01
	Coordenador(a) (atual)	01
	Professores(as) (atuais)	10
Tempo de atuação na rede municipal de ensino (em anos)	De 0 a 5 anos	01
	De 6 a 10 anos	04
	De 11 a 15 anos	06
	Mais de 15 anos	02

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O Modelo do Questionário utilizado na entrevista com os participantes da pesquisa está disponível no Apêndice B.

O questionário foi aplicado aos participantes descritos no Quadro 6, no período entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024, e dividido em três blocos de questões: Identificação, Prática Pedagógica da Educação em Tempo Integral e Prática

Pedagógica de Educação Ambiental em Tempo Integral. Embora as perguntas presentes no questionário fossem abertas, buscando coletar a maior quantidade de informações possível, muitas respostas foram objetivas, com “sim” ou “não”.

No primeiro bloco, denominado “Identificação”, observou-se que os cargos eram ocupados da seguinte forma:

- Professores(as) – sete mulheres e três homens
- Coordenadores(as) – duas mulheres
- Secretário(a) de Educação – um homem

O Secretário Municipal de Educação que ocupava o cargo quando ocorreu a implantação do tempo integral estava na relação de participantes, no entanto, não estava disponível para tal no período da realização da pesquisa.

As informações coletadas na Escola Municipal José Bonifácio vão ao encontro dos números publicados pelo Ministério da Educação para o ano de 2023, que apontou que, dos 2,4 milhões de docentes que atuaram na educação básica, 79,5% (1,9 milhão) eram do sexo feminino e, dos mais de 144 mil profissionais em cargos de direção, 81,6% (cerca de 117 mil) também eram mulheres (Brasil, 2024). Constatou-se também que os participantes possuíam entre 8 e 29 anos de experiência na educação, exceto o Secretário de Educação, que tem 3 anos de experiência, e todos trabalharam na escola em algum momento quando o ensino em tempo integral estava sendo ofertado.

O segundo bloco de questões, intitulado “Prática Pedagógica de Educação em Tempo Integral”, contempla 13 perguntas abertas. Serão apresentadas as respostas obtidas em cada pergunta.

Para a pergunta “*Qual é seu conceito de Educação em Tempo Integral*”, observou-se que alguns participantes entendem a Educação em Tempo Integral como o trabalho dos aspectos sociais, culturais, físicos, intelectuais, cognitivos, emocionais e psíquicos dos alunos; outros, como uma ferramenta auxiliar para o desenvolvimento das crianças, com o aumento da carga horária com oferta de oficinas e atividades específicas. No entanto, é preciso que a escola tenha estrutura e profissionais qualificados para atenderem às necessidades do ensino em tempo integral.

Foi citada a importância da participação da família no processo de ensino. A questão de algumas crianças terem a oportunidade de se alimentarem/almoço, também foi apresentada como resposta.

Apenas uma das respostas apontou a escola em tempo integral como uma comodidade para os pais, uma vez que as crianças passam o dia todo na escola e que a escola precisa ter estrutura e profissionais qualificados para tal.

Fica claro que os conceitos de educação em tempo integral e educação integral se confundem e se mesclam. Conforme apresentado no subitem 2.3.1, a educação em tempo integral busca proporcionar uma formação abrangente por meio da extensão do tempo de aprendizado, com o desenvolvimento dos aspectos social, emocional e cultural dos alunos, estimulando o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, trabalho em equipe, criatividade e autonomia.

No que se refere à educação integral (subitem 2.3.2), um espaço para a formação integral do homem deve abranger aspectos físicos, intelectuais, profissionais e artísticos. É evidente a similaridade em partes dos dois conceitos, entretanto, a educação integral tem maior relação com o conteúdo em si do que propriamente o período de permanência do aluno na escola.

Conforme mencionado no subitem 2.3.1 e apontado nas respostas do questionário, a educação em tempo integral demanda investimentos, tanto em infraestrutura quanto em recursos humanos, currículo e gestão escolar.

Quando questionados sobre o “*ano em que a educação em tempo integral foi implantada e em quantas escolas*”, não houve uma uniformidade nas respostas. As datas de implantação da educação em tempo integral no município variaram (2007, 2011, 2014, 2015); alguns não souberam responder, e também relataram que foi implantada em duas escolas, a José Bonifácio e a Menino Jesus.

Fica claro que houve lacuna no processo de implantação da educação em tempo integral, seja na participação da comunidade escolar ou na forma de comunicar e preparar os envolvidos, uma vez que a maioria dos participantes não souberam com precisão a resposta.

A educação em tempo integral no município de Vitorino-PR se deu por meio da Lei n.º 1424/2014 (Apêndice D), que dispõe sobre o Programa Escola em Tempo Integral, na modalidade de contraturno, aos alunos e às unidades escolares, com o objetivo de melhorar a aprendizagem por meio de ações de ampliação da inclusão social dos alunos, atuando no apoio pedagógico, artístico cultural, esportivo, inclusão digital e na redução de riscos sociais (Prefeitura Municipal de Vitorino, 2014).

Em seguida, foi feita a seguinte pergunta: “*Foi preparado a proposta curricular nova ou o objetivo era só ampliar o tempo de permanência do aluno na escola?*” Em

relação ao assunto abordado na questão, a maioria dos participantes relataram que houve a elaboração de uma proposta curricular, alguns consideraram que ocorreu uma reestruturação ou reorganização para que fosse possível ofertar aos alunos mais tempo na escola e outros responderam que apenas foi ampliado o tempo de permanência dos alunos na escola.

Para as perguntas que se referiam à *“ampliação do espaço físico, horário de funcionamento para a educação em tempo integral e se a infraestrutura (física, humana e didático-pedagógica) da instituição eram suficientes para o ensino integral”*, observou-se que a maioria dos participantes informaram que houve alterações no espaço físico da escola (reformas, ampliações, construções), que ocorreram aos poucos, para que os alunos não precisassem mais se deslocar para outros lugares.

Em relação ao horário de funcionamento para o ensino integral, observou-se que a carga horária semanal era de 45 horas, distribuídas em dois turnos diários, das 7h30 às 11h30 para o ensino regular e das 13h15 às 17h15 para as oficinas, com fornecimento de almoço nas dependências da escola e um intervalo de 15 minutos em cada turno.

Os participantes também consideraram, em sua maioria, que a infraestrutura da instituição é insuficiente para atender às necessidades da jornada em tempo integral, necessitando da ampliação do espaço físico, aquisição de materiais e contratação de servidores para atender de maneira efetiva à demanda.

Diante das informações coletadas e com base no levantamento teórico realizado, fica evidente que, para que a Educação em Tempo Integral possa ser efetivamente implantada na escola, é necessário que ela possua infraestrutura física, com salas de aula, laboratórios e ambientes que comportem as aulas do turno normal e as atividades do contraturno, sem que a realização de uma seja conflitante com a outra. Além disso, é preciso que se tenham servidores em número e qualificação adequadas para tal.

Os participantes também foram questionados em relação à *“realização de curso de formação para atuarem com educação em tempo integral”*. Alguns dos participantes afirmaram ter realizado cursos e palestras orientativas somente na semana pedagógica, dois realizaram formação com a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e um cursou Pós-graduação em Educação em Tempo Integral. Apenas três dos participantes declararam não ter realizado nenhuma capacitação.

Em relação às “*novas disciplinas implantadas para a educação em tempo integral*”, conforme relatado pelos participantes, foram inseridas as disciplinas de psicomotricidade, empreendedorismo, acompanhamento pedagógico, eixos temáticos relacionados à Arte (dança, balé, música, violão, canto coral, fanfarra, artesanato, arte circense, recreação), eixos temáticos relacionados à Educação Física (futsal, capoeira, karatê, tênis de mesa, xadrez), sala de apoio e informática.

“*A jornada ampliada e as ações na escola*” foram consideradas insuficientes para garantir uma educação integral de verdade. Os participantes consideram que a maior carga horária, quando comparada ao ensino regular, pode ser melhorada com a adaptação das disciplinas de acordo com cada localidade, melhoria do espaço físico para comportar o aumento do número de crianças e da carga horária, capacitação dos professores e ações para estimular os alunos a frequentarem a escola em período integral.

“*As principais dificuldades enfrentadas para a gestão da escola em tempo integral*” foram a falta de preparação técnica dos gestores para a apresentação de alternativas para que os professores conseguissem enfrentar as dificuldades, falta de capacitação dos professores para a compreensão do que é a escola em tempo integral, falta de valorização dos profissionais, pouca participação familiar nos assuntos escolares, inadequação dos espaços físicos, quantidade elevada de alunos por professor, indisciplina dos alunos causada pelo esgotamento devido à permanência prolongada no ambiente escolar.

Com a análise das respostas obtidas nesse bloco de questões, ficou evidente que a implantação do ensino em tempo integral, embora pareça fácil quando pensado somente no aumento da carga horária, é bastante complexa, necessitando de uma série de intervenções no espaço físico, nas equipes técnicas envolvidas e nas atividades desenvolvidas com os alunos para que eles mantenham o interesse na escola.

Atualmente, a escola estudada não oferta mais o ensino em tempo integral e no curto período em que possuía essa modalidade não sofreu nenhuma reestruturação.

O último bloco de questões, “*Prática pedagógica de Educação Ambiental em Tempo Integral*”, foi formado por quatro questões relacionadas à educação ambiental. A primeira questão se refere à “*compreensão dos entrevistados por Educação Ambiental*”, que teve como respostas o trabalho de práticas sustentáveis para a

preservação da natureza, como lixo, meio ambiente e horta; a conscientização ambiental trabalhada em todas as disciplinas; a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente; sensibilizar, conscientizar e informar as pessoas sobre as interações entre os seres humanos e o meio ambiente e o emprego de práticas reducionistas ao apontar a educação ambiental como um trabalho de práticas sustentáveis para a preservação da natureza: como lixo, meio ambiente e horta.

“*A Política Nacional de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*” é desconhecida pela maioria dos participantes. Os que relataram ter conhecimento sobre o referido instrumento julgaram que a educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Os participantes da pesquisa relataram, em sua maioria, que conseguem “*correlacionar as questões ambientais nas disciplinas que ministram*” e a temática ambiental é “*trabalhada de maneira interdisciplinar ou transversal*” nas aulas, com a realização de atividades práticas, como o projeto da horta comunitária, reflexão sobre hábitos que prejudicam o meio ambiente e ações que podem contribuir para a redução do aquecimento global.

O bloco de questões relacionadas à Educação Ambiental revelou que, quando há o interesse em trabalhar a temática de maneira interdisciplinar, ela é possível, com ações voltadas para o cotidiano da vida dos alunos, buscando sempre a reflexão sobre o assunto e incentivando as tomadas de decisão de forma consciente e assertiva.

Em suma, a aplicação do questionário expôs as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar quando se fala em implantação do ensino em tempo integral, ainda mais quando a temática ambiental é inserida no currículo.

Em primeiro lugar, os conceitos de educação integral e educação em tempo integral ainda se confundem, evidenciando a necessidade de instruir melhor os professores, diretores, coordenadores e demais envolvidos no processo de educar, para que conheçam realmente a educação brasileira. Essa instrução também é necessária quando se fala nos instrumentos normativos que regem a educação no país.

Um segundo aspecto tem relação com a estrutura necessária para que se possa ofertar o ensino em tempo integral, demandando infraestrutura física e

servidores em quantidade suficiente para atender a todos os alunos matriculados. Manter uma estrutura maior e mais servidores onera o orçamento da unidade escolar, que nem sempre possui recursos suficientes para essas adequações.

Quando analisada a inserção da educação ambiental no currículo de maneira interdisciplinar, embora pareça um pouco trabalhosa, ela é plenamente possível, inclusive utilizando-se das atividades cotidianas dos alunos, fazendo-os refletir sobre suas ações em relação ao meio em que vivem, sua casa, sua escola, seu bairro, sua cidade.

Ademais, não basta apenas implantar o ensino em tempo integral sem pensar nas atividades a serem oferecidas no contraturno, uma vez que é preciso que essas atividades sejam capazes de fazer com que os alunos se sintam instigados a frequentar essas atividades.

4.3 Análise do Projeto Político-Pedagógico – PPP da Escola Municipal José Bonifácio relativo à implantação da Educação Ambiental

O Projeto Político-Pedagógico vai além da elaboração de planos para o cumprimento de exigências burocráticas. É o fruto da interação entre objetivos e prioridades eleitos pela coletividade, estabelecendo, por meio da reflexão, as ações necessárias para se construir uma nova realidade. Antes de tudo, o PPP é um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo (professores, equipe técnica, alunos, pais, comunidade em geral).

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal José Bonifácio, para o Ensino Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, foi desenvolvido em várias etapas, com o estudo da Base Nacional Comum Curricular, do Referencial Curricular do Paraná, Cursos em Ensino à Distância (Conexão Professor em Ação) em 2019, reuniões, encontros, leituras e pesquisas permitindo a participação de toda a comunidade escolar na elaboração do documento. O PPP pode ser considerado como um referencial teórico, metodológico, filosófico, sociológico e pedagógico para a orientação da escola no enfrentamento de desafios do cotidiano em sala de aula.

O PPP para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais está organizado em cinco anos de escolarização, assegurando aos alunos a capacidade de aprender por meio do domínio da leitura, da escrita, do cálculo, da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das tecnologias, das artes, dos valores que fundamentam

a sociedade e da resolução de problemas, de modo a se tornarem autônomos e protagonistas de sua aprendizagem.

As mudanças produzidas tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental – Anos Iniciais possibilitam a melhoria da escolarização dos alunos, observando as particularidades da idade e os direitos das crianças. A proposta curricular está normatizada pelas interações e brincadeiras, garantindo experiências por meio de jogos, danças, contos e brincadeiras espontâneas, utilizados como instrumentos pedagógicos, respeitando o desenvolvimento cognitivo da criança.

A escola José Bonifácio oferta o Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano), no período matutino, das 07h30 às 11h30, e no período vespertino, das 13h15 às 17h15.

A Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Fundamental deve seguir, além da BNCC, a Resolução n.º 2/2017 – CNE/CP, que organizam o currículo por áreas de conhecimento: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Educação Física e Ensino Religioso), Matemática, Ciências Humanas (História e Geografia), Ciências da Natureza (Ciências) e Ensino Religioso.

A organização das turmas segue as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e obedece à legislação específica para o Ensino Fundamental, Educação Infantil e Sala de Recursos Multifuncionais (para atender às necessidades pedagógicas diferenciadas) em relação à quantidade professor/criança. Assim, para o Ensino Fundamental no 1º e 2º ano, as turmas têm no máximo 25 alunos; no 3º ano, 27 alunos; e no 4º e 5º ano, 28 alunos. Em relação ao espaço físico, o PPP descreve detalhadamente os ambientes que compõem a escola.

O município de Vitorino apresenta população composta por descendentes de italianos (predominantes), poloneses, alemães e caboclos. A realidade social e econômica predominante é a agricultura, registrando, no entanto, o êxodo rural por motivos diversos, passando essa população a ocupar a periferia urbana. A produção agrícola se destaca pela produção, em sua maioria, de soja, milho, feijão, tritcale e gado de leite. Também existem pequenas indústrias de plásticos recicláveis, malhas, queijos, embutidos, britadores, entre outras.

A maioria dos alunos da unidade escolar são filhos de pais agricultores, assalariados ou trabalhadores temporários, com baixo nível de instrução, falta de acesso a informações e superstições que representam um desafio constante a ser enfrentado pela gestão escolar.

O pensamento para a organização curricular da Escola Municipal José Bonifácio vai além dos conteúdos organizados sistematicamente, reconhecendo outros saberes e experiências trazidos do cotidiano dos alunos, expressando a cultura vigente, com rituais, imagens e códigos comunicativos, com sentidos e significados condizentes com a sociedade da qual fazem parte. Os sujeitos se constroem a partir das relações sociais ocorridos no contexto familiar, social e escolar.

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental promovem a integralização e o estabelecimento de conexões entre diferentes componentes curriculares, sintetizando, apresentando, retomando e articulando conhecimentos e contando com repertórios comuns que são construídos diariamente com os alunos em sala de aula.

Em relação à temática ambiental, é necessário se atentar à importância da qualidade de vida e auxiliar o aluno na aprendizagem de procedimentos, valores e atitudes que os conscientizem e os façam ser comprometidos com a vida. O objetivo é reforçar a harmonia da questão ambiental com as práticas sociais de maneira integrada, respeitando-se as particularidades de cada povo.

A Lei Municipal n.º 1598/2017 dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação Ambiental e instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental. A Lei foi elaborada em consonância com a legislação federal e estadual em vigor naquele momento.

O instrumento legal citado considera a Educação Ambiental como um processo contínuo e transdisciplinar, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não formal, por onde os indivíduos e a coletividade, de forma participativa, possam construir, compartilhar e privilegiar saberes, conceitos, valores socioculturais, atitudes, práticas, experiências e conhecimentos direcionados para uma cidadania comprometida com preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (Prefeitura Municipal de Vitorino, 2017). Entretanto, a referida lei é pouco conhecida por seus munícipes, situação evidenciada pelas respostas dos entrevistados.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal José Bonifácio apresenta a descrição dos Componentes Curriculares para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, bem como os Objetivos Geral e Específicos e os conteúdos a serem abordados, que serviu de base, juntamente com outros instrumentos, para a construção do modelo proposto.

4.4 Proposta de Modelo de Matriz Curricular para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano), introduzindo a temática ambiental de maneira interdisciplinar, considerando as potencialidades do município

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “*define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades*”. A BNCC orienta que a matriz curricular para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) seja dividida em cinco áreas de conhecimento, que se sabe: Linguagens (Arte, Educação Física e Língua Portuguesa), Matemática, Ensino Religioso, Ciências Humanas (Geografia e História) e Ciências da Natureza.

Ainda conforme preconiza a BNCC, ela e os currículos se identificam, comungando de princípios e valores que orientam outros instrumentos. Reconhecem que a educação tem compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em todas as suas dimensões (intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica).

A Base Nacional, bem como o currículo, possui papéis complementares para assegurar à Educação Básica as aprendizagens essenciais definidas, que só se materializam por meio de decisões que caracterizam o currículo em ação. Essas decisões, que resultam do envolvimento e participação das famílias e da comunidade, fazem referência à contextualização dos conteúdos dos componentes curriculares baseados na realidade local, decisão sobre as formas de organização interdisciplinar, fortalecimento das competências pedagógicas das equipes escolares para adoção de estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas.

A organização dos currículos e propostas devem considerar as decisões anteriormente citadas para se adequarem às diferentes modalidades de ensino, buscando atender às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais. Conforme descrito na própria Base Nacional Comum Curricular, os sistemas, as redes de ensino e as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, devem incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas os temas contemporâneos que afetam a vida humana em sua escala local, regional e global, de preferência de forma transversal e integrada.

A Proposta de Modelo Matriz Curricular para a Educação Integral em Tempo Integral para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano), acrescentando a

temática ambiental de maneira integrada, foi elaborada com base nos seguintes materiais:

- Instrumentos norteadores da educação no Brasil, principalmente os voltados para o viés ambiental;
- Projetos de Educação Ambiental já implantados nas escolas brasileiras;
- Proposta de organização curricular em escolas de Tempo Integral do Governo do Estado do Ceará (Governo do Estado do Ceará, 2016);
- Documento orientador para a reestruturação curricular das escolas em tempo integral do ensino fundamental do Estado do Rio Grande do Sul (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014);
- Orientações Pedagógicas para a Educação Ambiental da cidade de São Paulo (São Paulo, 2023);
- Referencial Curricular para Turmas Regulares do Instituto Ayrton Senna (Instituto Ayrton Senna, 2024);
- Guia de Matrizes Curriculares 2024 do Estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2024);
- Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal José Bonifácio (Prefeitura Municipal de Vitorino, 2021).

As competências específicas de cada área de conhecimento, eixos temáticos, objetos e habilidades para cada eixo, além de sugestões de componentes extracurriculares serão apresentadas de forma sucinta e organizada, de modo a facilitar a compreensão do leitor.

O modelo pode ser adaptado conforme as necessidades, a disponibilidade de recursos e as potencialidades de cada localidade. Na proposta que ainda se encontra em construção, buscar-se-á introduzir a temática ambiental em todas as disciplinas.

A estrutura curricular deve ser apresentada de forma tal que seja estabelecida uma sequência e que o conteúdo seja distribuído ao longo do tempo, no entanto, para evitar que esta pesquisa se torne muito extensa, foram reunidas as informações relativas às competências e aos eixos temáticos de cada componente curricular do 1º ao 5º ano.

**PROPOSTA DE MODELO DE MATRIZ CURRICULAR
ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO)
INTRODUZINDO A TEMÁTICA AMBIENTAL DE MANEIRA INTERDISCIPLINAR**

O modelo apresentado foi dividido conforme as áreas de conhecimento. Em cada área, foi elaborado um quadro para cada componente curricular da área, com a descrição sucinta das competências específicas, seguido do quadro descritivo dos eixos temáticos, com a apresentação dos objetos de conhecimento e das habilidades para cada eixo temático. Não foram consideradas as divisões das habilidades para cada ano do ensino, as descrições foram realizadas de forma geral. Por fim, apresentaram-se exemplos de práticas para cada componente curricular, como forma de introduzir a temática ambiental no componente.

Foram apresentadas sugestões de práticas para os componentes curriculares introduzindo a temática ambiental, de forma a possibilitar que os conhecimentos adquiridos durante o período de aula possam ser aproveitados com outras práticas. Não existe uma forma única de pensar Educação Ambiental, podendo ser adaptada às mais variadas condições sociais, culturas, idades, componentes curriculares etc.

Foram relacionadas e descritas as Áreas de Conhecimento, Componentes Curriculares e Extracurriculares, com uma proposta de carga horária semanal. Como já citado anteriormente, a ideia da proposta não é esgotar a matriz curricular e sim apresentar opções para a inserção da temática proposta, no caso a ambiental, em todas as disciplinas e buscar a interdisciplinaridade e integração entre elas.

A Proposta de Modelo Matriz Curricular apresentada teve como gênese a estrutura da Base Nacional Comum Curricular, bem como outros instrumentos normativos e modelos já apresentados e implantados.

ÁREA DE CONHECIMENTO – LINGUAGENS

COMPONENTE CURRICULAR – LÍNGUA PORTUGUESA

Competências Específicas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

- Compreensão da língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, de modo que seja reconhecida como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem;
- Apropriação da linguagem escrita, aceitando-a como forma de comunicação entre os diferentes campos de atuação da vida social e a utilizando para ampliar suas possibilidades de participação na cultura letrada, de construção de conhecimentos (inclusive escolares) e do envolvimento autônomo e protagonista na vida social;
- Leitura, escuta e produção de textos orais, escritos e multissemióticos nos diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, expressando e compartilhando informações, experiências, ideias e sentimentos e manter o aprendizado contínuo;
- Análise de informações, argumentos e opiniões emitidas nas interações sociais e nos meios de comunicação, com posicionamento ético e crítico em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais;
- Envolvimento nas práticas de leitura literária, possibilitando o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, com o reconhecimento do potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.

Eixo Temático – Oralidade

Objetos de Conhecimento: Linguagem; Escuta atenta; Aspectos não linguísticos; Produção de texto oral; Planejamento de texto oral; Exposição oral.

Habilidades: Práticas de linguagem em situações oral com ou sem contato face a face; Trabalhar formas de expressão oral com clareza, preocupando-se com a compreensão do interlocutor, com utilização de tom de voz audível, boa articulação e ritmo adequado; Trabalhar a escuta das falas de professores e colegas, formulando

perguntas pertinentes ao tema abordado; Trabalhar a conversação espontânea, com o respeito aos turnos de fala, elegendo formas adequadas de tratamento, de acordo com a situação e posição do interlocutor; Aula dialogada, web conferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, playlist comentada de músicas, blog de game, contação de histórias, diferentes tipos de podcasts e vídeos; Produção de textos orais mais eficazes, dentre outras; Escuta atenta; Conversação espontânea.

Eixo Temático – Leitura/Escuta

Objetos de Conhecimento: Protocolo de leitura; Decodificação; Fluência em leitura; Formação de leitor; Compreensão em leitura; Texto escrito; Texto oral; Texto multissemiótico; Estratégias de leitura.

Habilidades: Leitura e compreensão de textos literários de diferentes gêneros; Percepção de diálogos em textos narrativos; Apreciação de poemas; Identificação das funções do texto dramático; Criação de narrativas ficcionais; Leitura e compreensão de tipos literários diversos; Identificação da função social de textos da vida social e cotidiana, nas mídias impressas, de massa e digital, identificando quem os produziu e a quem se destinam; Estabelecimento de expectativas relacionadas ao texto que será lido, com base em conhecimentos prévios de produção textual, gênero, suporte, universo temático, recursos gráficos, imagens e dados; Localização de informações explícitas no texto; Interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação; Reconstrução das condições de produção e recepção de textos; Estratégias de leitura.

Eixo Temático – Produção de textos/Escrita (e multissemiótica)

Objetos de Conhecimento: Correspondência fonema-grafema; Construção do sistema alfabético; Estabelecimento de relações anafóricas na referência e construção da coesão; Linguagem; Normas Linguísticas; Texto escrito; Texto oral; Texto multissemiótico; Revisão de textos; Edição de textos.

Habilidades: Planejamento do texto que será produzido; Releitura e revisão do texto produzido, Edição do texto produzido; Utilização de *software* de edição de textos; Práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos

enunciativos; Atribuição de sentidos a normas linguísticas já utilizadas; Planejamento, revisão e edição de textos; Utilização de tecnologia digital.

Eixo Temático – Análise Linguística/semiótica/ Alfabetização (ortografização)

Objetos de Conhecimento: Conhecimento do alfabeto do português do Brasil; Construção do Sistema Alfabético; Conhecimento das diversas grafias do alfabeto; Segmentação de palavras; Classificação de palavras por número de sílabas; Pontuação; Acentuação; Sinonímia e antonímia; Conhecimentos linguísticos; Sistema de escrita; Sistema da língua; Norma padrão.

Habilidades: Identificar em narrativas, cenários, personagens centrais, conflitos geradores, resoluções e pontos de vista; Conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses; Formulação e verificação de hipóteses sobre o funcionamento da linguagem; Sistematização da alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos como foco da ação pedagógica.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular de Língua Portuguesa – Roda Literária

- Seleção de produções já publicadas de diversos gêneros literários (narrativo – contação de histórias, lírico – expressão subjetiva de ideias e emoções e dramático - instruções para encenação teatral), que tenham como conteúdo as questões ambientais;
- Leitura e debate sobre o conteúdo das obras selecionadas;
- Produções textuais de vários gêneros literários envolvendo a temática ambiental;
- As obras produzidas poderão ser dispostas no ambiente escolar para que os demais alunos possam contemplá-las.

• *A realização da atividade deve ter a sua complexidade compatível com a faixa etária da turma que irá realizá-la, evitando que se torne muito complexa, dificultando a execução e compreensão do que foi proposto.*

COMPONENTE CURRICULAR – ARTES

Competências Específicas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

- Explorar, conhecer, fruir e analisar de maneira crítica as práticas e produções artísticas e culturais do entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e das sociedades diversas em tempos e espaços distintos;
- Pesquisar e conhecer matrizes estéticas e culturais distintas, em especial as manifestadas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira;
- Experimentação do lúdico, da percepção, da expressividade e da imaginação, ressignificando os espaços escolares e fora dele no âmbito da arte;
- Articulação das seis dimensões do conhecimento, que conjunta e simultaneamente caracterizam a singularidade da experiência artística;
- Trabalhar as dimensões criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão;
- Trabalhar o corpo como locus de criação ficcional de tempos, espaços e sujeitos distintos de si próprios, a partir de meios verbais, não verbais e da ação física;
- Desenvolver processos de criação teatral criativa e colaborativa por meio de jogos, improvisações, atuações e encenações, caracterizados pela interação entre atores e espectadores;
- Possibilitar a troca de experiências entre alunos e aprimorar a percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção;
- Estabelecer relação entre arte, mídias, mercado e consumo, com a compreensão crítica e problematizadora dos modos de produção e de circulação das artes na sociedade;
- Trazer ao mundo das artes questões políticas, sociais, econômicas, científicas, ambientais, tecnológicas e culturais com a prática de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.

Eixo Temático – Artes visuais

Objetos de Conhecimento: Expressão visual.

Habilidades: Identificar e apreciar formas distintas de artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético; Exploração e reconhecimento de elementos constitutivos das artes visuais; Reconhecimento e análise da influência exercida nas manifestações

artísticas das culturas locais, regionais e nacionais, de matrizes estéticas e culturais diferentes; Experimentação de diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), utilizando os materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais de forma sustentável; Reconhecimento de categorias do sistema das artes visuais (museus, galerias, instituições, artistas, artesãos, curadores etc.); Trabalhar os processos e produtos artísticos e culturais, nos diversos tempos históricos e contextos sociais, com a expressão visual como elemento de comunicação; Possibilitar a exploração de múltiplas culturas visuais; Dialogar com as diferenças; Conhecer outros espaços e possibilidades de invenção e expressão para ampliar os limites escolares e criar novas formas de interação artística e de produção cultural.

Eixo Temático – Dança

Objetos de Conhecimento: Sentimento do corpo.

Habilidades: Experimentação e apreciação de diferentes formas de manifestações da dança presentes em diferentes contextos, cultivando o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório corporal; Estabelecimento de relações entre as partes do corpo e o todo corporal na construção do movimento; Experimentação de diferentes formas de orientação no espaço (deslocamentos, planos, direções, caminhos etc.) e ritmos de movimento (lentos, moderado e rápido) na construção do movimento dançado; Prática artística pelo pensamento e sentimento do corpo, por meio da articulação dos processos cognitivos e das experiências sensíveis implicados no movimento dançado; Articulação dos aspectos sensíveis, epistemológicos e formais do movimento dançado ao seu próprio contexto; Problematização e transformação de percepções acerca do corpo e da dança, por meio de arranjos que permitem novas visões de si e do mundo; Repensar as dualidades e binômios (corpo e mente, popular e erudito, teoria e prática), em favor de um conjunto híbrido e dinâmico de práticas.

Eixo Temático – Música

Objetos de Conhecimento: Sons e forma.

Habilidades: Identificação e apreciação crítica de diferentes formas e gêneros de expressão musical, com o reconhecimento e análise do uso e das funções da música em diversos contextos, especialmente os da vida cotidiana; Percepção e exploração

dos elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversificadas; Materializar a expressão artística por meio dos sons, ganhando forma, sentido e significado no âmbito da sensibilidade subjetiva e interações sociais; Ampliar e produzir conhecimentos musicais, passando pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos; Vivenciar a música inter-relacionada à diversidade; Desenvolver saberes musicais fundamentais para sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade.

Eixo Temático – Teatro

Objetos de Conhecimento: Arte multissensorial.

Habilidades: Reconhecimento e apreciação de formas distintas de manifestações do teatro em diferentes contextos, aprendendo a ver e a ouvir histórias dramatizadas e cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório ficcional; Experimentação do trabalho colaborativo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro, com a exploração de gestos e ações do cotidiano; Exercitar a imitação e o faz de conta, ressignificando objetos e fatos com a experimentação do lugar do outro, compondo e encenando acontecimentos cênicos, por meio de músicas, imagens, textos e outros pontos de partida, de forma intencional e reflexiva; Diálogo entre as linguagens artísticas; Construir uma rede de interlocução híbrida, com a literatura, as artes circenses, o cinema e a *performance*; Desenvolver atividades que facilitem o trânsito criativo, fluido e desfragmentado entre as linguagens artísticas; Integrar saberes, gerando experiências de aprendizagem amplas e complexas; Propiciar o entendimento de costumes e valores que constituem as culturas, manifestados em processos e produtos artísticos, contribuindo para a formação integral.

Eixo Temático – Artes integradas

Objetos de Conhecimento: Linguagens artísticas; Matrizes estéticas e culturais; Patrimônio cultural, material e imaterial; Tecnologias; Recursos digitais.

Habilidades: Reconhecimento e experimentação, em projetos temáticos, das relações entre diversas linguagens artísticas; Caracterização e experimentação de brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e

culturais; Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, especialmente a brasileira, das matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, com o favorecimento da construção de vocabulário e repertório de fontes artísticas diversas; Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografias, *softwares* etc.) nos processos de criação artística.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente curricular de Artes – Fábrica de Brinquedos

- Arrecadação de materiais recicláveis para a realização da atividade, como garrafas plásticas, galões, tampinhas plásticas; caixas de papelão, papéis e embalagens coloridas, entre outros;
- Pesquisa de diferentes brinquedos que podem ser fabricados utilizando materiais recicláveis;
- Organização e separação dos materiais que serão utilizados para cada um dos itens a serem construídos;
- Execução das etapas de fabricação dos brinquedos.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular de Artes – Fábrica de Sons

- Arrecadação de materiais para a prática proposta, como sementes, folhas, pedras, fios, bambu, entre outros;
- Pesquisa sobre os sons da natureza e instrumentos musicais a serem construídos com os materiais arrecadados, introduzindo culturas diversas, como a indígena;
- Exploração dos sons da natureza;
- Construção dos instrumentos musicais com os materiais arrecadados.

Observação: O Projeto Teçaya – Artes e Educação Ambiental acredita que “o ser humano é parte integrante e indissociável da natureza e que a transformação só acontece quando nos compreendemos como parte ativa dos sistemas”. Ele apresenta a correlação entre os sons e a Escola da Natureza, com a análise da música como um conjunto de sons estruturados, buscando o contato das crianças com a natureza e os elementos naturais. O projeto busca trabalhar os sons na escola da natureza, em qualquer escola, compreendendo a importância dos sons naturais para a saúde

mental, física e anímica, desenvolvendo atividades e interesses dos alunos a partir de experiências naturais (Projeto Teçaya, 2018).

- *A realização da atividade deve ter a sua complexidade compatível com a faixa etária da turma que irá realizá-la, evitando que se torne muito complexa, dificultando a execução e compreensão do que foi proposto.*

COMPONENTE CURRICULAR – EDUCAÇÃO FÍSICA

Competências Específicas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

- Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual;
- Planejamento e emprego de estratégias para resolução de desafios;
- Aumento das possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, tematizando práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, podendo ser compreendida como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história;
- Reflexão sobre a relação entre práticas corporais e saúde/doença, inclusive no que se refere às atividades laborais;
- Abordar práticas corporais como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, ampliando a consciência sobre os movimentos e os recursos para o cuidado de si e dos outros, desenvolvendo autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento nas mais diversas finalidades humanas;
- Oferecer uma diversidade de possibilidades para o enriquecimento das experiências das crianças, jovens e adultos, permitindo o acesso a um amplo universo cultural, com diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura.

Eixo Temático – Brincadeiras e jogos

Objetos de Conhecimento: Brincadeiras; Jogos.

Habilidades: Experimentação, fruição e recriação de diferentes brincadeiras e jogos culturais populares, no contexto comunitário e regional, com o respeito às diferenças individuais de desempenho dos colegas; Recriação e experimentação, individual e coletiva, na escola e fora dela, de brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles da matriz indígena e africana; Explicação, por meio da linguagem corporal, visual, oral e escrita, de brincadeiras e jogos populares; Planejamento e utilização de estratégias para a resolução de desafios de brincadeiras e jogos populares; Colaboração na proposição e produção de alternativas para a prática de brincadeiras, jogos e práticas corporais tematizadas na escola.

Eixo Temático – Esportes

Objetos de Conhecimento: Esportes de marca; Esportes de precisão; Esportes de campo; Esportes de taco; Esportes de rede/parede; Esportes de invasão.

Habilidades: Experimentação e fruição, respeitando o trabalho coletivo e o protagonismo, da prática de esportes de marca e de precisão, identificando os elementos comuns a esses esportes; Discussão sobre a importância de observar as normas e regras dos esportes e de marca e precisão para assegurar a integridade própria e as dos demais participantes.

Eixo Temático – Ginásticas

Objetos de Conhecimento: Ginástica geral.

Habilidades: Experimentação, fruição e identificação dos diferentes elementos básicos da ginástica, como equilíbrio, saltos, giros, rotações, acrobacias com ou sem materiais e da ginástica geral, individualmente ou em pequenos grupos; Planejamento e utilização de estratégias para a execução de diferentes elementos básicos da ginástica; Identificar potencialidades e limites do corpo, respeitando as diferenças entre os indivíduos; Descrição das características dos elementos básicos da ginástica, identificando a presença dos elementos nas diversas práticas corporais.

Eixo Temático – Danças

Objetos de Conhecimento: Danças comunitárias; Danças regionais.

Habilidades: Experimentação e fruição de diferentes danças do contexto comunitário e regional (rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas) e recriação das diferentes danças; Identificação dos elementos constitutivos das danças, como ritmo, espaço e gestos, valorizando e respeitando as diferentes culturas; Formulação e utilização de estratégias para a execução de elementos que constituem as danças populares do Brasil e do mundo e das matrizes indígenas e africanas; Identificação de situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais e discussão de alternativas para superá-las.

Eixo Temático – Lutas

Objetos de Conhecimento: Lutas regionais; Lutas indígenas; Lutas africanas.

Habilidades: Experimentação, fruição e recriação de diferentes lutas no contexto comunitário e regional e lutas indígenas e africanas; Planejamento e estratégias

básicas das lutas comunitárias e regionais e da matriz indígena e africana, respeitando o colega como oponente e normas de segurança; Identificação das características das lutas comunitárias e regionais e lutas indígenas e africanas, reconhecendo as diferenças entre lutas e brigas.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular de Educação Física – Gincana Caça ao Tesouro

- Solicitar aos alunos que tragam materiais recicláveis para a realização da gincana;
 - Esconder os materiais no local da realização da gincana para que os alunos os procurem;
 - Explicar aos participantes que os materiais devem ser encontrados e destinados nas lixeiras conforme suas classificações corretas;
 - Ao final da gincana, realizar uma roda de conversa, explicando aos alunos a importância de destinar os resíduos corretamente, podendo ser apresentados dados oficiais sobre o assunto.
 - A depender das condições locais, os resíduos utilizados na gincana podem ser vendidos para empresas de reciclagem e o valor destinado para benfeitorias na escola com aquisição de equipamentos ou melhoria dos espaços.
 - A gincana pode ser realizada envolvendo todas as turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, servindo inclusive como integração entre os alunos.
- *A realização da atividade deve ter a sua complexidade compatível com a faixa etária da turma que irá realizá-la, evitando que se torne muito complexa, dificultando a execução e compreensão do que foi proposto.*

ÁREA DE CONHECIMENTO - MATEMÁTICA

COMPONENTE CURRICULAR – MATEMÁTICA

Competências Específicas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

- Reconhecimento da Matemática como ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, momentos históricos diversos;
- Uma ciência viva, que contribui para a solução de problemas científicos e tecnológicos e como base de descobertas e construções, impactando inclusive o mundo do trabalho;
- Desenvolvimento de raciocínio lógico, espírito de investigação e capacidade de produção de argumentos convincentes, explorando conhecimentos matemáticos para a compreensão e atuação no mundo;
- Compreensão das relações entre os diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e outras áreas do conhecimento, construindo e aplicando conhecimentos matemáticos de forma segura, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções;
- Observar sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, para a investigação, organização, representação e comunicação de informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes;
- Enfrentamento de situações-problema em múltiplos contextos, com situações hipotéticas, expondo suas respostas e condensando conclusões, com diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados);
- Utilização de processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados;
- Desenvolvimento e/ou discussão de projetos de abordagem de questões de urgência social, baseados em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;

- Interação de forma cooperativa, com o trabalho coletivo no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder questionamentos e buscar soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não em discussões de determinadas questões, respeitando diferentes formas de pensar.

Eixo Temático – Números

Objetos de Conhecimento: Contagem de rotina; contagem ascendente e decrescente; Reconhecimento de números no contexto diário; Quantificação de números de uma coleção; Reta numérica; Construção de fatos básicos da adição; Composição e decomposição de números naturais; Pensamento numérico.

Habilidades: Utilização de números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em situações cotidianas diversas reconhecendo situações em que números não indicam contagem nem ordem, mas, sim, códigos de identificação; Contagem de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos; Estimativa e comparação de quantidades de objetos em coleções com unidades adequadas para cada ano escolar, apresentando o resultado por registros verbais e simbólicos; Construção de fatos básicos de adição e sua utilização em procedimentos de cálculo para a resolução de problemas; Composição e decomposição de números de ordens apropriadas para cada ano escolar, por meio de diferentes adições, com a utilização de materiais manipuláveis, contribuindo para a compreensão de características do sistema de numeração decimal e o desenvolvimento de estratégias de cálculo; Elaboração e resolução de problemas de adição e subtração, envolvendo números de até dois algarismos, com significados de juntar, acrescentar, separar e retirar, com o auxílio de imagens e/ou material manipulável; Construção de fatos básicos da adição e subtração, utilizando-os em cálculos mentais ou escritos; Elaboração e resolução de problemas de multiplicação (por 2, 3, 4, 5, 10) com a ideia de adição de parcelas iguais por meio de estratégias e formas de registros pessoais utilizando ou não imagens e/ou materiais manipuláveis; Elaboração e resolução de problemas de divisão de número natural por outro, com resto zero ou diferente de zero; Elaboração e resolução de problemas envolvendo dobro, metade, triplo e terça parte; Compreensão da ideia de igualdade para a descrição de diferentes sentenças de adições ou subtrações de dois números naturais que resultem na mesma soma ou diferença; Desenvolvimento do pensamento numérico, implicando no conhecimento de maneiras para a quantificação de

características de objetos e de julgamento e interpretação de argumentos com base em quantidades; Execução de atividades em que os números aparecem como objetos de estudo.

Eixo Temático – Álgebra

Objetos de Conhecimento: Pensamento algébrico; Modelos matemáticos; Grandezas. Habilidades: Construção de sequências de números naturais em ordem crescente ou decrescente a partir de um número qualquer; Descrição de padrão (ou regularidade) de sequências repetitivas e de sequências recursivas, por meio de palavras, símbolos e desenhos; Organização e ordenamento de objetos familiares ou representações por figuras, a partir de atributos como forma e medida; Descrição dos elementos ausentes em sequências recursivas de números naturais, objetos ou figuras, após reconhecimento e explicitação de um padrão (ou regularidade), Desenvolvimento do pensamento algébrico, fundamental para modelos matemáticos na compreensão, representação e análise de relações quantitativas de grandezas e de situações e estruturas matemáticas, utilizando letras e outros símbolos, basicamente as ideias de regularidade, generalização de padrões e propriedades da igualdade.

Eixo Temático – Geometria

Objetos de Conhecimento: Figuras geométricas espaciais; Figuras geométricas planas; Posição e deslocamento no espaço; Formas; Relações entre elementos. Habilidades: Descrição da localização de pessoas e de objetos no espaço em relação à sua própria posição, utilizando termos como direita, esquerda, em frente e atrás, ou em relação a um ponto de referência, compreendendo que, para a utilização de termos que se refiram à posição (direita, esquerda, em cima e embaixo), é necessário explicitar um referencial; Relacionamento de figuras geométricas espaciais (cones, cilindros, esferas e blocos retangulares) com objetos familiares do mundo físico; Identificação e nomeação de figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo) em desenhos diversos ou em contornos de faces de sólidos geométricos; Estudo da posição e deslocamentos no espaço, formas e relações entre elementos de figuras planas e espaciais para o desenvolvimento do pensamento geométrico dos alunos; Reconhecimento de figuras congruentes, usando sobreposição e desenhos de malhas quadriculares ou triangulares; Observação e análise do espaço que nos cerca para o

estudo das figuras geométricas planas e espaciais, contribuindo para a representação, de forma organizada, do mundo em que vivemos.

Eixo Temático – Grandezas e Medidas

Objetos de Conhecimento: Medidas e relações entre elas.

Habilidades: Comparação de comprimentos, capacidades ou massas, utilizando termos como mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, mais pesado, mais leve, entre outros, para o ordenamento de objetos de uso cotidiano; Reconhecimento e relacionamento de períodos do dia, dias da semana e meses do ano, com a utilização de calendário; Produção e escrita de datas, apresentando o dia, o mês e o ano, indicando o dia da semana de uma data; Leitura de horas em relógios digitais e analógicos e reconhecimento da relação entre horas e minutos e minutos e segundos; Reconhecimento e relacionamento de valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para a resolução de situações simples do cotidiano; Utilização prática, demonstrando a utilidade do conhecimento matemático; Proposição de estudos de medidas e relações entre elas, ou seja, das relações métricas; Contribuição para a consolidação e ampliação da noção de número; Aplicação de noções geométricas e construção do pensamento algébrico.

Eixo Temático – Probabilidade e estatística

Objetos de Conhecimento: Noção de Acaso; Coleta e organização de informações; Dados; Tabelas; Gráficos.

Habilidades: Classificação de eventos envolvendo o acaso, tais como “acontecerá com certeza”, “talvez aconteça” e “é impossível acontecer”, em situações do cotidiano; Realização de pesquisas, envolvendo duas variáveis categóricas de seu interesse e universo de vários elementos, organizando dados por meio de representações pessoais; Ler, interpretar, comparar e resolver problemas cujos dados estão apresentados em tabelas de dupla entrada, gráficos de barras e de colunas, que envolvem resultados de pesquisas significativas, que utilizam termos como maior e menor frequência; Proposição de abordagem de conceitos, fatos e procedimentos de situações cotidianas, das ciências e da tecnologia; Desenvolvimento de habilidades para coleta, organização, representação, interpretação e análise de dados em diferentes contextos, para desenvolvimento de julgamentos; Leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular de Matemática – Quanto mede o mundo em que eu vivo?

- A atividade pode ser realizada em uma praça ou parque da cidade que possua elementos naturais passíveis de serem utilizados na atividade, como árvores, arbustos, flores, frutos etc.;
- Os alunos devem avaliar o elemento em sua forma geométrica, por exemplo, o tronco da árvore, a copa, elege características como alta, baixa, grande, pequena;
- Realizar anotações de medidas, como diâmetro do tronco de uma árvore;
- Realizar a verificação e estimativa de quantidades de flores e frutos por exemplar de árvore; avaliando como “tem muito”, “tem pouco”;
- *A realização da atividade deve ter a sua complexidade compatível com a faixa etária da turma que irá realizá-la, evitando que se torne muito complexa, dificultando a execução e compreensão do que foi proposto.*

ÁREA DE CONHECIMENTO – CIÊNCIAS HUMANAS

COMPONENTE CURRICULAR – GEOGRAFIA

Competências Específicas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

- Utilização de conhecimentos geográficos para o entendimento da relação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas;
- Desenvolvimento da autonomia e senso crítico para compreender e aplicar o raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem;
- Desenvolvimento do pensamento espacial, utilizando linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para resolver problemas que envolvam informações geográficas.

Eixo Temático – O sujeito e seu lugar no mundo

Objetos de Conhecimento: Pertencimento; Identidade; Experiência espaço tempo; O bairro e a cidade; A vida na cidade e o campo; Planeta Terra; Continentes; Convivência.

Habilidades: Foco em noções de pertencimento e identidade; Ampliação das experiências com o espaço e o tempo com jogos e brincadeiras na Educação Infantil, a partir do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmas e de sua comunidade, com a valorização de contextos mais próximos da vida cotidiana; Desenvolvimento da percepção socioambiental da escola e do seu entorno; Fortalecimento da localização espacial e os sentidos de cada lugar.

Eixo Temático – Conexões e Escalas

Objetos de Conhecimento: Fatos locais e globais; A terra e o Brasil; O Brasil e seu Estado; Paisagens naturais e antrópicas em transformação.

Habilidades: Articulação de diferentes espaços e escalas de análise; Compreensão das relações existentes entre fatos nos níveis local e global.

Eixo Temático – Mundo do trabalho

Objetos de Conhecimento: Processos e técnicas construtivas; Profissões; Produção no campo; Produção nas fábricas; Matéria-prima e indústria.

Habilidades: Abordagem de processos e as técnicas construtivas com o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos.

Eixo Temático – Formas de representação e pensamento espacial

Objetos de Conhecimento: Noções de localização: esquerda, direita, acima, embaixo, frente, atrás; Representações gráficas e cartográficas; Raciocínio geográfico; Localização na planta da sala; Planta da escola.

Habilidades: Ampliação gradativa da concepção de mapa e outras formas de representação gráfica; Aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico; Identificar e interpretar diferentes tipos de representação cartográfica; Identificar lugar em mapas.

Eixo Temático – Natureza, ambientes e qualidade de vida

Objetos de Conhecimento: Geografia física; Geografia humana; Processos físico-naturais; Ambientes limpos e degradados; Uso adequado dos recursos humanos.

Habilidades: Busca da unidade da geografia, articulando geografia física e geografia humana; Discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra; Relacionar a produção de lixo doméstico ou da escola aos problemas causados pelo consumo excessivo; Considerar a ampliação de hábitos de redução, reuso e reciclagem/descarte de materiais consumidos em casa, na escola e/ou no entorno; Identificar os cuidados necessários para utilização da água de forma sustentável; Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive; Identificar a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular de Geografia – Mapa de Memórias

- Construção de mapas representativos da região onde o aluno está inserido, com o envolvimento dos pais e/ou responsáveis para levantamento de dados em campo;

- Pode ser impresso ou construído um mapa geral, reunindo todas as regiões de abrangência da turma, onde de forma coletiva e colaborativa serão preenchidos os dados trazidos pelos alunos, facilitando a compreensão do todo;
 - Anotação no mapa de diversos aspectos socioambientais locais, como cursos d'água, áreas verdes, áreas desmatadas, núcleos habitacionais, ruas com e sem pavimentação, locais com disposição adequada e inadequada de resíduos, áreas de lazer, serviços de saúde e educação, empreendimentos industriais e comerciais;
 - Análise das informações trazidas pelos alunos, com avaliações do tipo “lugar bem cuidado”, “lugar bonito”, “lugar sujo”, características, como “presença de árvores”, “presença de animais”, aspectos abstratos, como “lugar com vento”, “lugar quente”, “lugar perfumado”, observações sobre os sentimentos: “lugar calmo”, “lugar feliz”, “lugar com lembranças”;
 - Reflexão em grupo sobre os aspectos apontados;
 - Construção de uma proposta de melhoria para os aspectos avaliados como prejudiciais, inadequados ou insuficientes.
- *A realização da atividade deve ter a sua complexidade compatível com a faixa etária da turma que irá realizá-la, evitando que se torne muito complexa, dificultando a execução e compreensão do que foi proposto.*

COMPONENTE CURRICULAR – HISTÓRIA

Competências Específicas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

- Compreensão dos acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para a análise, posicionamento e intervenção no mundo contemporâneo;
- Compreensão da historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais e a problematização dos significados das lógicas de organização cronológica;
- Análise e compreensão do movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, considerando o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

Eixo Temático – Noção de lugar

Objetos de Conhecimento: O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais; Vida privada; Vida pública; Vida urbana; Vida rural.

Habilidades: Noção do lugar em que se vive; Dinâmicas em torno da cidade, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural; Análise de processos mais longínquos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos; Identificar aspectos do seu crescimento por meio de registros fotográficos; Descrever as relações e papéis relacionados à família; Identificar objetos e documentos que mostrem sua história e dos outros; Reconhecer espaços, objetos, documentos, fotos etc. como formas de memória e história do lugar onde mora; As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município, identificando sua linha histórico-temporal familiar direta, os grupos populacionais que formam a cidade; Registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade; Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade; Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados; Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região; Identificar modos de vida na cidade e no campo no presente, comparando-os com os do passado.

Eixo Temático – Noção de cidadania

Objetos de Conhecimento: A vida da escola, e na cidade; Os marcos históricos da cidade; Direitos e deveres; Diversidade.

Habilidades: Conhecer histórias da escola e da cidade; Identificar mudanças e permanências nas formas de vida da família e da escola; Conhecer marcos históricos da cidade; Reconhecer espaços de convivência na casa, na escola e no bairro; Identificar diferentes formas de vida e profissões na sua comunidade; Noção de espaço público privado, mapeando os espaços públicos do lugar em que se vive; comparando as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e espaços, analisando mudanças e permanências; As questões históricas relativas às migrações, identificando as motivações dos processos migratórios em diferentes tempos e espaços; analisando diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira; observando e comparando semelhanças e diferenças entre biografias. Noções de cidadania com direitos e deveres; Reconhecimento da diversidade das sociedades; Educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos; Pensar a diversidade dos povos e culturas e suas formas de organização.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular de História – Como era antes de...

- Realizar pesquisa sobre áreas que foram devastadas ou suprimidas, ou ainda de acidentes ambientais ocorridos que colocaram em risco o meio ambiente, a fauna, a flora, a saúde das pessoas etc.
- Debate sobre os eventos apresentados pelos alunos, avaliando as causas e consequências deles;
- Debate sobre as ações para evitar que novos eventos aconteçam.

• *A realização da atividade deve ter a sua complexidade compatível com a faixa etária da turma que irá realizá-la, evitando que se torne muito complexa, dificultando a execução e compreensão do que foi proposto.*

COMPONENTE CURRICULAR – ENSINO RELIGIOSO

Competências Específicas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

- Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, por meio de manifestações religiosas percebidas na realidade dos alunos;
- Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- Desenvolvimento de competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre diversas perspectivas religiosas e seculares da vida, com o exercício do respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias;
- Contribuição para que os alunos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios e da cidadania;
- Trabalhar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção, abordando os conhecimentos com base em diversas culturas e tradições religiosas, se desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida;
- Debater, problematizar e criar posicionamentos diante dos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz;
- Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, como expressão de valor da vida;
- Analisar as relações entre as tradições religiosa e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;

Eixo Temático – Identidades e alteridades

Objetos de Conhecimento: Singularidade e diversidade do ser humano; Semelhanças e diferenças entre o eu e o outro; Compreensão de símbolos, mitos e ritos; Espaços e territórios religiosos.

Habilidades: Identificação e acolhimento das semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós; Reconhecimento do próprio nome e o nome do outro como identificação e diferenciação; Reconhecimento e respeito às características físicas e subjetivas de cada um; Valorização da diversidade de formas de vida; Identificação, distinção e respeito aos símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições

religiosas; Identificação e respeito aos diferentes espaços e territórios religiosos das diversas tradições e movimentos religiosos; Caracterização dos espaços e territórios religiosos como locais de práticas celebrativas.

Eixo Temático – Manifestações religiosas

Objetos de Conhecimento: Sentimentos, lembranças, memórias, saberes; Alimentos sagrados; Distintas experiências e manifestações religiosas; Ritos religiosos; Representações religiosas na arte.

Habilidades: Identificação e acolhimento de sentimentos, lembranças, memórias e saberes de cada um; Identificação das diferentes formas pelas quais são manifestados os sentimentos, as ideias, os gostos e as crenças em diferentes espaços; Exemplificação de elementos considerados sagrados por culturas diversas, tradições e expressões religiosas; Identificação dos significados atribuídos a alimentos em diferentes manifestações e tradições religiosas; Identificação e respeito às práticas celebrativas (cerimônias, orações, festividades, peregrinações) de diferentes tradições religiosas; Reconhecimento das indumentárias (roupas, acessórios, símbolos, pinturas corporais, utilizadas em diferentes manifestações e tradições religiosas; Identificação de ritos presentes no cotidiano pessoal, familiar, escolar e comunitário; Identificação de diversas formas de expressão da espiritualidade (orações, cultos, gestos, cantos, dança, meditação) nas diferentes tradições religiosas.

Eixo Temático – Crenças religiosas e filosofias de vida

Objetos de Conhecimento: Tradições/movimentos religiosos; Filosofias de vida; Ideias de divindade; Narrativas religiosas; Mitos nas tradições religiosas; Ancestralidade e tradição oral.

Habilidades: Identificação de nomes, significados e representações de divindades no contexto familiar e comunitário; Reconhecimento e respeito às ideias de divindades de diferentes manifestações e tradições religiosas; Reconhecimento de funções e mensagens religiosas contidas nos mitos de criação (concepções de mundo, natureza, ser humano, divindades, vida e morte); Identificação do papel dos sábios e anciãos na comunidade e preservação da tradição oral.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular de Ensino Religioso – Religião e Meio Ambiente

- Pesquisar como as questões ambientais são vistas pelas diferentes tradições religiosas;
 - Pesquisar sobre a importância dos elementos da natureza nas mais diversas manifestações religiosas.
-
- *A realização da atividade deve ter a sua complexidade compatível com a faixa etária da turma que irá realizá-la, evitando que se torne muito complexa, dificultando a execução e compreensão do que foi proposto.*

ÁREA DE CONHECIMENTO – CIÊNCIAS DA NATUREZA

COMPONENTE CURRICULAR – CIÊNCIAS

Competências Específicas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

- Compreensão das Ciências da Natureza como empreendimento humano e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico;
- Compreensão de conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, domínio dos processos, práticas e procedimentos da investigação científica, proporcionando segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho;
- Continuidade do aprendizado e colaboração para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- Análise, compreensão e explicação de características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), das relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para questionamentos, buscando respostas e criando soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza;
- Construção de argumentos baseados em dados, evidências e informações confiáveis, negociação e defesa de ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;
- Conhecimento, apreciação e cuidado de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

Eixo Temático – Matéria e Energia

Objetos de Conhecimento: Características dos materiais; Propriedades e uso dos materiais; Produção de sons; Efeitos da luz nos materiais; Saúde auditiva e visual; Misturas; Transformações reversíveis e irreversíveis; Ciclo da água; Consumo eficiente; Reciclagem; Prevenção de acidentes domésticos.

Habilidades: Estudo dos materiais e suas transformações, fontes e tipos de energia utilizados na vida em geral, na perspectiva de construir conhecimento sobre a natureza da matéria e os diferentes usos da energia.

Eixo Temático – Vida e Evolução

Objetos de Conhecimento: Corpo humano; Respeito à diversidade; Seres vivos no ambiente; Plantas; Características e desenvolvimento dos animais; Cadeias alimentares simples; Microrganismos; Hábitos alimentares; Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório.

Habilidades: Estudo das questões relacionadas aos seres vivos (incluindo os seres humanos), suas características e necessidades; Estudo da vida como fenômeno natural e social; Estudo dos elementos essenciais à manutenção da vida e à compreensão dos processos evolutivos que geram a diversidade de formas de vida no planeta; Estudo das características dos ecossistemas dando destaque às interações dos seres vivos com outros seres vivos e com os fatores não vivos do ambiente, da interação que os seres humanos estabelecem entre si e com os demais seres vivos e elementos não vivos do ambiente; Abordagem da importância da preservação da biodiversidade e sua distribuição nos principais ecossistemas brasileiros; Localização, nomeação e representação gráfica (por meio de desenhos) das partes do corpo humano e explicar suas funções; Discussão sobre as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde; Comparação das características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.

Eixo Temático – Terra e Universo

Objetos de Conhecimento: Escalas de tempo; Movimento aparente do sol no céu; Sol como fonte de luz; Corpos e fenômenos celestes; Características da terra; Observação do céu; Uso do solo; Ambiente da escola; O bairro como ambiente e moradia; Pontos cardeais; Calendários, fenômenos cíclicos e cultura; Movimentos da terra; Fases da lua.

Habilidades: Compreensão das características da Terra, do Sol, da Lua e de outros corpos celestes – suas dimensões, composição, localizações, movimentos e forças

que atuam entre eles; Ampliação das experiências de observação do céu, do planeta Terra, particularmente das zonas habitadas pelo ser humano e demais seres vivos, bem como de observação dos principais fenômenos celestes; Salientar que a construção dos conhecimentos sobre a Terra e o céu se deu de diferentes formas em distintas culturas ao longo da história da humanidade; Explorar a riqueza envolvida nesses conhecimentos, permitindo maior valorização de outras formas de conceber o mundo, como os conhecimentos próprios dos povos indígenas originários.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular de Ciências – Feira de Ciências

- Eleição dos assuntos a serem discutidos dentro dos eixos temáticos;
 - Criação dos grupos por turmas;
 - Sorteio dos conteúdos por grupo;
 - Elaboração dos conteúdos a serem apresentados e elaboração de cartazes, modelos, maquetes a serem utilizadas nas apresentações.
 - A elaboração das apresentações pode ser realizada utilizando o contraturno.
- *A realização da atividade deve ter a sua complexidade compatível com a faixa etária da turma que irá realizá-la, evitando que se torne muito complexa, dificultando a execução e compreensão do que foi proposto.*

ÁREA DE CONHECIMENTO – INFORMÁTICA

COMPONENTE EXTRACURRICULAR – EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E DIGITAL

Ementa/Descrição

- Apresentação das tecnologias atuais e seus usos;
- Espera-se que o contato dos alunos com as tecnologias desperte neles o interesse nessa área, podendo abrir caminhos no futuro profissional desses alunos, bem como servir de conhecimento que pode ser levado para casa, disseminando-se para os demais componentes da família. O componente também pode ser utilizado para ensinar ao aluno como realizar pesquisas na internet para trabalhos escolares, de acordo com a série em que o aluno se encontra, preparando-o para as atividades escolares futuras. Também é possível instruí-los sobre a utilização segura de redes sociais e aplicativos de conversas, trazendo a conscientização sobre os riscos que podem encontrar nesses ambientes.
- A temática ambiental pode ser inserida na educação tecnológica e digital para capacitá-los para o descarte responsável de componentes eletrônicos, trazendo temas relativos ao potencial poluidor desses materiais quando descartados de forma incorreta e informando-os sobre a logística reversa desses equipamentos.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Extracurricular de Educação Tecnológica e Digital – Mídia Ambiental

- Observação e pesquisa realizada pelos alunos sobre a forma como as questões relacionadas ao meio ambiente estão sendo apresentadas nos mais diversos meios de comunicação;
- Podem ser realizadas anotações sobre o assunto tratado e a forma como foi abordado e o veículo de comunicação na qual foi apresentado;
- Identificação do criador da mensagem e para quem ela foi destinada;
- Debate em sala de aula sobre como os alunos percebem a forma como a mídia aborda as questões relacionadas ao meio ambiente;
- Elaboração de campanhas, panfletos, vídeos, cartazes, jingle, produzidos pelos alunos com informações relevantes para a comunidade escolar e geral sobre ações de preservação do meio ambiente.

- *A realização da atividade deve ter a sua complexidade compatível com a faixa etária da turma que irá realizá-la, evitando que se torne muito complexa, dificultando a execução e compreensão do que foi proposto.*

ÁREA DE CONHECIMENTO – MATEMÁTICA

COMPONENTE EXTRACURRICULAR – EDUCAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Ementa/Descrição

- Apresentar ao aluno questões relacionadas à economia e às finanças com práticas que representem o cotidiano.
- Espera-se que a educação econômica e financeira estimule o consumo consciente não somente dos alunos como de seus responsáveis, com a disseminação das informações para fora do ambiente escolar. Esse tipo de conhecimento é capaz de favorecer a tomada de decisão mais consciente e responsável e estimular os alunos a pouparem e a investirem, buscando uma segurança maior para o futuro.
- A temática ambiental pode ser inserida no Componente com ações voltadas para a redução do consumo, a reutilização de itens e a reciclagem, trazendo dados exemplificativos que facilitem a compreensão dessas ações.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Extracurricular de Educação Econômica e Financeira – Consumo Consciente

- Levantamento, com o auxílio dos pais e/ou responsáveis, dos itens da cesta básica adquiridos mensalmente, relacionando o item, a quantidade e o valor;
- Verificar, entre os itens adquiridos, quais poderiam ter algum tipo de reaproveitamento, como as embalagens, por exemplo, e quais os possíveis usos;
- Analisar, dos itens anotados, os que poderiam ser substituídos ou comprados com menor frequência;
- Avaliar quais dos itens adquiridos poderiam ser comprados de produtores locais, caso tivessem acesso a esses produtores;
- Refazer a lista de compras com as alterações sugeridas para analisar o impacto financeiro causado.

OFICINA DE MATEMÁTICA

Ementa/Descrição

- Apresentar ao aluno questões cotidianas relacionadas aos cálculos.
- Espera-se que a oficina de matemática possibilite que o aluno aprofunde os aprendizados adquiridos em sala de aula, com atividades lúdicas.
- A temática ambiental pode ser inserida no Componente com práticas que envolvam cálculos de distância, consumo, temperatura, peso, entre outros.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Extracurricular Oficina de Matemática

- Realização de atividades com operações de adição e subtração utilizando elementos relacionados à natureza;
- Realização de atividades do tipo “Pertence e Não Pertence”, com os elementos da natureza;
- Identificar formas geométricas em elementos da natureza.

ÁREA DE CONHECIMENTO – LÍNGUA PORTUGUESA

CÍRCULO DE LEITURA

Ementa/Descrição

- Apresentar ao aluno temas diversos sobre questões relevantes no cotidiano, sobre cultura, saúde, lazer, curiosidades, entre outros.
- Espera-se que o círculo de leitura aguçe no aluno a vontade de saber, buscando, por meio da leitura, o conhecimento que lhes falta, utilizando, para tal, os mais diversos gêneros literários;
- A temática ambiental pode ser inserida no Componente com textos relacionados ao assunto.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Extracurricular de Círculo de Leitura

- Disponibilizar aos alunos textos de variados gêneros literários que tenham como tema as questões ambientais;
- Dispor os alunos em círculo e solicitar que cada um leia um trecho do texto selecionado;
- Ao final da leitura, estimular a discussão sobre o conteúdo lido.

PRODUÇÃO TEXTUAL

Ementa/Descrição

- Apresentar ao aluno os diversos gêneros literários existentes, com suas peculiaridades e formas de produção, normas padrão de escrita, linguagens;
- Espera-se que o conhecimento dos alunos para a produção textual contribua não somente na vida escolar como também gere impactos positivos na vida profissional futura dos alunos, possibilitando uma comunicação adequada e compreensível;
- A temática ambiental pode ser inserida no Componente com textos relacionados ao assunto.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Extracurricular de Produção Textual

- Organização de uma roda para a escolha de um tema relacionado ao ambiente;
- Seleção dos textos que servirão de inspiração para as produções textuais dos alunos;
- Escolha do gênero literário a ser produzido;
- Elaboração dos textos;
- Leitura das obras.

INICIAÇÃO À PESQUISA

Ementa/Descrição

- Apresentar ao aluno como estruturar a pesquisa para uma produção textual, como são realizadas as coletas de dados, suas posteriores análises e interpretações e como são apresentadas as conclusões da pesquisa realizada.
- Espera-se que o aluno seja capaz de produzir textos de qualidade, com os assuntos bem-estruturados e com dados seguros e que possam levar esse conhecimento para a vida profissional;
- A temática ambiental pode ser inserida no Componente com pesquisas relacionadas ao tema meio ambiente, buscando dados oficiais e materiais já publicados.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Extracurricular de Iniciação à Pesquisa

- Seleção do tema a ser trabalhado na pesquisa;
- Estruturação da pesquisa;
- Realização da busca por bibliografias de apoio;
- Busca de dados relacionados ao tema, quando cabível;
- Produção textual.

ÁREA DE CONHECIMENTO – ARTES E EDUCAÇÃO FÍSICA

RECREAÇÃO

Ementa/Descrição

- Apresentação de jogos e brincadeiras que promovam o desenvolvimento humano, o conhecimento histórico-cultural, o espírito de coletividade.
- Espera-se que, com a recreação, o aluno, por meio de práticas lúdicas, possa desenvolver suas habilidades individuais e coletivas.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Extracurricular Recreação – Hora de Brincar

- Disponibilizar aos alunos práticas recreativas, como jogos de tabuleiro, brincadeiras antigas, brincadeiras de outras culturas, atividades com materiais diversos, sempre buscando incorporar à prática questões ambientais, elementos da natureza e materiais recicláveis.

ÁREA DE CONHECIMENTO – INTERDISCIPLINAR

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL APLICADA AO MEIO RURAL

Ementa/Descrição

- Apresentação de informações sobre as ações cotidianas no meio rural, sejam elas domésticas ou de produção, reforçando que as questões sociais e ambientais são indissociáveis e a interação entre homem e natureza precisa estar em harmonia. Podem ser fornecidos dados sobre a importância dos cultivos daquela região na economia local, fortalecendo o vínculo do aluno com o lugar onde vive, onde sua família produz. Novas tecnologias também podem ser apresentadas, aumentando as possibilidades das famílias produtoras locais.
- Espera-se que os alunos possam aprender e reforçar os conhecimentos sobre como as ações no meio rural impactam de forma positiva e negativa a sociedade como um todo, não apenas na localidade onde se produz. Espera-se, também, que os alunos absorvam os conhecimentos e os levem para casa, podendo repassá-los para os pais, contribuindo para a melhoria da propriedade e da produção e conseqüentemente transformando o núcleo familiar como um todo.
- Um exemplo prático de como a educação socioambiental pode beneficiar o meio ambiente e o produtor tem relação com a utilização de agrotóxicos. Em alguns casos, o uso de agrotóxicos não pode ser totalmente excluído, no entanto, com informação, é possível diminuí-lo, substituindo por outros produtos e, quando não for possível, orientar o produtor com relação à forma correta do uso dos agrotóxicos, com a devida proteção, do armazenamento e do descarte das embalagens.
- Outro exemplo prático que tem impacto direto na economia do lar é o aproveitamento integral dos alimentos - AIA, desde a parte mais comumente apreciada até as partes frequentemente descartadas, diminuindo o desperdício de alimentos e enriquecendo os pratos das famílias, podendo, inclusive, ser desenvolvidos na merenda escolar.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular Interdisciplinar – Horta comunitária na escola

- Reunir informações com os alunos sobre quais alimentos são produzidos pelos pais;

- Convidar os pais para participarem da construção da horta comunitária na escola, trocando informações com os outros pais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na escola dos filhos e proporcionando um tempo de convívio;
- Apresentar aos pais e alunos as plantas alimentícias não convencionais – PANCS como alternativas de alimentos e possíveis produtos para comercialização;
- Arrecadar materiais recicláveis, como frascos para plantar mudas de ervas aromáticas e hortaliças.

Exemplo de prática para a inserção da temática ambiental no Componente Curricular Interdisciplinar – Culinária consciente

- Produção de receitas com a utilização de alimentos produzidos na horta da escola, por alimentos fornecidos pelos pais dos alunos e por aqueles que compõem a merenda escolar;
- Apresentar técnicas e receitas para aproveitar os alimentos de forma integral, diminuindo o desperdício e enriquecendo o cardápio da família.

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA – TEMPO NA ESCOLA

A distribuição da carga horária também deve ser pensada de forma a conseguir ofertar todos os Componentes Curriculares e Extracurriculares, distribuídos no turno regular e no contraturno. Os Componentes Curriculares alocados no período do turno regular devem estar divididos conforme a fase do ensino em que o aluno se encontra, ou seja, com os componentes desenvolvidos intraclasse; já em relação aos Componentes Extracurriculares, estes podem comportar alunos de fases diferentes, aproveitando melhor o espaço da escola e promovendo a interação entre as diversas fases do ensino, ou seja, intraclasse.

Os Componentes Curriculares propostos correspondem a 51% do período escolar e os Componentes Extracurriculares e Práticas, a 49% do período total, ficando a cargo da escola distribuir da melhor forma o tempo, observando as cargas horárias mínimas e máximas das Disciplinas Comuns.

Os Componentes Extracurriculares são apenas exemplificativos, bem como as sugestões de práticas, podendo a escola eleger aquelas que mais se adaptem à realidade local, da escola e ao interesse de seus alunos.

As disciplinas extracurriculares podem ser utilizadas para aprofundar temáticas das Disciplinas Comuns, podendo também ser interdisciplinar, servir para organizar discussões sobre temáticas regionais, como o estudo do desenvolvimento da comunidade local, da geografia regional, da economia e para conceituar e desenvolver ações de preservação do meio ambiente, voltadas para a sustentabilidade.

No que segue, será apresentada uma sugestão de distribuição de carga horária para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, considerando Componentes Curriculares e Extracurriculares, Intraclasse e Interclasse.

Quadro 7 – Organização do Mapa Curricular – Tempo na Escola

	TEMPO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MANHÃ	08h às 09h	Língua Portuguesa	Matemática	Matemática	Geografia	Ensino Religioso
	09h às 10h	Ciências	Artes	Língua Portuguesa	Matemática	História
	10h às 10h20	INTERVALO				
	10h20 às 11h20	História	Língua Portuguesa	Ciências	Língua Portuguesa	Matemática
	11h20 às 12h20	Geografia	Educação Física	Artes	Educação Física	Ciências
12h20 às 13h20		ALMOÇO				
TARDE	13h20 às 14h20	Educação Econômica e Financeira	Educação Tecnológica e Digital	Círculo de Leitura	Oficina de Matemática	Educação Econômica e Financeira
	14h20 às 15h20	Produção Textual	Oficina de Matemática	Iniciação à pesquisa	Educação Tecnológica e Digital	Iniciação à pesquisa
	15h20 às 15h40	INTERVALO				
	15h40 às 16h40	Círculo de Leitura	Educação Econômica e Financeira	Educação Tecnológica e Digital	Produção Textual	Círculo de Leitura
	16h40 às 17h30	Recreação	Produção Textual	Educação Socioambiental aplicada ao meio rural	Recreação	Educação Tecnológica e Digital
17h30 – ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES						

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Quadro 8 – Períodos dos Componentes Curriculares, Extracurriculares e Práticas

Componentes Curriculares	Componentes Extracurriculares e Práticas
Língua Portuguesa – 4 períodos Educação Física – 2 períodos Artes – 2 períodos Matemática – 4 períodos Ciências – 3 períodos História – 2 períodos Geografia – 2 períodos Ensino Religioso – 1 período	Educação Tecnológica e Digital – 4 períodos Educação Econômica e Financeira – 4 períodos Produção Textual – 3 períodos Círculo de Leitura – 3 períodos Educação Socioambiental aplicada ao meio rural – 1 período Oficina de Matemática – 2 períodos Iniciação à pesquisa – 2 períodos Recreação – 2 períodos

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado foi realizado na Escola Municipal José Bonifácio, no município de Vitorino-PR. Buscou-se avaliar como a Educação em Tempo Integral é compreendida pela comunidade escolar e como a temática ambiental vem sendo inserida na Matriz Curricular para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Para a realização da pesquisa, foram buscadas informações nos instrumentos normativos vigentes relacionados ao tema, bem como foi realizada pesquisa em outros trabalhos já publicados sobre o assunto, além de realizar a aplicação de um questionário semiestruturado aos participantes selecionados, com questões abertas, de modo a permitir que a maior quantidade de informações fosse coletada. Também foi analisado o Projeto Político-Pedagógico da escola objeto do estudo.

A pesquisadora, que tem sua profissão originada na área social, sempre considerou o processo educativo extremamente importante e, a partir do desenvolvimento do trabalho, pôde-se ter noção da real magnitude do processo educativo, compreendendo como é possível oferecer educação de uma melhor forma, e o quanto isso contribui para a sociedade.

Na concepção da pesquisadora, o ensino integral talvez necessite de um planejamento e de uma organização que atenda de forma mais efetiva à comunidade escolar, principalmente aqueles alunos em vulnerabilidade social.

É preciso deixar claro que a Educação em Tempo Integral da escola pesquisada possuía a infraestrutura adequada conforme a quantidade de alunos para o período de implantação dessa modalidade. Observou-se um esforço em fazer uma educação em tempo integral digna e alinhada com outros modelos que se destacam, buscando oferecer um currículo ampliado para além das disciplinas tradicionais, incluindo atividades culturais, esportivas e de desenvolvimento pessoal, promovendo uma formação mais completa dos alunos.

Todavia, com o passar dos anos, o município teve um aumento populacional significativo, influenciando diretamente na quantidade de matrículas. Por esse motivo, deixou de ser oferecida a educação em tempo integral ao Ensino Fundamental, por não possuir espaço físico suficiente para comportar todas as atividades contidas no ensino em tempo integral e não ter quantidade adequada de funcionários para suprir as necessidades exigidas.

A oferta do ensino em tempo integral na escola estudada demandava 45 horas semanais de dedicação dos profissionais envolvidos, para que os serviços necessários pudessem ser disponibilizados, o que acabava por sobrecarregá-los, além de onerar o orçamento, que na realidade de uma instituição de ensino de um município de pequeno porte pode causar grande impacto.

O estudo demonstrou que, para um melhor planejamento pedagógico, deve-se colocar na pauta das reuniões os temas a serem abordados de forma interdisciplinar e como esses temas podem ser implantados no currículo. Dessa forma, os professores podem contribuir com a formação da prática em sala de aula e apontar quais são as possíveis limitações ou dificuldades que podem ocorrer. Além de viabilizar a implantação dos temas e sanar os aspectos que podem dificultar ou impedir essa implantação, a participação dos professores nessa construção faz com que se sintam parte do processo e, de certa forma, valorizados pela escola na qual trabalham.

Concluiu-se que, mesmo que sejam evidentes os benefícios do Ensino em Tempo Integral para os alunos, a implantação dessa modalidade de ensino exige planejamento, com análise da infraestrutura escolar disponível, capacitação dos professores e elaboração das atividades a serem oferecidas como disciplinas extracurriculares. É preciso provocar o entusiasmo nos alunos para que obtenham o melhor aproveitamento do tempo estendido na escola, com instalações adequadas que supram as necessidades dos alunos e a oferta de atividades agradáveis para o aprendizado.

A temática ambiental pode ser inserida de diversas formas no currículo escolar. Foram sugeridas práticas a serem desenvolvidas em cada componente curricular, inserindo aos objetos de aprendizado e habilidades os temas relacionados ao meio ambiente.

A Proposta de Matriz Curricular procurou reunir as Competências Específicas para cada Componente Curricular, sem diferenciá-las para as séries do 1º ao 5º ano, da mesma forma que trouxe os Objetos de Conhecimento e as Habilidades para cada Eixo temático dentro dos respectivos Componentes Curriculares.

Diante da análise desses elementos, observou-se que a temática ambiental é pouco explorada nas disciplinas e que poderia ser melhor aplicada por meio de práticas que trouxessem o tema de uma forma interdisciplinar. À vista disso, foram elaborados exemplos de práticas para cada componente curricular, buscando

incorporar a temática ambiental aos elementos dos eixos temáticos, além de deixar o aprendizado mais lúdico.

A educação em tempo integral, quando bem planejada e estruturada, pode oferecer inúmeros benefícios aos alunos, preparando-os de forma mais completa para os desafios da vida. No entanto, para alcançar seu pleno potencial, é necessário um compromisso contínuo com a qualidade e a inovação, além de uma gestão eficaz dos recursos e da logística escolar.

As práticas foram pensadas como um complemento para os componentes curriculares, contudo, poderiam ser transformadas em uma cartilha contendo diversas práticas que podem ser utilizadas em forma de oficinas, ou ainda aplicadas mesmo que não seja ofertado o ensino em tempo integral.

O objetivo do trabalho não foi esgotar as observações relativas ao Ensino em Tempo Integral, inserindo a temática ambiental, mas, sim, provocar a reflexão sobre o assunto para tornar a implantação dessa modalidade um pouco mais tranquila no futuro. É compreensível que em municípios de pequeno porte essa implantação ocorra de forma mais lenta e mais difícil, muitas vezes por falta de recursos ou mesmo pela distância aos grandes centros e ao acesso às tecnologias. No entanto, torna-se plenamente possível, se houver planejamento adequado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Natalia Ferreira. **Educação Ambiental e prática pedagógica no ensino fundamental**. João Pessoa: Oitica, 2021. E-book. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o_ambiental_e_pr%C3%A1tica_pedag%C3%B3g/kpIBEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=a+introdu%C3%A7%C3%A3o+das+quest%C3%B5es+ambientais+no+ensino&printsec=frontcover. Acesso em: 13 out. 2022.

ARROYO, Miguel G. O Direito a Tempos-Espaços de Um Justo e Digno Viver. *In*: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16702687-O-direito-a-tempos-espacos-de-um-justo-e-digno-viver.html>. Acesso em: 29 out. 2022.

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL – ATRICON. **Operação Educação – Fiscalização Ordenada Nacional**. Relatório Consolidado - BRASIL. 2023. Disponível em: https://atrimon.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Operacao_Educacao_Relatorio_Nacional.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

BARBOSA, Giovani de Souza; OLIVEIRA, Caroline Terra de. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 37, n. 1, Seção especial: XI EDEA – Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, p. 323-335, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11000/7312>. Acesso em: 29 out. 2022.

BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. E-book. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Moderniza%C3%A7%C3%A3o_reflexiva/U_LuzNLHoG6EC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Moderniza%C3%A7%C3%A3o+reflexiva:+pol%C3%ADtica,+tradi%C3%A7%C3%A3o+e+est%C3%A9tica+na+ordem+social+moderna&printsec=frontcover. Acesso em: 12 out. 2022.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi. **A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC**. Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 29, n. 1, p. 185-203, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/5526/pdf/21945>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Seção 1, 18 nov. 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. [Constituição de (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. [Brasília]: [MEC], 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Ambiental**: aprendizes de sustentabilidade. Cadernos SECAD. [Brasília]: [MEC], 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-publicacaooriginal-101089-pl.html>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Série Mais Educação - Educação Integral**. [Brasília]: [MEC], 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução Nº 2, De 15 De Junho De 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Conselho Pleno. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 70, 18 jun. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. [Brasília]: [MEC], 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019**. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Brasília, DF, 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm. Acesso em: 26 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 5288, de 2019**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre condições mínimas das escolas de educação básica pública. 2019b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8018507&ts=1714710698815&disposition=inline>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020**. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. [Brasília]: [MEC], 2020a. Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/portaria_280_19_02_2020_consolidada.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça a história da educação brasileira**. [Brasília]: [MEC], 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021**. Regulamenta a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 mar. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10656.htm. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. **O que é o Ensino Multidisciplinar e qual a sua importância**. 2022. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/o-que-e-o-ensino-multidisciplinar-e-qual-a-sua-importancia>. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.640%2C%20DE%203

1%20DE%20JULHO%20DE%202023&text=Institui%20o%20Programa%20Escola%20em,10%20de%20junho%20de%202021. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.617, de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera as Leis nºs 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9406332&ts=1692387320556&disposition=inline&_gl=1*14loz62*_ga*Nzk0NDUzMDEzLjE3MDA2NzUyNTE.*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwMTQ1MTg1MS4yLjAuMTcwMTQ1MTg1MS4wLjAuMA. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Prazo de adesão para Escola em Tempo Integral vai até o dia 25**. [Brasília]: [MEC], 2023c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BRASIL. Agência Gov. **Ministério da Educação divulga panorama das mulheres na educação básica**. 2024a. Disponível em: [https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica#:~:text=Professoras%20e%20diretoras%20%E2%80%93%20Em%202023,cerca%20de%20117%20mil\)%20diretoras](https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica#:~:text=Professoras%20e%20diretoras%20%E2%80%93%20Em%202023,cerca%20de%20117%20mil)%20diretoras). Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. **O que são questões interdisciplinares?** 2024b. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-sao-questoes-interdisciplinares>. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base**. [Brasília]: [MEC], s.d. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2022.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **O que é Educação Integral?** s.d. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/conceito/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_510_-_2016_-_Cincias_Humanas_e_Sociais.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

CRUZ, Élide Cristina Pinheiro da. Educação integral/em tempo integral: perspectivas conceituais. *In*: 30º ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 30., ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR, 10., 2021, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2021. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2021/anais/artigos/5472.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. Educação e Sociedade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 104, jul./set. 2019.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/MGwkqfpsmJsgjDcWdqhZFks/?lang=pt#:~:text=O%20ato%20de%20educar%20%C3%A9,ocorridas%20no%20%C3%A2mago%20da%20segunda. Acesso em: 17 out. 2022.>

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DOURADO, Juscelino; BELIZÁRIO, Fernanda; PAULINO, Alciana. **Escolas sustentáveis**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. E-book. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Escolas_sustent%C3%A1veis/wx-yCwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=a+educa%C3%A7%C3%A3o+no+caminho+da+sustentabilidade&printsec=frontcover. Acesso em: 11 nov. 2022.

FILHO, Jair do Amaral. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. 2001. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78/89. Acesso em: 09 jun. 2023.>

FORTUNATO, Aluizio. **A Importância da Educação Ambiental nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental: ensinando a preservar o meio ambiente**. São Paulo: Dialética, 2021. E-book. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/A_Import%C3%A2ncia_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_n/GkhSEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+no+ensino+fundamental&printsec=frontcover. Acesso em: 14 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 83. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Proposta de organização curricular em escolas de Tempo Integral (em construção)**. Fortaleza, 2016. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/09/proposta_organizacao_curricular.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. **Documento orientador para a reestruturação curricular das escolas em tempo integral**. 2014. Disponível em: https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/dp_cga_doc_orient_tempo_integ.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Referencial curricular para turmas regulares**. Proposta de referencial curricular essencial para otimização do tempo escolar e desenvolvimento integral do estudante do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. 2020. Disponível em:

<https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/11/instituto-ayrton-senna-referencial-curricular-para-turmas-regulares.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Vitorino**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/vitorino/panorama>. Acesso em: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro – 1955**. Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/centro-educacional-carneiro-ribeiro-1955/96>. Acesso em: 23 nov. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Caderno Estatístico – Município de Vitorino**. 2024. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85520>. Acesso em: 17 set. 2024.

IVENICKI, Ana. A Escola e seus Desafios na Contemporaneidade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 102, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3BRWRtHXDYNDTrf9QrXC9Q/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2022.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5, ed. rev. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. 11. ed. Rio Janeiro: Cortez, 2015.

LEFF, Enrique. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Tradução de Jorge Calvimontes. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. E-book. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Ecologia_pol%C3%ADtica/eZ9-EAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=enrique+leff&printsec=frontcover. Acesso em: 01 nov. 2022.

MACHADO, Saulo Augusto Turbiani. **Escola em tempo integral e Educação Integral**. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. 2023. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Escola%20em%20tempo%20integral%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Integral%20v.2%20%281%29.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MENEZES, Janaina S. S. Educação em Tempo Integral: direito e financiamento. Dossiê O Valor do Tempo em Educação: jornadas escolares ampliadas, Educação Integral e outras experiências sobre o uso e o significado do tempo educativo escolar. **Educar em Revista**, n. 45, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/7zp7pztYcCRC9NRs6RV8vWF/?lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MUNICÍPIO DE VITORINO. Secretaria da Educação. **Consulta Escolas**. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas->

java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=97b&codigoMunicipio=2880. Acesso em: 03 jan. 2024.

NAPOMOCENO, Tatiane Aparecida Ribeiro. **Educação, sociedade e meio ambiente**: desafios, saberes e práticas. 1. ed. Curitiba: Bagai, 2022. E-book.

Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6DTN2qEe3GkJ:https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/713001/1/Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%252C%2520Sociedade%2520e%2520Meio%2520ambiente.pdf&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=us>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Educação. **O papel do diretor escolar e a organização do trabalho pedagógico**: documentos norteadores da escola. Unidade 1 –

Conhecendo o Projeto Político-Pedagógico. 2018. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/gestao_escolar_unidade1.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

PARANÁ. Governo do Estado. **Sistema Rodoviário Estadual – S.R.E. – Definições e Critérios**. s.d. Disponível em: <https://www.infraestrutura.pr.gov.br/Pagina/Sistema-Rodoviario-Estadual-SRE-Definicoes-e-Criterios#:~:text=Rodovias%20Estaduais%20Coincidentes&text=Eram%20denomina das%20Rodovias%20Estaduais%20Transit%C3%B3rias,precedidas%20da%20sigla%20%E2%80%9CPRC%E2%80%9D>.

Acesso em: 02 jan. 2024.

PERES, Cristiane Pereira; PRZYLEPA, Marcilei. Relação entre indivíduo, sociedade e educação: uma leitura a partir de Norbert Elias. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 34, set./dez. 2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/352011110_RELACAO_ENTRE_INDIVIDUO_SOCIEDADE_E_EDUCACAO_UMA_LEITURA_A_PARTIR_DE_NORBERT_ELIAS. Acesso em: 01 mar. 2023.

PORTAL DOS MUNICÍPIOS. **Arquivos**. s.d. Disponível em:

<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/352/documento/11771>. Acesso em: 03 mar. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. **Lei nº 1424, de 29 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre o Programa Escola em Tempo Integral, conforme específica.

2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/v/vitorino/lei-ordinaria/2014/142/1424/lei-ordinaria-n-1424-2014-dispoe-sobre-o-programa-escola-de-tempo-integral-conforme-especifica>. Acesso em: 23 mai. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. **Lei Municipal nº 1598, de 30 de agosto de 2017**. Dispõe sobre o sistema municipal de educação ambiental,

institui a política municipal de educação ambiental e dá outras providências. 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/v/vitorino/lei-ordinaria/2017/160/1598/lei-ordinaria-n-1598-2017-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-educacao-ambiental-institui-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal José Bonifácio**. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. **Vitorino cresce 49% na última década e alcança maior salto populacional em proporção no Sudoeste, segundo censo 2022**. 2023. Disponível em: <https://vitorino.pr.gov.br/noticias/vitorino-cresce-49-na-ultima-decada-e-alcanca-maior-salto-populacional-em-proporcao-no-sudoeste-segundo-censo-2022/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PROJETO TEÇAYA. **Arte e Educação Ambiental**. 2018. Disponível em: <https://tecaya.com.br/escola-da-natureza-sons-naturais/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

PUCCI, Patrícia dos Santos; LIMA, Lucia Ceccato de; BOSQUETTE, Cátia. Educação Ambiental: Projeto Político Pedagógico de uma escola de educação básica de Lages (SC). *In*: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, out. 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/946-1.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

QEDu. **Vitorino**: Escolas. 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4128708-vitorino/busca>. Acesso em: 03 jan. 2024.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 10, n. 2, p. 21-32, jul./dez. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274171498_Meio_ambiente_e_desenvolvimento_construindo_um_novo_campo_do_saber_a_partir_da_perspectiva_interdisciplinar?enrichId=rgreq-6f9eb90573b0082bb782a9efdaba6f1b-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdIOzI3NDE3MTQ5ODtBUzo4NzIxMzkzODUwMTlyMjRAMTU4NjYxNDU3MTE0Mg%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf. Acesso em: 18 out. 2022.

RENNER, Lucimar Rigo. **A importância da Pedagogia de Projetos**. 2010. 31 f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14358/TCCE_GE_EaD_2010_RENNER_LUCIMAR.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 09 mar. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986. E-book. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2021/01/O-Livro-dos-CIEPs-por-Darcy-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. **Guia de Matrizes Curriculares 2024**. Anexo do Ofício GAB/SubEdu/SEDUC nº 37/2024. 2024. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202402/05185205-guia-de-matrizes-curriculares-2024-atualizado-30jan24-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ROVERONI, Mariana; MOMMA, Adriana Missae; GUIMARÃES, Bruna Cirino. Educação Integral, Escolas de Tempo Integral: um diálogo sobre os tempos. Dossiê. **Cadernos CEDES**, v. 39, n. 108, mai./ago. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/s9H3HrY6rx9XKsgz58jNrhs/?lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SANTOS, Dilce Melo; LEAL, Nadja Melo. A pedagogia de projetos e sua relevância como práxis pedagógica e instrumento de avaliação inovadora no processo de ensino aprendizagem. **Revista Científica da FASETE**, 2018. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2018/19/a_pedagogia_de_projetos_e_sua_relevancia_como_praxis_pedagogica_e_instrumento_de_avaliacao_inovadora.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

SÃO PAULO. **Modelo de escolas de ciclo único é usado em países líderes de educação no mundo**. 2015. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/modelo-de-escolas-de-ciclo-unico-e-usado-em-paises-lideres-de-educacao-no-mundo/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. **Currículo da cidade: Educação Ambiental: orientações pedagógicas**. São Paulo, 2023a. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-educacao-ambiental-orientacoes-pedagogicas/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SEDDON, Danielle Santos do Nascimento; LINO, Leandro de Souza. Aspectos da educação no desenvolvimento regional. **Revista Ifesciência**, v. 7, n. 2, p. 01-27, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/1165/792>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SILVA, Adeliane Tomáz da; RICETO, Lindomar Aparecido; RICETO, Rosa Maria; ARAÚJO, Rosália de Aguiar; MORAES, Saulo Augusto de. O papel do projeto político-pedagógico e do currículo na construção coletiva de uma escola de qualidade. **Semana Acadêmica – Revista Científica**, Fortaleza, v. 1, n. 119, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/o-papel-do-projeto-politico-pedagogico-e-do-curriculo-na-construcao-coletiva-de-uma-escola-de>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SILVA, Carla Mariana Rocha Brittes da; LEÃO, Suchilla Garcia. Sustentabilidade: desafios da realidade para um (re)pensar na educação. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 24, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/24/sustentabilidade-desafios-da-realidade-para-um-repensar-na-educacao>. Acesso em: 07 mar. 2023.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. *In*: SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi de (Orgs.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 1, p. 11-40.

SILVA, Clécio Danilo Dias da; ALMEIDA, Lúcia Maria de (Orgs.). **Integrando saberes em educação ambiental e sustentabilidade**. Ponta Grossa: Aya, 2021. E-book. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Integrando_saberes_em_educacao%20ambiental%20e_sustentabilidade/2C07EAAAQBAJ?hl=pt-

BR&gbpv=1&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+e+sustentabilidade&printsec=frontcover . Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, Valdete Maria da. **Educação Integral e Escola em Tempo Integral: contextos e concepções**. São Paulo: Dialética, 2022. E-book. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o_integral_e_escola_de_tempo_in/WiRmEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+em+tempo+integral&printsec=frontcover. Acesso em: 22 out. 2022.

TEIXEIRA, Anísio S. A Escola Pública, Universal e Gratuita. **Revista do Serviço Público**, mai. 1957. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4287/2462>. Acesso em: 03 mar. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Nacional, 1977.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME. **Política Nacional de Educação Ambiental é atualizada**. 2024. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/18-07-2024-10-20-politica-nacional-de-educacao-ambiental-e-atualizada>. Acesso em: 05 ago. 2024.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. Recurso eletrônico. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Pesquisa_Qualitativa_do_In%C3%ADcio_a_o_Fim/AeafCwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=pesquisa+qualitativa&printsec=frontcover. Acesso em: 15 mar. 2024.

APÊNDICE A - Registro fotográfico

Imagem 1 – Entrada da escola Municipal José Bonifácio



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 2 – Rampa de acesso à escola



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 3 – Parque infantil

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 4 – Ginásio de Esportes

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 5 – Pátio cercado

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 6 – Auditório

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 7 – Sala dos professores

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 8 – Biblioteca

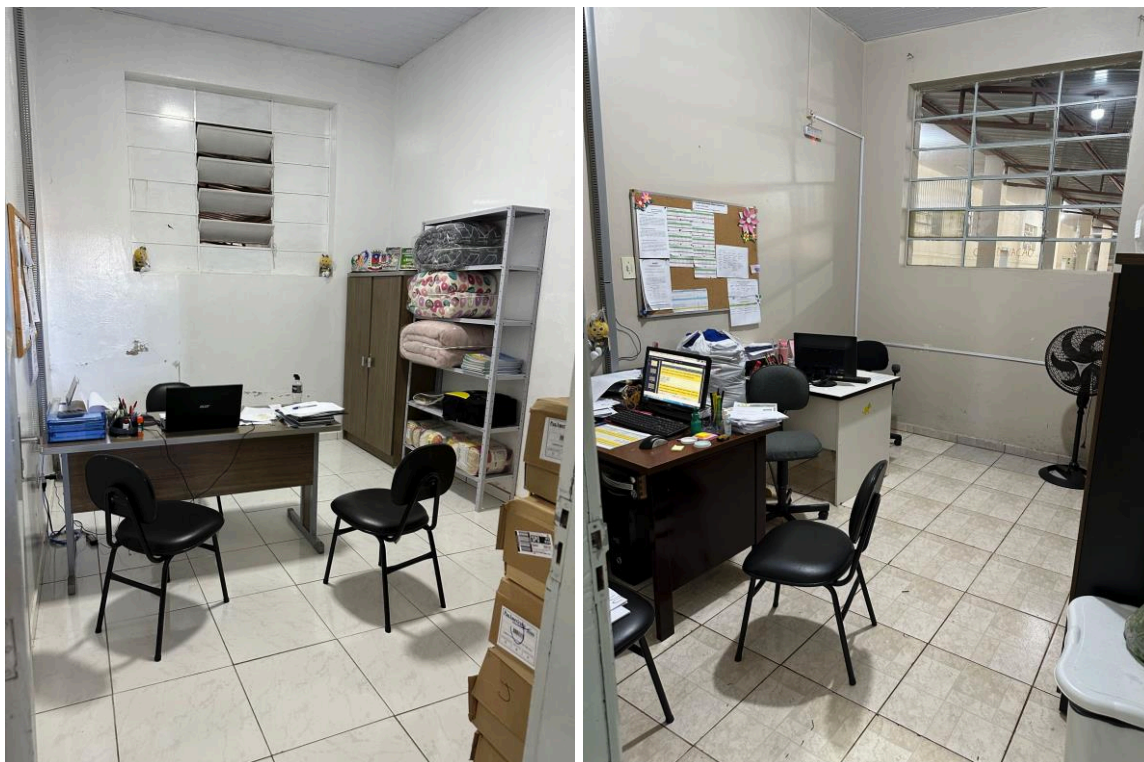
Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 9 – Biblioteca

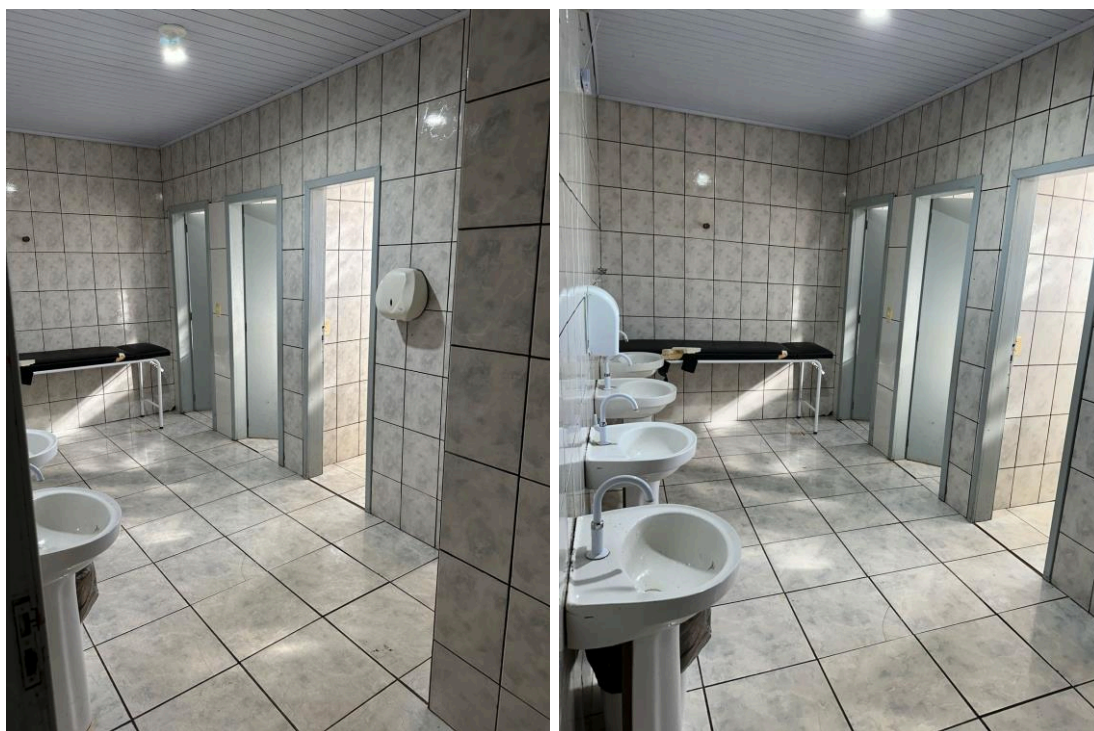
Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 10 – Secretaria

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 11 – Sala de Direção e Coordenação

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 12 – Banheiros

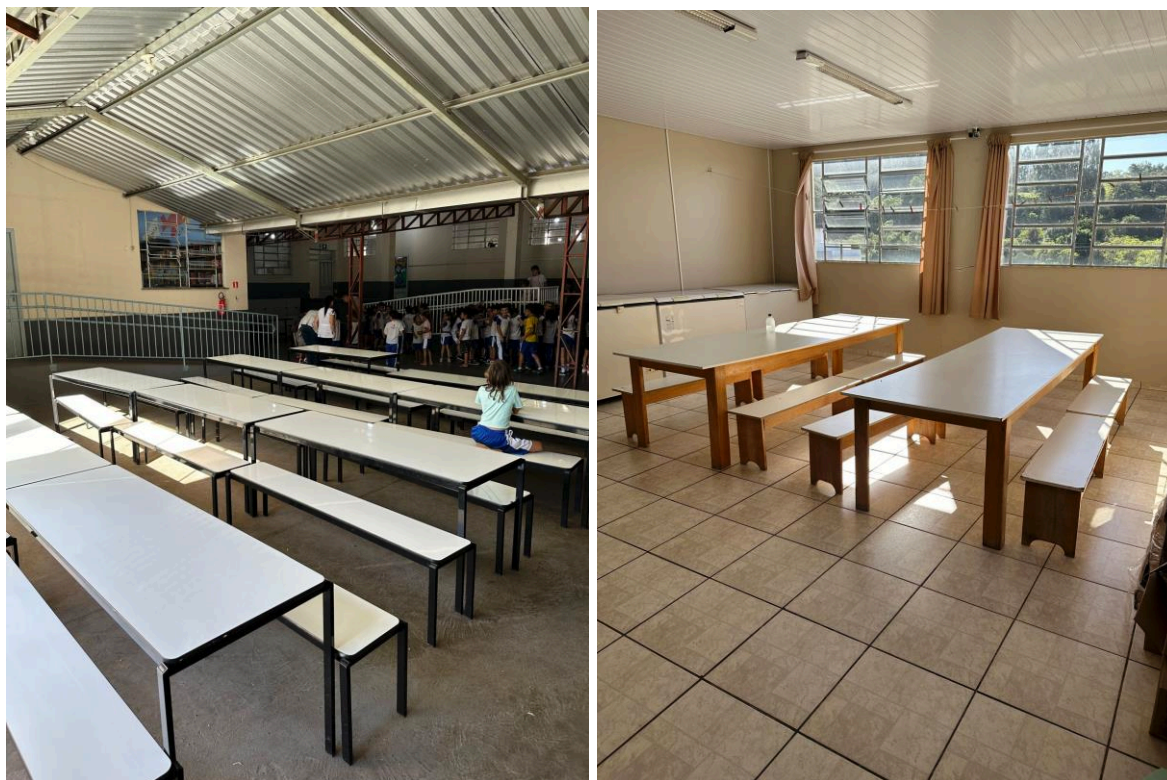
Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 13 – Pátio coberto

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 14 – Cozinha

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 15 – Refeitório

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 16 – Salas de Aula

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Imagem 17 – Sala de Aula

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

APÊNDICE B - Questionário da Pesquisa

Práticas Pedagógicas

Pesquisadora: Fernanda Tomassoni

Local: Escola Municipal José Bonifácio de Vitorino/PR

SUJEITOS: Secretário Municipal de Educação, Diretor(a), Coordenador(a), Pedagogo(a), e Professores.

Nome: _____

a) Identificação

1. Qual função desempenha na Instituição?

2. Tempo de experiência?

b) Prática pedagógica de Educação em Tempo Integral

1. Qual é seu conceito de Educação em Tempo Integral?

2. Em que ano foi implantada a educação em tempo integral e em quantas escolas?

3. Foi preparado a proposta curricular nova ou o objetivo era só ampliar o tempo de permanência do aluno na escola?

4. Foi ampliado o espaço físico?

5. Qual horário de funcionamento para a educação em tempo integral da escola?

6. Você fez algum curso de formação para atuar com Educação em Tempo Integral?

7. Quais as novas disciplinas foram implantadas para a educação em tempo integral?

8. Você considera suficiente a infraestrutura (física, humana e didático-pedagógica) da instituição para a educação em tempo integral?

9. A oferta da jornada ampliada e suas ações na escola é capaz de garantir efetivamente uma educação integral? Sim ou Não, justifique:

10. Quais as principais dificuldades enfrentadas no processo de Gestão da Escola em tempo Integral?

11. Com relação a maior carga horária em comparação ao ensino regular, na sua opinião, quais práticas podem ser implementadas para aumentar a qualidade do projeto político-pedagógico de sua escola?

12. Já aconteceu alguma reestruturação na modalidade de educação em tempo integral nessa escola? Sim ou Não, justifique:

13. Como está organizado atualmente o funcionamento da educação em tempo integral?

c) Prática pedagógica de Educação Ambiental em Tempo Integral

14. O que você entende por Educação Ambiental?

15. O que você conhece sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999)? E as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução nº 02/2012)?

16. Na disciplina que ministra, consegue correlacionar as questões ambientais?

17. É trabalhada a temática ambiental de maneira interdisciplinar ou transversal em suas aulas? Existem tais projetos? Tem integração com disciplinas? O que gestores/professores pensam a esse respeito?

APÊNDICE C - Aprovação do Comitê de Ética (TCLE)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VITORINO/PR:
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pesquisador: Nilvania Aparecida de Mello

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 75437123.5.0000.0177

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.562.065

Apresentação do Projeto:

Segundo as pesquisadoras:

"Introdução:

Discutir as concepções e o uso da inovação no âmbito educacional vem se tornando uma prática crescente entre educadores, especialistas e autoridades. Nos dias atuais, há uma tendência reflexiva em relação ao modelo de escola e seu regime de ensino, sobretudo, referente à sua prática pedagógica, considerando a extrema importância de se conhecer e ter consciência de quais parâmetros fundamentam essas práticas. Ensinar e aprender são dois processos que estão relacionados com a educação, no que diz respeito à transmissão de conhecimento e disciplina às várias gerações já existentes, este fenômeno é responsável pelas mudanças e evoluções da sociedade, necessários à convivência e ao redirecionamento de um indivíduo no seu grupo ou comunidade, gerando um processo de socialização que visa uma integração do mesmo ao grupo no qual se encontra inserido. Assim, se percebe que não só é importante, como é possível educar os jovens de maneira a fortalecer os laços de cidadania, inserindo o sujeito em decisões que possam trazer benefícios para a sociedade como um todo, formando um cidadão autônomo e competente que colabora para o crescimento coletivo. Nesta perspectiva, emerge a escola em tempo integral com uma proposta pedagógica inovadora em sua metodologia, sobressaindo o modelo tradicional de se conceber educação, na qual o tempo de permanência do estudante na escola é ampliado, por meio da oferta de um currículo flexível, assim

Endereço: Estrada para Boa Esperança, km 04 - Zona Rural - Bloco G 10, sala 675
Bairro: Área Rural **CEP:** 85.860-000
UF: PR **Município:** DOIS VIZINHOS
Telefone: (48)3536-8215 **E-mail:** coep-dv@utfpr.edu.br



Continuação do Parecer: 6.562.065

como, voltado à aquisição de competências e habilidades, fomentando a autonomia e o protagonismo estudantil. Com base nos fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), este modelo deve promover uma educação

dirigida para o desenvolvimento pleno do aluno em suas diferentes dimensões formativas. O fomento para a promoção da Educação em Tempo Integral pode trazer diversos benefícios para as instituições que se encontram em vulnerabilidade social. Ampliando o tempo de permanência do educando nas escolas, com a oferta de outras disciplinas que complementem aquelas previstas nos projetos pedagógicos, oportunizando aos alunos do ensino médio, por exemplo, a prática daquilo que foi aprendido em sala de aula, o interesse pelo aprendizado é reavivado, reduzindo a evasão escolar. Paralelo a este assunto, a Educação Ambiental (EA), caracterizada pela Diretriz Nacional para a Educação Ambiental como sendo um ramo da educação cuja finalidade é a disseminação do conhecimento sobre o Meio Ambiente (MA), no intuito de contribuir na sua preservação e uso sustentável dos seus recursos. Em sua práxis ela exige uma abordagem articulada, integrada, transversal, multi, inter e transdisciplinar, devendo estar inserida nos currículos e em todos os níveis da educação. Diante disto, observa-se que as questões ambientais, por mais que estejam nas

pautas e reflexões das políticas públicas educacionais, não vem sendo contempladas nos currículos da educação básica, e esta temática inserida em escolas de ensino integral, pode contribuir em direção à sustentabilidade, por meio de um processo educacional crítico em relação aos padrões de produção e consumo. Diante dessas preocupações, reitera-se a urgência de rediscutir as temáticas socioambientais por meio de uma abordagem crítica e transdisciplinar fundamentada em uma perspectiva integrada e complexa dos sistemas humanos e naturais. Nesse sentido, a formação de conhecimento e conscientização do homem é fator determinante sobre o comportamento das atuais e novas gerações, bem como os resultados das

relações do homem com a natureza. Por isso, a educação ambiental é vista como fundamental para transformar e melhorar a relação das pessoas com o meio ambiente, despertando a busca pela melhoria da qualidade de vida e capacitando os alunos para a responsabilidade coletiva na busca de soluções sustentáveis. No Brasil, a EA tem relevância a partir da instituição de marcos legais, entre eles a Lei de nº 9.795, de 27 de abril de 1999,

que traz em seu Artigo 2º que "a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal". Tal qual, a Constituição Federal, apresenta no Artigo 225, inciso VI, que devemos "promover a educação ambiental em todos os

Endereço: Estrada para Boa Esperança, km 04 - Zona Rural - Bloco G 10, sala 675
 Bairro: Área Rural CEP: 85.660-000
 UF: PR Município: DOIS VIZINHOS
 Telefone: (48)3536-8215 E-mail: coep-dv@utfpr.edu.br



Continuação do Parecer: 6.562.065

níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (BRASIL, 1988). Diante disso, percebe-se que a Educação Ambiental nas escolas é um instrumento importante para alcançar a sustentabilidade através do processo de aprendizado contínuo, buscando sempre a conscientização individual gradativa. A temática ambiental, com sua dimensão abrangente pode contribuir de forma significativa em direção à sustentabilidade. No caso das escolas integrais, o educando pode estar apto não apenas a conhecer, aplicar e desenvolver tecnologias, mas também a avaliar seus impactos sobre o meio ambiente, considerando finalidades como a promoção da produção, do desenvolvimento e da transferência de conhecimentos, notadamente aquelas voltadas para a preservação do meio ambiente. Por fim, este trabalho objetiva analisar o modelo da Educação em Tempo Integral nas escolas municipais de Vitorino – PR, bem como propor um Modelo de Currículo para Educação em tempo Integral, considerando as potencialidades do Município e aos princípios preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na Resolução CNE/CP nº 02/2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Hipótese:

Considerando a importância, a inquietação sobre os temas Educação em Tempo Integral e Educação Ambiental se intensificou e levou às seguintes perguntas-problema: De que forma a Educação em tempo Integral foi inserida e estruturada no Município de Vitorino? Como a Educação Ambiental pode ser contemplada neste processo de Educação em tempo Integral? Como uma proposta curricular pode ser posteriormente implantada na educação em tempo integral de forma articulada com o Desenvolvimento Regional? Neste sentido, surge a necessidade de reavaliar o Projeto Político Pedagógico da Educação em tempo Integral do Município, de modo que o desenvolvimento de práticas pedagógicas em atividades no âmbito da Sustentabilidade e do Meio Ambiente sejam atendidos."

Objetivo da Pesquisa:

Segundo as pesquisadoras:

"Objetivo Primário:

Analisar o Modelo de Educação em Tempo Integral inserido nas escolas municipais de Vitorino/PR.

Objetivo Secundário:

A) Verificar a infraestrutura, recursos humanos e pedagógicos disponíveis para a educação em tempo integral;

B) Analisar documentos institucionais sobre a educação Ambiental e sua implantação utilizada na modalidade de Ensino em Tempo Integral inserido nas escolas municipais;

Endereço: Estrada para Boa Esperança, km 04 - Zona Rural - Bloco G 10, sala 675

Bairro: Área Rural CEP: 85.060-000

UF: PR Município: DOIS VIZINHOS

Telefone: (48)3536-8215

E-mail: coep-dv@utfpr.edu.br



Continuação do Parecer: 6.562.065

C) Propor um Modelo de Currículo para Educação em Tempo Integral, que considere as potencialidades do município."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo as pesquisadoras:

"Riscos:

Toda pesquisa que envolve seres humanos tem possibilidade de causar danos a integridade física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, entretanto a pesquisa não tem intenção de causar qualquer desconforto aos entrevistados, para evitar os riscos de possíveis nervosismo, invasão de privacidade, cansaço, quebra de sigilo, desconforto no local entre outros riscos o entrevistado poderá a qualquer momento deixar a entrevista sem nenhum prejuízo e retornar para a entrevista quando se sentir confortável. A pesquisadora não quer que você se sinta desconfortável ou envergonhado, mas se isso ocorrer, você possui a liberdade para se recusar a responder qualquer uma das perguntas, ou se não entender a pergunta, você pode simplesmente pedir que ela a esclareça, e ela estará disposta a fazer isso.

Benefícios:

A participação neste estudo não irá beneficiá-lo diretamente, mas terá um impacto positivo indireto na comunidade escolar, auxiliando e destacando informações relevantes sobre o tema pesquisado, buscando o desenvolvimento de novas metodologias, conhecimento da realidade local para desenvolvimento de ações."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide campo Considerações os termos de apresentação obrigatória.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A documentação apresentada está em conformidade as normas do Sistema CEP/CONEP.

Recomendações:

Vide item Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com o Parecer Consubstanciado do CEP Número 6.497.756 do dia 09 de novembro de 2023, foram encontradas as seguintes pendências:

1) Solicita-se o ajuste do cronograma, pois não é possível iniciar a coleta de dados sem a aprovação do projeto junto ao CEP. Também solicita-se que os cronogramas apresentados sejam equivalentes.

Resposta: O cronograma foi ajustado para não ocorrer conflitos nas datas previstas, sendo

Endereço: Estrada para Boa Esperança, km 04 - Zona Rural - Bloco G 10, sala 675
 Bairro: Área Rural CEP: 85.660-000
 UF: PR Município: DOIS VIZINHOS
 Telefone: (48)3538-8215 E-mail: coep-dv@utfpr.edu.br



Continuação do Parecer: 6.562.065

alterado no projeto, na Plataforma e no anexo do cronograma.

Conclusão: pendência atendida.

2) Solicita-se o envio de documento que comprove a permissão da escola para a realização da pesquisa.

Resposta: Segue em anexo o Termo de Autorização Institucional conforme solicitada, assinada pelo responsável da instituição.

Conclusão: pendência atendida.

3) Inserir critérios de inclusão e de exclusão na Plataforma Brasil.

Resposta: Foi inserido no sistema os critérios de Inclusão e exclusão conforme solicitado.

Conclusão: pendência atendida.

4) Solicita-se ao pesquisador o envio de carta resposta ao CEP indicando o modo como as pendências foram solucionadas, ou justificativas em caso de eventuais discordâncias.

Resposta: carta resposta foi anexada.

Conclusão: pendência atendida.

Conclusão: A documentação apresentada está em conformidade as normas do Sistema CEP/CONEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este CEP manifesta-se por APROVAR este projeto. Lembramos aos pesquisadores que no cumprimento das Resoluções 466/2012 CNS, 510/2016 CNS e Norma Operacional 001/2013 CNS, o Comitê de Ética em Pesquisa UTFPR-DV espera receber relatórios anuais sobre o andamento da pesquisa, bem como a qualquer tempo e a critério dos pesquisadores nos casos de relevância, além do envio dos relatos de eventos adversos para conhecimento deste Comitê. Salientamos a obrigatoriedade do envio do relatório final da pesquisa. Eventuais modificações ou emendas ao projeto devem ser apresentadas ao CEP UTFPR-DV de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada, com as respectivas justificativas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Estrada para Boa Esperança, km 04 - Zona Rural - Bloco G 10, sala 675
 Bairro: Área Rural CEP: 85.860-000
 UF: PR Município: DOIS VIZINHOS
 Telefone: (48)3536-8215 E-mail: coep-dv@utfpr.edu.br



Continuação do Parecer: 6.562.065

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2212047.pdf	20/11/2023 12:42:44		Aceito
Declaração de concordância	Termo_de_Autorizao_Institucional.pdf	20/11/2023 12:42:07	FERNANDA TOMASSONI	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	19/11/2023 22:29:44	FERNANDA TOMASSONI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Mestrado.pdf	19/11/2023 16:41:52	FERNANDA TOMASSONI	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	19/11/2023 16:41:34	FERNANDA TOMASSONI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Compromisso_de_confidencialidade_de_dados.pdf	30/10/2023 22:11:34	FERNANDA TOMASSONI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLETCUISV.pdf	30/10/2023 22:08:06	FERNANDA TOMASSONI	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_29_29_assinado_assinado.pdf	30/10/2023 22:05:22	FERNANDA TOMASSONI	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	19/09/2023 23:39:28	FERNANDA TOMASSONI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOIS VIZINHOS, 07 de Dezembro de 2023

Assinado por:
Patricia Fernandes
(Coordenador(a))

Endereço: Estrada para Boa Esperança, km 04 - Zona Rural - Bloco G 10, sala 675
Bairro: Área Rural CEP: 85.660-000
UF: PR Município: DOIS VIZINHOS
Telefone: (48)3536-8215 E-mail: coep-dv@utfpr.edu.br